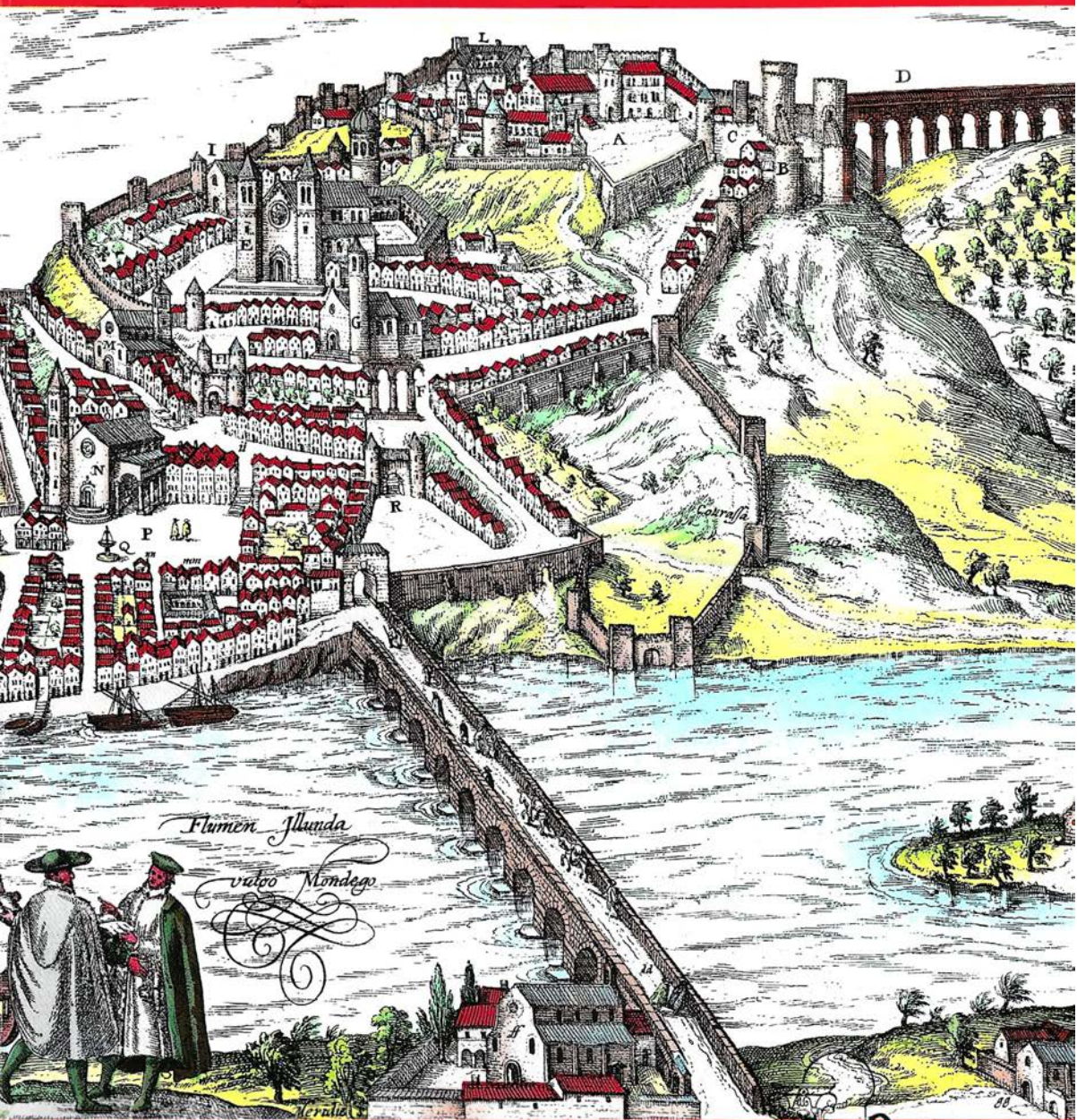
MUNDA



Nº 2 NOVEMBRO 1981

GAAC

REVISTA DO GRUPO DE ARQUEOLOGIA E ARTE DO CENTRO

MUNDA

PROPRIEDADE E EDIÇÃO

GAAC — Grupo de Arqueologia e Arte do Centro

DIRECTOR

Mário Mendes Nunes

SUBDIRECTOR

José Manuel Azevedo e Silva

ASSISTENTES DE DIRECÇÃO

José Machado Lopes

Lusitano dos Santos

Maria da Conceição Frois

SECÇÃO GRÁFICA

Maria Clara Portas

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

(Sede Provisória)

Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

CAPA: — Água-forte «CIVITATIS ORBIS TERRARUM», Colónia — 1599, segundo gravura de cobre de Georg Hoefnagel, de 1572 (BGUC).

Os artigos assinados são da inteira responsabilidade dos autores.

A Direcção da MUNDA agradece toda a colaboração, reservando-se, porém, o direito de seleccionar os trabalhos recebidos.

PREÇO 150$00

2.ª edição

SUMÁRIO

Pág.

- GAAC — Grupo de Arqueologia e Arte do Centro
  MAIS UM POUCO DE NÓS 3
  Maria da Conceição Frois
- EVOLUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE COIMBRA 5
  Pedro Dias
- «AREIAS» — ESTAÇÃO ARQUEOLÓGICA LUSO-ROMANA Vimieira/Mealhada 13
  Machado Lopes
- O MOSTEIRO E O BURGO DE CELAS NOS MEADOS DO SÉCULO XVIIII — Estudo Económico e Social 21
  J. M. Azevedo e Silva
- JARDINS BOTÂNICOS — SUA ORIGEM E IMPORTÂNCIA ... 35
  Jorge A. R. Paiva
- FILARMÓNICA DO ESPINHAL — UM SÉCULO EM PROL DA CULTURA MUSICAL 45
  Mário Mendes Nunes
- PARA A HISTÓRIA DA INDÚSTRIA EM SANTA CLARA 61
  J. Amado Mendes
- FLORBELA — ESSA DESCONHECIDA 69
  Aurélia Borges
- ETIENNE DE GROER — Polaco, Russo, Francês, Urbanista Português dos Anos 40 75
  Lusitano dos Santos
- DOCUMENTA 81
  Tradução de
  Maria de Lourdes Nunes
- MUNDA É O SIGNIFICANTE 84

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO
NAS OFICINAS DA TIPOGRAFIA COMERCIAL — COIMBRA — 1984

G. A. A. C.

– Grupo de Arqueologia e Arte do Centro

Mais um pouco de nós...

Por

Maria da Conceição Fróis*

— Sensibilizar a população a que esta Associação pertence.

— Chamar a atenção para o nosso património degradado ou ameaçado de ser destruído.

— Chegar a todas as camadas etárias, trazê-las para o nosso lado.

Eis alguns dos objectivos que o Grupo se propôs atingir durante 1980/81.

Como o fizemos, desde Maio/81?

• Em artigos e entrevistas para os jornais diários, onde expusemos os nossos pontos de vista. Reciprocamente, a imprensa interrogou-nos, questionou-nos sobre problemas de património local.

• Em contactos com entidades de outros concelhos onde apoiámos a criação de Associação de Defesa do Património — Penela —, e se analisaram achados arqueológicos — Ansião.

• Em visitas guiadas aos concelhos de Vila Nova de Paiva, Mealhada, Soure, Figueira da Foz, aos mosteiros de Santa Clara-a-Velha e Santa-Clara-a-Nova, Seiça, ao Jardim e Instituto Botânico.

O seu êxito deveu-se, essencialmente, ao apoio prestado por pessoas como os Drs. Nelson Correia Borges, Vasco Mantas, Jorge Paiva, José Machado Lopes e ainda às Associações de Defesa do Património de Montemor-o-Velho, Figueira da Foz, Mealhada.

• Colóquio sobre «Comunicação Visual» pela Dr.ª Clara Portas.

• Ajudámos a trazer ao conhecimento público, um artista popular — Carlos Ro-

(*) Licenciada em História — Arqueologia.

drigues — que vive numa aldeia de casas de pedra, quase esquecida, na encosta de uma serra: Gondramaz, em Miranda do Corvo.

Criou um Santo António oferecido à cidade de Coimbra, aquando das Comemorações Antonianas.

• Sede: Já temos um local para trabalhar! O Clube Desportivo de Celas cedeu-nos uma das suas salas para reunir. Vamos, enfim, deixar de saltitar de casa para casa, de café para café. No entanto, o Instituto de Arqueologia será sempre a nossa sede privilegiada.

• MUNDA : Em Junho/81 saiu o n.° 1 da nossa revista. Foi a primeira experiência como publicação. E a sua receptividade junto do público compensou-nos do risco que assumimos (suporte da totalidade das despesas).

• Tendo em vista chamar a atenção para o nosso património destruído, montámos um pavilhão na CIC/81. Foi visitado por milhares de pessoas que observaram as peças expostas, pediram esclarecimentos e incitaram-nos a continuar a experiência.

• Como «terminus» do programa de 80/81 realizou-se um almoço-convívio, que permitiu não só um conhecimento mais próximo dos sócios entre si, como ainda a sugestão de actividades várias para o grupo.

• Sem pretensão a louvores, mas com muita, muita vontade e empenho, as actividades da Direcção cessaram com a eleição dos novos corpos sociais para o biénio 1981/83.

Mas como estamos decididos a continuar, adiantamos já, algumas notícias de iniciativas a efectuar a curto prazo :

— Comunicações :

• «Urbanismo e Meio» pelo Eng.° Lusitano dos Santos (Fac. Engenharia — Univ. Coimbra).

• «Barcos da Costa de Moçambique» pelo Dr. Armando Moura.

• Várias visitas guiadas em perspectiva.

• Exposição de esculturas de pedra, madeira e barro; trabalhos de cerâmica pintada; artesanato.

• Jornada comemorativa do nascimento e morte de Florbela Espanca de 5-8/12/81, com :

exposição bibliográfica
colóquio
declamação de poemas.

• Em Novembro/81 sairá a público o n.° 2 da nossa revista MUNDA.

Evolução do Espaço Urbano de Coimbra

Por

Pedro Dias*

O crescimento das cidades levanta problemas de vária ordem, entre os quais se salientam, a conservação ou o sacrifício do seu património, a organização do espaço urbano existente, a urbanização das zonas periféricas.

Como nasceu e cresceu esta cidade de Coimbra, quais os factores e os elementos que a individualizam e a tornam inconfundível, quais os povos, as civilizações e as gerações que a habitaram, edificaram ou destruíram, quais as principais etapas da sua existência como urbe, eis o que o autor nos desenha, em traços rápidos, mas vigorosos.

E tudo isto num perfeito enquadramento histórico.

A evolução do espaço urbano de Coimbra é hoje bastante bem conhecida, porque, dado não ter sido regular, se podem precisar com razoável rigor os seus limites em determinadas datas, nos momentos em que certos eventos a fizeram desenvolver ou a mutilaram.

O povoamento do morro da Alta actual justifica-se plenamente, por ser dominante ao último local até à costa onde era fácil atravessar o Mondego, em qualquer época do ano, dado que, a partir daqui, o rio entrava na sua vasta planície aluvial por onde desbordava nas invernias. Assim, este ponto era de passagem quase obrigatória no trânsito entre o Norte e o Sul, pois também para montante, e devido às escarpas que cingiam o leito do Mondego, a viação era difícil. Era pois o morro onde a cidade viria a crescer de excepcional valor estratégico, no campo militar, e também privilegiado para o florescimento de uma povoação, pois era uma encruzilhada, onde as trocas se poderiam fazer e onde os habitantes se poderiam ocupar a fornecer serviços aos passantes.

Os vestígios pré-históricos são raros, de qualquer modo, existem, o que prova a permanência do Homem no actual perímetro urbano, muitas dezenas de milhares

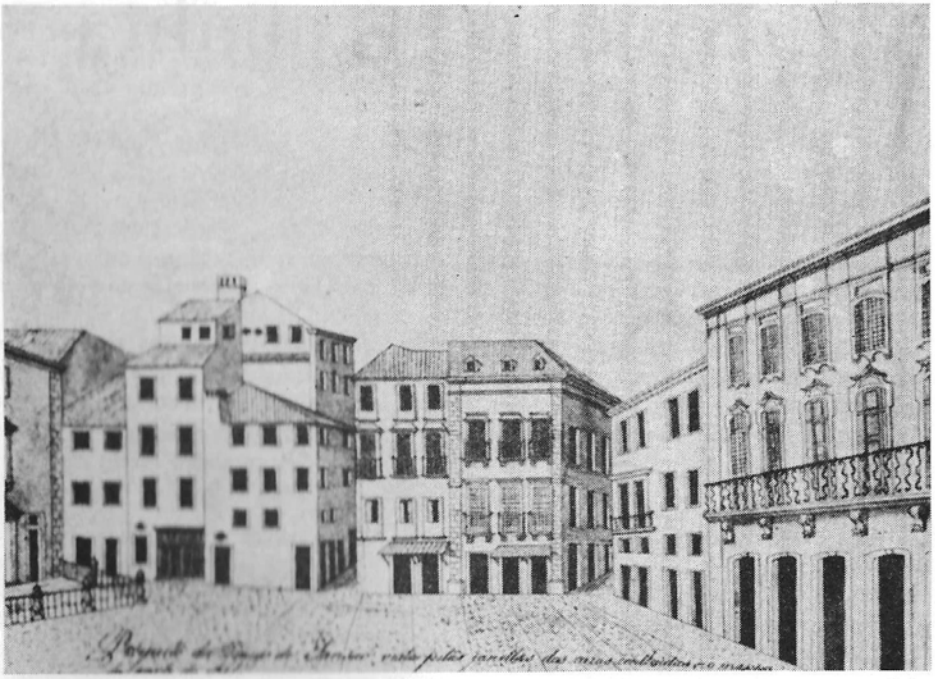
(*) Assistente do Instituto de História de Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Membro da Academia Nacional de Belas Artes.

de anos antes da nossa Era. Na margem Sul, para lá de Santa Clara, também, nas grutas dos Alqueves, deixou a marca da sua passagem, aí, na forma de espólio funerário. Pouco sabemos desses nossos remotos antepassados, excepto que, com a sua decisão de se fixarem, iniciaram a História da Cidade de Coimbra.

Mas é do período de dominação romana, já dos primeiros dois séculos da Era Cristã, que nos ficou o mais antigo testemunho material importante: o criptopórtico. Situa-se sob as construções do antigo Paço Episcopal, hoje o Museu Nacional de Machado de Castro, e é formado por duas galerias sobrepostas que serviam para suportar uma grande plataforma artificial na vertente, a fim de se construir o **forum**. Aí era o centro da vida da **civitas**, que então se chamava **Aeminium**.

Por aqui passava a grande via **Olisipo-Bracara Augusta**, a verdadeira espinha dorsal da viação peninsular ocidental. As invulgares dimensões deste criptopórtico são denunciadoras da importância desta cidade hispânica.

Não é de aceitar que a área ocupada fosse muito grande. Certamente não ultrapassaria o perímetro que, mais tarde, as muralhas medievais haveriam de definir.



Largo de Sansão no final do séc. XVIII

O cemitério, ao lado do grande aqueduto, que o actual substitui no final do séc. XVI, prova o fim da urbe romana, na zona do castelo onzecentista. Na actual Baixa, é provável que também houvesse alguns núcleos de casas, e os Banhos Reais, que D. Afonso Henriques cedeu para a construção do Mosteiro de Santa Cruz, podiam ser umas termas ou um balneário romano.

Com a invasão germânica, a fácies de

Coimbra/Aeminium teve, forçosamente, de se modificar. O brilho da civilização romana foi-se apagando, mas, mesmo assim, a cidade ganhou importância, relativamente a outros povoados que, décadas antes, a ultrapassavam em prestígio e valor económico e político. Em meados do séc. VI, o Bispo de **Conimbriga** muda-se para o morro mondeguino e a nova residência do **Episcopus Conimbrigensis,** a **Iminio** visigoda, passa a chamar-se **Coimbra,** enquanto aquela cidade florescente, três léguas a Sul, desapareceria.

O que era a Coimbra do séc. VII? Ao certo não sabemos. Que era pequena e modesta não se duvida, mas suficientemente importante no panorama peninsular, para que quatro monarcas nela cunhassem suas moedas: Recaredo, Liuva, Sisebuto e Chintila.

Com as invasões muçulmanas de 711, a cidade seguiu o destino de todas as que se situavam a Sul das montanhas das Astúrias, e durante mais de três séculos foi islâmica, não obstante breves momentos de domínio de tropas cristãs, como aconteceu em 878. As marcas deixadas nas gentes e nos seus costumes foram profundas mas no campo artístico os testemunhos dessa intensa colonização não chegaram até nós. Coimbra, pela sua posição geográfica foi o entreposto entre o Sul islâmico e o Norte Cristão, tendo existido uma importante comunidade moçárabe, que levantou e melhorou os seus templos e que, mesmo depois da vinda para a terra portucalense dos senhores de linhagem franca, continuou a impôr o seu modelo de vida, bem diferente do feudalismo de além-Pireneus. A cidade foi definitivamente reconquistada em 1064 pelas tropas de Fernando Magno, mas a reorganização de todo o vasto território e a defesa da linha do Mondego, ficou a cargo de um moçárabe de Tentúgal, o alvazil D. Sesnando, que nas prósperas cidades andaluzas passara os primeiros tempos da sua vida.

O mais antigo testemunho medievo do aspecto da cidade, ainda que vago, é dado pelo geógrafo Idrici, que nos confia que, no início do séc. XII, Coimbra estava «edificada sobre uma montanha, rodeada de boas muralhas, rasgadas por três portas e mui bem fortificada. Fica nas margens do Mondego, que corre a ocidente da cidade até ao mar e cuja foz é defendida pelo forte de Montemor. Sobre o rio existem moinhos. No território da cidade abundam vinhedos e hortas. Na parte que se estende até ao mar, do lado do poente, existem campos cultivados onde criam gados. A população faz parte da comunidade cristã».

Sem dúvida que, durante os reinados dos nossos primeiros monarcas, a generalidade da população vivia dentro da cerca, onde ficava a alcáçova em que pousaram Afonso Henriques e os seus mais chegados descendentes, o castelo — o último reduto de todo o sistema defensivo — a Sé e o Paço dos Bispos, e as principais igrejas paroquiais. Mas no arrabalde, além muros, já começavam a despontar alguns pequenos núcleos de habitações, sobretudo junto dos templos que aí se levantavam: Santa Justa, S. Tiago e S. Bartolomeu. Em 1131 começou-se a construção do que viria a ser o mais importante mosteiro português, Santa Cruz. Nesse mesmo ano, e igualmente sob o patrocínio do príncipe D. Afonso Henriques, lançaram-se os fundamentos da grande ponte de pedra sobre o Mondego, cuja solidez desafiou séculos de enxurradas e de assoreamento.

Tinha a cidade judiaria e mouraria, continuando a vida destas duas comunidades a processar-se sem grandes sobressaltos até ao final do séc. XV. O bairro judaico ficava na encosta, do lado de Santa Cruz, nas ribas de Corpus Christi. No interior da cerca, uma grande via ligava a Porta de Almedina à Porta do Sol, junto ao castelo, passando pelo adro da Catedral e dividindo ao meio o espaço urbano intra-muros. Outra, também de largo uso, fazia a comunicação entre a Porta de Belcouce,

a mais próxima do rio, com o adro da Sé e com a Alcáçova.

No final da primeira dinastia a cidade estava já claramente dividida em almedina e arrabalde, cada zona com características muito distintas e bem definidas. Na nova zona além muralha — a Baixa actual — fervilhava o povo miúdo, os comerciantes e os artesãos, sobretudo em torno da Praça, balizada por duas igrejas paroquiais: a de S. Tiago e a de S. Bartolomeu. Nos becos e vias que dela saíam arruavam-se alguns mesteres, mantendo-se ainda em muitos casos a toponímia medieval. Na Alta, dentro dos muros, vivia o alto clero, os cónegos da Sé e outros beneficiados eclesiásticos, a nobreza local e os seus servidores, e também, evidentemente, algum povo.

Até 1537, o aglomerado urbano de Coimbra manteve-se sem grandes alterações: pequenas e acanhadas ruelas que serpenteavam nas encostas, adaptando-se às construções que sempre precediam e definiam os traçados das vias. Nunca a almedina esteve superlotada, continuando a existir intra-muros hortas e quintais, onde se praticou a horticultura, até à actualidade. O crescimento era moderado e fez-se sem sobressaltos. Mas nesse ano, D. João III reinstalou os Estudos Gerais na cidade e a sua fácies começou a mudar. Frei Brás de Braga, reformador do mosteiro crúzio, com o beneplácito do monarca, abriu a Rua da Sofia que viria a ser o orgulho dos conimbricenses quinhentistas, cantada mesmo, em versos latinos, por Inácio de Morais. Aí se edificaram os Colégios de S. Miguel e de Todos-os-Santos, de S. Bernardo, do Carmo, da Graça, de S. Pedro, de S. Boaventura e de S. Tomás, além do Convento Novo de S. Domingos e a nova Igreja de Santa Justa. O frade reformador urbanizou outras áreas, como a de Montarroio, incluindo o largo que se viria a chamar Pátio da Inquisição, as ribas de Corpus Christi e das Figueirinhas, o Largo de Sansão, etc. Já antes, o Bispo D. Jorge de Almeida dera maior dignidade ao adro da Catedral, e a Câmara arranjara de novo a ponte, os cais do Mondego e algumas ruelas que calcetou.

Mas foi a partir de 1537 que se operou a grande mudança, com a instalação de inúmeros colégios universitários, que todas as ordens religiosas quizeram fundar na cidade, para alojarem os seus religiosos que, em Coimbra, buscavam o Saber e os graus académicos.

Grandes edifícios, planeados por arquitectos de mérito e construídos com apreciáveis meios económicos por construtores hábeis, surgiram, em poucas décadas, em zonas desabitadas do arrabalde ou mesmo na almedina, cabendo salientar os grandes complexos da Companhia de Jesus, e de Santa Cruz.

Os próprios burgos vizinhos de Celas e Santa Clara, que tinham nascido à sombra de mosteiros, desenvolviam-se fornecendo mão de obra para os trabalhos de construção.

Em poucos anos, o número de habitantes de Coimbra duplicou, e aos 5.200 de 1527 opunham-se os 10.000 de 1570. Não eram só estudantes, mas também todo um grupo social que nascera, para garantir a alunos e mestres os serviços necessários para a sua permanência na cidade. No fim do séc. XVI a zona urbana crescera e redefinira-se, para não mais se alterar até ao final do séc. XIX. As zonas agora ocupadas, além das que já o eram em 1537, situavam-se entre o Mondego e a parte final da Rua da Sofia, nos arnados, que foram sendo conquistados para a construção e para pequenas hortas, e na encosta de Montarroio.

Terminou-se a ligação entre os adros de Santa Justa, o largo de Sansão e a Praça Velha, formando-se um aglomerado contínuo.

No séc. XVII a evolução é lenta e a população aumenta gradual e sistematicamente, mas, para além de construções pontuais, algumas de grande volume, viá-

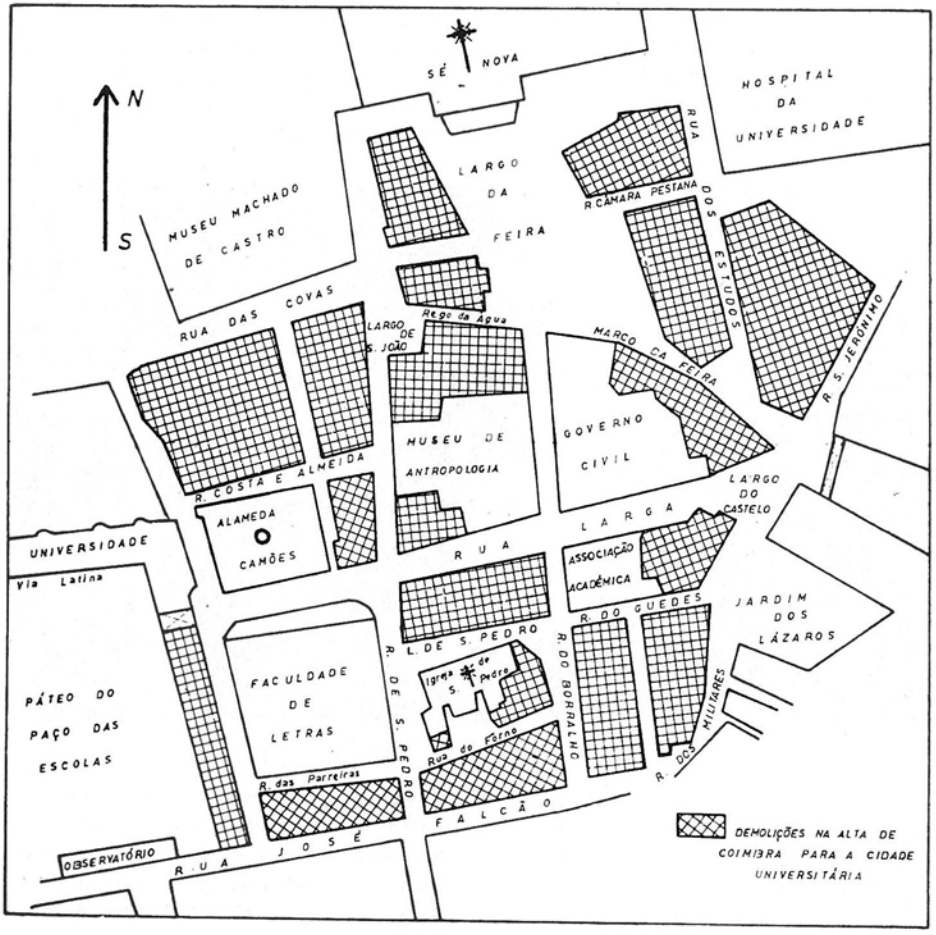
rio ou os limites da urbe não sofrem alterações, o mesmo se passando ao longo de toda a primeira metade do séc XVIII. Em 1765 os alunos matriculados na Universidade eram já 4.629 que, juntos com os dos colégios, perfaziam o elevado número de cerca de 8.000, ou seja, metade de toda a população de Coimbra. A vocação académica da cidade mantinha-se.

Foi nesta época que o Marquês de Pombal desejou mudar o aspecto e a estrutura da sua cidade universitária, mas dos seus planos mais não resultou que a criação da praça que hoje tem o seu nome, em terrenos e edifícios da Companhia de Jesus, onde fez levantar dois institutos universitários ao gosto da moderna Europa de além-Pireneus. Na Quinta dos Bentos levantou também o Jardim Botânico que seria um novo polo de atracção e iria fazer a ligação com novos bairros da cidade contemporânea, mas antes, ainda, no séc. XVIII, com o Seminário e o Colégio de S. José dos Marianos.

Durante o séc. XIX a cidade só aumentou o seu número de habitantes em 6.000 e, ao ser implantada a República, viviam aqui 29.115 almas. Foi a partir de 1880 que a fácies de Coimbra mudou e acompanhou a modernização que também Lisboa conheceu, quem sabe se não influenciada pelas obras que corriam na capital. É o momento em que a malha quinhentista rompe os seus tradicionais limites e se espalha por zonas antes desabitadas ou, quando muito, onde se implantavam algumas moradias rodeadas de quintas de pleno carácter rural.

Urbanização inicial do Bairro Marechal Carmona

Junto ao rio, arranjam-se as margens, sobretudo a do lado Norte, alarga-se a Portagem e a avenida e parque juntos, cujas obras se prolongam durante várias décadas, a partir de 1888. Aí nasce a estação de caminho de ferro e se instalam as unidades hoteleiras mais importantes da cidade novecentista. Em 1882, na Quinta de Santa Cruz, começa a abrir-se a que haveria le ser a mais larga e bela das novas artérias citadinas, hoje a Avenida Sá da Bandeira, que termina na Praça da República, local onde, já em 1901 os académicos disputavam as suas partidas de



Planta da Alta com indicação das áreas destruídas, para a construção dos novos edifícios universitários

um novo desporto importado das Ilhas Britânicas : o futebol. As vias adjacentes, de traçado regular e com largura invulgar para a época, em breve servidas por transportes públicos, são projectadas e começam a ser abertas, a partir de 1889: Rua Castro Matoso, Rua Alexandre Herculano Rua Garret, etc. A ligação da Praça da República com Celas — a Rua Lourenço Almeida Azevedo — inicia-se em 1893, e a vizinha Rua Tenente Valadim é traçada entre 1894 e 1903. É toda uma nova zona onde se vão levantar prédios elegantes uma escola, na esquina da Rua da Manutenção Militar que, em 1901 vai estabelecer a ligação com Montarroio e com a Conchada, e um teatro-circo, já inaugurado em 1892.

Em 1918 a zona residencial estende-se a outras áreas, sendo nesse ano regularizada a Alameda do Jardim Botânico, e dois anos depois, a região da Cumeada, com a definição da sua espinha dorsal, a Avenida Dias da Silva.

Só em meados do século, Coimbra conheceria novas alterações em alguns dos seus pontos mais centrais, muito especialmente na Alta, onde, para se construirem novos edifícios universitários, se destruiram grandes áreas de antiga ocupação, incluindo muitos edifícios notáveis, como as igrejas de S. Bento e de S. Pedro, e os Colégios dos Militares e dos Loios. É também, por outro lado, o momento em que se constrói o primeiro bairro periférico dentro de um plano ordenado e com finalidade de alojar condignamente, em moradias, famílias de recursos médios; nascia assim o Bairro Marechal Carmona, ao dobrar-se o meado do século.

BIBLIOGRAFIA SUMÁRIA

ALARCÃO, Jorge de — **Origens de Coimbra,** «Actas das I Jornadas do Grupo de Arqueologia e Arte do Centro, Coimbra, 1979.

CAMPOS, J. C. Aires de — **Indices e Sumários,** Coimbra, imprensa da Universidade, 1867.

CARVALHO, A. Ferraz de — **Toponímia de Coimbra e arredores,** «Coimbra», Coimbra, 1943.

CARVALHO, F. A. Martins de — **Portas e Arcos de Coimbra,** Edição da Biblioteca Municipal de Coimbra, Coimbra, 1942.
— **Fontes e Chafarizes de Coimbra e suas imediações,** «Arquivo Coimbrão», Coimbra, 1942.

CORREIA, António — **Identificações Toponímicas,** «Arquivo Coimbrão», Coimbra, 1942.

CORREIA, Vergílio — **Origens de Coimbra,** «Turismo», Jan.-Fev., 1944.
— **Coimbra Pré-histórica e Romana,** «Diário de Coimbra», 19 Abril-1943.
— **A Praça de Sanção e o Mosteiro de Santa Cruz em 1796,** em **Obras,** vol. I. Coimbra, 1946.
— **Frei Brás de Braga Urbanizador,** em **Obras,** vol. I, Coimbra, 1946.

FERREIRA, Francisco Leitão — **Notícias Chronológicas da Universidade de Coimbra,** Coimbra, 1938.

GONÇALVES, António Nogueira — **Novas Hipóteses acerca da Arquitectura Românica de Coimbra,** Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1938:
— **Evocação da obra dos canteiros medievais de Coimbra,** Coimbra Editora, Coimbra, 1944.
— **A quinhentista rua da Sofia,** «Diário de Coimbra», Coimbra, 5-Out.-1947.
— **Inventário Artístico de Portugal — Cidade de Coimbra,** A. N. B. A., Lisboa, 1947.

LOUREIRO, José Pinto — **Toponímia de Coimbra,** Edição da Câmara Municipal de Coimbra, Coimbra, 1960.
— **Coimbra no Passado,** Edição da Câmara Municipal de Coimbra, Coimbra, 1964.

MARTINS, Alfredo Fernandes — **Esta Coimbra . . . ,** Coimbra, 1951.
— **A Porta do Sol. Contribuição para o estudo da cerca medieval coimbrã,** «Biblos», Coimbra, 1952.

OLEIRO, J. M. Bairrão — **O Criptopórtico de Aeminium,** «Humanitas», Coimbra, 1955-1956.

OLIVEIRA, António de — **A vida económica e social em Coimbra de 1537 a 1640,** Ins. de Est. Históricos, Coimbra, 1971.

SILVA, Armando Carneiro da — **Estampas Coimbrãs,** Ed. da Biblioteca Municipal de Coimbra, Coimbra, 1964.
— **Evolução populacional coimbrã,** «Arquivo Coimbrão», Coimbra, 1967.

TEIXEIRA, António José — **Documentos para a História dos Jesuitas,** Imprensa da Universidade, Coimbra, 1899.

«AREIAS»

Estação Arqueológica Luso-Romana

VIMIEIRA/MEALHADA

Por

Machado Lopes*

O recente achamento da estação arqueológica luso-romana das Areias suscitou, naturalmente, vivo interesse nos meios locais e intelectuais.

Após a tramitação burocrática e os trabalhos preparatórios de sondagem, levantamento e quadriculação da área, foram iniciadas as escavações de cujo espólio e conclusões o responsável nos dá conta neste artigo com o necessário enquadramento histórico e geográfico.

e conclusões o responsável nos dá conta neste artigo, com o necessário enquadramento histórico e geográfico.

1. MANIFESTO

Por um património cultural reconstruído e construído

Que panorama?

Não mui tranquilizante disfrutar o panorama do nosso património, em especial para quem se debruce e incline perante o estudo do passado.

Os alertas irrompem aqui e além, por todo o lado, numa muralha arruinada, numa obra de arte mercadejada além fronteiras por mãos menos escrupulosas, numa ermida «miraculosamente» volatilizada.

Cada alerta é um convite, melhor, um repto para cerrarmos fileiras num contributo (modesto que seja) para exumar, estudar e divulgar o património, no sentido da sensibilização dos homens de hoje, memorando o futuro.

O património deverá ser restituído aos homens em termos de reapropriação mental/cultural, pois só assim se propiciará e logrará atingir a almejada defensabilidade...

(*) Licenciado em História / Arqueologia. Responsável do Campo Arqueológico das Areias.

2. SÍNTESE HISTÓRICA DO CONCELHO DA MEALHADA

A 6 de Novembro de 1836, sua Majestade a Rainha D. Maria II criou o Concelho da Mealhada. Até aí, a Vila da Mealhada fazia parte do Concelho da Vacariça, embora possuisse prestigioso foral outorgado por D. Manuel I em 12 de Setembro de 1514.

Do Distrito Administrativo de Coimbra passou ao de Aveiro, por Decreto de 24 de Outubro de 1855.

A 23 de Dezembro de 1875, o Concelho da Mealhada ficou sob a jurisdição da Câmara de Anadia.

O Brazão de Armas compõe-se de um vetusto carvalho (representando o Buçaco) e de dois cachos de uvas (símbolo da ubérrima zona vinhateira).

Conta hoje com oito freguesias:

Antes	Mealhada
Barcouço	Pampilhosa
CASAL COMBA	Vacariça
Luso	Ventosa do Bairro

3. GEO-HIDRO-TOPOGRAFIA

O Concelho da Mealhada insere-se numa zona pouco acidentada, localizando-se a Oeste da Serra do Buçaco e a Norte do rio Mondego. O seu extremo Este e Nordeste, sobre as faldas da serra, ultrapassa-a apenas por alturas do Luso/Buçaco.

A parte Sul inscreve-se numa zona que serve de limite natural à Bacia Hidrográfica do Mondego. As partes Central e Norte são essencialmente dominadas pela bacia da Ribeira do Cértoma e afluentes, sendo mais importantes os que provêm das abas da Serra do Buçaco.

A Oeste, está geomorfologicamente bem delimitado pela transição do Vale do Cértoma para as «Gândaras» do Concelho de Cantanhede.

Na zona Central (St.ª Luzia/Pampilhosa), o relevo vinca a separação das bacias da Ribeira do Cértoma e da Ribeira de Souselas, afluente do Mondego.

A Ribeira do Cértoma, que nasce na Serra do Buçaco sensivelmente entre Louredo e Cácemes, reina sobre todos os demais cursos de água provindos dali. Faz um percurso Este/Oeste até à Pampilhosa, onde toma a sua direcção principal Sul/Norte. Neste último trajecto, vai recolhendo como afluentes diversas ribeiras que descem da Serra do Buçaco e retalham as suas abas, ganhando por isso crescente caudal. Já perto da Mealhada, espraia-se em vasta bacia aluvionar que, no limite Norte do Concelho e por alturas da Curia, mais condicionado tectonicamente, se encaixa e segue até à Pateira de Fermentelos, desaguando esta no Vouga.

Geologicamente, esta região integra-se na bordadura do maciço Hespérico (de terrenos antigos) com a orla Meso-ceno-antropozoica ocidental. A transição faz-se no sopé da Serra do Buçaco, trepando aqui e ali, mais alto, a discordância dos grés vermelhos do Triássico sobre os xistos e quartzitos paleozoicos que preenchem a Serra.

No seu limite NE, nas Carvalheiras/ /Luso/Buçaco, notar-se-ão, como expressiva mancha, as cascalheiras mais antigas do Antuniano. Só voltaremos a encontrar aqueles grés vermelhos (de Choffat) por altura da Lameira/Vacariça/Pego/St.ª Cristina, numa faixa que se prolonga por Larçã para o Concelho de Coimbra.

Para Ocidente e depois dos grés vermelhos, desenvolvem-se duma maneira grosseiramente paralela à faixa atrás referida os calcários e margas do Jurássico que, em sucessivo cobertos por sedimentos mais recentes, voltam a aflorar nas vertentes espaldadas do Vale do Cértoma no limite com o Concelho de Cantanhede, na zona que vai de Ventosa à Pedrulha, Casal Comba e Silvã. Estes calcários jurássicos desaparecem a Sul do Concelho, em especial a partir da Silvã, ficando

cobertos por grés do Cretácio. Aí, só nos vales mais desventrados se deixam novamente ver.

É no meio desta larga bacia recobrindo os calcários que se espraia o Cértoma com os seus terraços e aluviões. Estes, por condições geomorfológicas favoráveis, eventualmente atraíram a fixação inicial do Homem. À sua volta nascem os povoados mais antigos e, pelas suas margens, deslizam as vias de comunicação mais importantes (Mealhada talvez de «meada» de estradas — Meadela). Tudo à «sombra» da silhueta da Serra do Buçaco, talvez inalterada desde séculos e preservada pelos seus grés siliciosos.

4. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Como se viu, o rio Cértoma desliza, no troço médio do seu curso, pela depressão que separa a cordilheira do Buçaco do «horst» de Cantanhede.

Tem uma orientação quase perpendicular ao terço terminal do rio Vouga (de que é sub-afluente) e ao Mondego na direcção de Coimbra.

Daí a circunstância do Vale do Cértoma constituir, desde remotos tempos, como que um canal de ligação entre o norte e o centro do país.

Se a esta constatação conjugarmos o da fertilidade do solo — apto para todas as culturas (vinha, oliveira, cereais, hortícolas, espécies arbustivas ou arbóreas da flora mediterrânica) — lograremos explicar a intensa actividade agrícola e o desenvolvimento demográfico que a bacia do Cértoma assumiu desde a nossa proto-história.

Na sequência, o espólio arqueológico e, com ele, o etnográfico e toponímico, revela um facto incontroverso: duradoura e profunda romanização.

Zona suburbana de Aeminium, não muito distante de Conimbriga ao sul e Talábriga ao norte — sempre uma ponte de ligação...

O Dr. José Rodrigues, na sua obra «O Couto de Aguim» [1], refere um manuscrito setecentista pertença de um arquivo particular, o qual reza assim:

> «Há tradiçam que no tempo dos Romanos e outros suecssores the os Mouriscos ouvera cidade ou povoação grande no sitio onde hoje chamão Pedrulhas de S. Martinho, cujo titulo tinha a dita cidade que fica dentro da freguesia para a parte do norte; e ao mesmo tempo se hão achado sinais grandes disso por ahi, como são pedras labradas, sepulturas de pedra, tijolos e telhas grossas, de cujos fragmentos estam aquelas areyas cheias.»

Cértoma ou **Ripa-Cértoma** — termo pré-latino, talvez celta. De «Certôma» (**rizoma**, **sarcoma**, **hematoma** — **ôme**/Vandôme), raiz indo-europeia dispersa pela Grécia, Norte de África, etc.. Outros consideram-no de origem árabe: de «Sertemma» (**Sara**-andar/**temma**-aí).

★

Vinda de Aeminium, uma única estrada chegava ao lugar da Vimieira. Daqui para Norte bifurcava-se, tomando um ramo a direcção de Anadia pela margem direita do Cértoma e outro a da Curia pela margem esquerda.

Mário de Saa [2] classifica a primeira de via romana comercial e a segunda de imperial ou legionária.

Também assinala o lugar da Vimieira como possível «oppidum» — ELBOCORIS [3].

---

[1] RODRIGUES, José — **O Couto de Aguim**, Ed. Cisial, Anadia, 1959, p. 12.

[2] SAA, Mário de — **As Grandes Vias da Lusitânia** (Livro VIII), pp. 104 e segs. (leitura com reservas).

Para uma visão paralela, vide Moreira de Figueiredo — **Subsídios para o Estudo da Viação Romana das Beiras**, in «Beira Alta», 12, 1953.

[3] Também J. Fragoso de Lima — **Aspectos da Romanização no Território Português da Bética**, in «O Arqueólogo Português», 2.ª Série, 1, 1951.

Uns dez quilómetros a Norte, mais exactamente no povoado de Barrô (Águeda), podemos assinalar duas estradas através de documento:

> ...et dividit ipse villa cum villa barriolo per illa lomba *inter ambas stratas*...»
> (DC LXXIII — A. 957)

★

«Areias» do lugar da Vimieira — **localização:**

Carta militar — folha n.º 219.
quadrícula quilom. 376/172 (ant.)

4.1 — 1.ª FASE

«Comerciante da Mealhada Desenterra Casa Romana» (1)

De há muitos anos assinala a tradição o «assento» da cidade das Areias no lugar da Vimieira (2).

A abundância de fragmentos de «tegulae» e demais cerâmica, além de silharia sucessivamente aproveitada, sempre despertou a curiosidade dos moradores.

Tempos atrás e mercê do espírito vivo dos senhores Luís Marques (residente na Mealhada) e Fernando Ventura (Vimieira), logrou-se pôr a descoberto uma pequena parcela do átrio de uma casa, aparecendo um tanque revestido a «opus signinum» ladeado por uma base de coluna muito bela, vário espólio respigado mas sem estratigrafia e algumas sepulturas contendo ainda esqueletos. Tudo à flor da terra, quase se poderia afirmar.

Tanto bastou para o alerta junto dos órgãos de comunicação social e para o contacto com o Prof. Jorge de Alarcão. Este só compareceu «in situ» a 19 de Outubro, após inteirado do facto junto do seu antigo aluno também residente no Concelho, signatário deste apontamento.

A visita accionou a boa vontade da Câmara que, muito diligentemente, logo pôs ao dispôr a quantia de trinta mil escudos para o prosseguimento da pesquisa.

Acendeu, outrossim, a força colectiva do Povo da Vimieira (bairrismo?...) no sentido da congregação num grupo para defesa do património.

Da escavação empírica em terrenos arrendados, passou-se à fase de recuperação da área já afectada e sequente sondagem sistemática.

4.2 — 2.ª FASE

Passagem do «testemunho»

A irrefutabilidade dos vestígios predispôs ao trabalho.

Além de medidas imediatas para uma prudente contenção dos ânimos e do entusiasmo do Povo da Vimieira, logo se gizou um plano que obviasse à integração e harmonização dos excertos escavados espontaneamente, sem prejuízo de um judicioso avanço para a sondagem prospectiva sistemática.

Nesta conformidade, procedeu-se:

- à abordagem dos proprietários dos terrenos das «Areias»
- à aquisição de material mínimo necessário para encetar a tarefa
- à limpeza e remoção de entulhos na área afecta
- à colocação de tabuletas do IPPC e de dois painéis cedidos pela Câmara, em vista a exposição didáctica
- à vedação e delimitação (estacas e cordas)
- à cobertura fotográfica da área já afectada
- à recolha de todo o espólio porventura salvaguardado
- à burocracia para autorização do início das escavações (IPPC).

---

(1) In «O Diário» — Vida Local, 16-11-80.
(2) SAA, Mário de — **As Grandes Vias da Lusitânia** (Livro VIII), pág. 114.

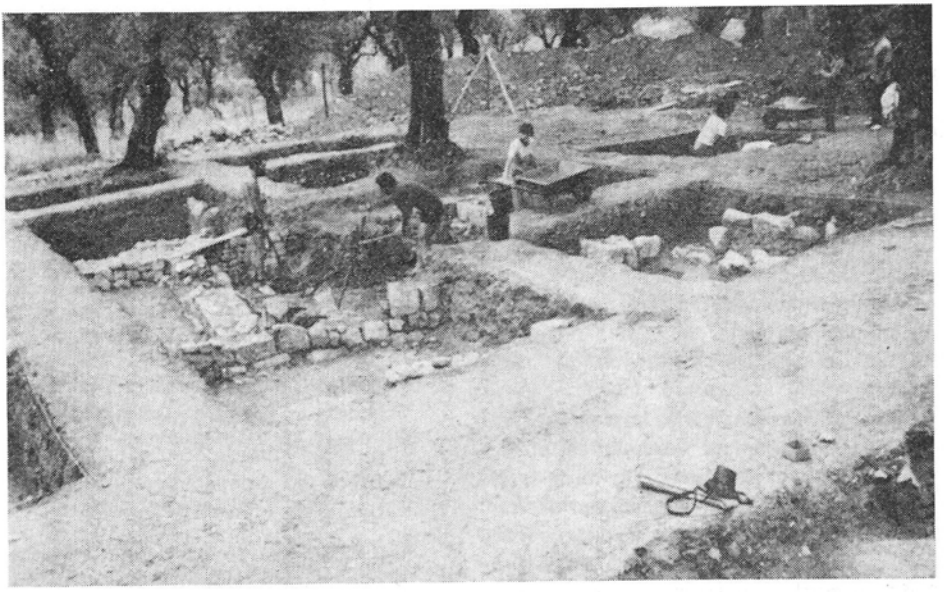
4.3 — 3.ª FASE

Sondagem prospectiva sistemática
(Out./Dez. — 80)

A verba lucidamente revertida pela Câmara, numa reciprocidade enfática, aplicou-se com parcimónia e dentro de um espírito de máxima rendibilidade.

Assim, delineado o plano de acção, logo se deu início à sondagem e, após, lela em atingir um rendimento mínimo, intermitência no tocante à disponibilidade dos colaboradores, orçamento onerado pelo «vai-vem» dos mesmos, avolumar de material diverso carente de tratamento (lavagem, secagem, separação, marcação, classificação e desenho), carência de tempo para relatórios e similares, frio intenso, etc., etc.

Depois, muito constrangeu toda a «burocracia» reinante na concessão do subsí-



Fase actual das escavações

levantamento e quadriculação. Recurso aos tempos livres de cada feriado ou fim de semana.

4.3.1 — Condições materiais

Pesasse embora uma certa relutância e a bem da preservação, optou-se por um plano de trabalho a prosseguir cada fim de semana ou friado. Sabia-se, à partida, dos inconvenientes que sobreviriam: sistemática quebra de ritmo, dificuldade paradio, só entregue em fins de Março de 81. Tal obrigou a uma «ginástica» pouco adjuvante da calma emocional necessária ao trabalho.

Apenas a força persuasiva de uma arte que se abraçou incondicionalmente, lograram ultrapassar as muitas dificuldades.

O reverso positivo residiu no facto de o local se haver transformado em «centro de romaria ou peregrinação», especialmente de populações das redondezas.

Nessa medida, nasceu a ideia de um «museu vivo» que fosse inteirando e

enquadrando as centenas de visitantes — montou-se uma exposição didáctica na qual se inseriu o espólio mais significativo, além de cartazes, esquemas, fotografias, etc.

4.3.2 — Trabalho de campo

A opção recaiu no natural desenvolvimento da área à volta do peristilo, para a total delimitação da possível «vila» (urbana).

Dos 30 quadrados ora abertos, sempre uma estratigrafia uniforme, sem sobressaltos: primeira camada de solo arável, uma outra de destruição («tegulae», pedra e estuque/frescos) e uma última de pavimentos (barro simples nuns casos, «opus lateritium»/«tessalatum»/«signinum» noutros) logo seguida de terra virgem. Toda a articulação de alicerces se mantém em razoável estado de conservação, devido ao simples pormenor de que o olival ali não deixou penetrar a máquina chamada tractor.

Nestas duas camadas, bastante espólio: cerâmica comum vermelha e preta, «sigillata», vidro, material em ferro (pregos, chaves, lâminas), agulhas em osso e bronze, fíbulas, presas de javali, moedas várias (sécs. II e IV, uma cunhada em Constantinopla e outra em Aquileia), mós manuárias intactas, mais de uma dezena de «pondus», quatro «tegulae» com marca de oficina («MAKR», desenhada «in planta pedis»).

Merece especial menção o aparecimento de 3 machados e uma enxó em pedra polida (grés), além de um alicerce redondo bem delineado (4 metros de diâmetro) por baixo das estruturas romanas (NE do campo) — habitação pré-romana.

Também o pormenor curioso da exumação de túmulos rudimentares, contendo ainda esqueletos (cerca de 60, com orientação Oeste — cabeça/Este), num aproveitamento dos alicerces (lages prontas a servir). Quanto à cronologia da necrópole, dada a rudeza e imperfeição das jazidas, torna-se problemática. Contudo, mercê da estratigrafia, das análises efectuadas pelo Laboratório de Antropoligia da Univ. de Coimbra e das direcções tomadas pelas raízes das oliveiras (vetustas de 400 anos, segundo constatação de botânicos), aventa-se uma idade entre os 300 a 600 anos. Dentro desta incaracterística da necrópole (que quase a levaria a remontar à Alta Idade Média), de notar a ausência de qualquer mobiliário funerário.

4.3.3 — Síntese Conclusiva

Postos perante tudo quanto antecede e considerando assim :

- a geo-morfologia («situs»)
- os 3 machados e a enxó em pedra polida (Neolítico), além da estrutura circular por baixo da romana.
- as duas vias romanas (margens esquerda e direita do Cértoma)
- o marco miliário ora depositado nos Paços do Concelho, o qual corrobora o considerando anterior
- a existência de um «lacus» rodeado por colunas num átrio possivelmente coríntio, «lacus» esse revestido a «opus signinum»
- a presença de salas pavimentadas a «opus signinum» e com paredes revestidas a fresco
- o vestígio de mosaico policromado «opus tesselatum» — séc. I (micro-tesselas)
- todo o cômputo do espólio em termos de vidro, cerâmica e objectos de metal ou osso, a situar entre os sécs. I e IV d. C.
- o aparecimento de moedas dos séculos II e IV d. C.

- a exumação de 3 telhas com marca de oleiro desenhada «in planta pedis» — «MAKR» (séc. I)
- a sobreposição das duas caleiras no sistema aquático do «atrium»
- o curioso pormenor dos numerosos esqueletos inumados a par das estruturas pré-existentes, com o aproveitamento de pedras e lages para as sepulturas

pode avançar-se e com as reservas implícitas :

— a vivência humana pré e proto-histórica
— romanização, provavelmente em duas épocas ou, quando não mesmo um mero restauro em continuidade — «vila» de área dilatada, como o comprovam os vestígios dispersos
— o posterior abandono e sequente desmoronar
— o recurso e convertibilidade em cemitério medieval (?)
— o aproveitamento de muito material no edificar da aldeia hoje chamada de Vimieira.

daí que se opine :

- porque viável a exumação de algo muito mais significativo
- porque todo o Povo da Vimieira assim o exige, num misto de entusiasmo pelo passado (sensibilidade inoculada) e de bairrismo (veja-se o Museu por si edificado)
- porque a Edilidade se mostra receptiva aos problemas suscitados pela preservação do património

... UMA CONTINUIDADE REPARTIDA POR SUCESSIVAS CAMPANHAS.

5. — ENTÃO, QUE FUTURO ? ...

Julga-se haver encetado aquilo que o futuro espera de nós outros: **manter viva a presença do passado.**

A Câmara Municipal da Mealhada não mais pode demitir-se de uma política cultural afincada e, nessa medida, se obrigará à salvaguarda do património histórico. O seu orçamento anual não mais poderá ignorar um quinhão que seja em vista a esse desiderato.

Entretanto, o colectivo responsável (Drs. Corte-Real, Pinto Varela, Noémia Leitão, Ana Paula Cunha) permanecem atentos e disponíveis. A jovem Associação para Defesa do Património da Vimieira, esperançosa e lutadora, irmanar-se-á numa cruzada sem tréguas.

Ao percepcionarmos fragmentos do passado, **memorizamos** o futuro. Se as civilizações se extinguem, a complexidade social perpetua-se através da CULTURA — capital organizacional, matriz informática, reprodução — a dever ser preservada, transmitida, ensinada, aprendida.

Caso assim não seja, negamos a nossa própria condição de homens e, de homens, passamos a simples objectos sem qualquer significado.

PELA MEMÓRIA !

O Mosteiro e o Burgo de Celas nos meados do Séc. XVIII

– Estudo Económico e Social

Por

José Manuel Azevedo e Silva*

Os tombos senhoriais são importantíssimas fontes históricas à espera de investigação. Tendo por base essas fontes e apoiando-se em outros documentos manuscritos e impressos, fez o autor a reconstituição do circuito que delimitava o Burgo e a Cerca do Mosteiro de Celas, publicado no n.º 1 desta Revista. Neste artigo, faz-se o estudo da realidade sócio-económica contida nesse delimitado espaço geográfico, nos meados do séc. XVIII. A escolha do sítio, como nasceu e se desenvolveu o Mosteiro e o Burgo de Celas, as relações entre os habitantes do Burgo e o Mosteiro de que eram enfiteutas e outros quadros vivos da vida local são também aqui abordados.

I — ASSIM NASCEU UM MOSTEIRO E UM POVOADO

Segundo o sonhei verdadeiramente, Celas nasceu dum desejo de princesa!

Este «sonho» não foi segregado pela nossa actividade onírica, foi sim privilégio do Rev. Doutor Nogueira Gonçalves.

Viviam ainda os Reis em Coimbra. As princesas, com suas aias e açafatas, em mulas mansas, saíam da alcáçova e, descida a ladeira do castelo, ficavam no campo. Em passeio por caminhos fáceis, a meia encosta, iam até à ermida de Santo Antão no alto dos Olivais ou desciam à de Santa Comba e, por Coselhas, entre frescura de árvores e campos arroteados, contornavam o monte, voltando à cidade.

Dizia a pequenina infanta D. Sancha, parando a olhar o vale aberto em larga curva, no sítio de Vimarães, no alto de

(*) Licenciado em História Económica e Social.

Valmeão: — Um dia mandarei fazer aqui um Mosteiro! (1).

O desejo da infanta tornou-se realidade. Em 1213 ou mais provavelmente num dos anos anteriores, nascia o Mosteiro de Celas, depois de a princesa ter intentado outro em Alenquer, donde terá trazido algumas religiosas.

II — O SÍTIO

E a decisão da infanta foi feliz na escolha do sítio!

Com efeito, ficava a cerca de 1 Km da cidade, saindo pela Porta do Sol, trilhando a posteriormente chamada estrada de Celas. Além disso, o local era airoso, calmo e saudável, ao cimo do Valmeão e ao fundo da encosta da Cumeada, permitindo, portanto, a captação fácil de águas para os gastos domésticos e para a rega das culturas (2).

Reza a tradição que neste lugar assentou Fernando Magno o quartel general do seu exército durante 7 anos, donde delineou a disposição táctica e estratégica do cerco de Coimbra que, já em fase de desespero, acabou por conquistar definitivamente aos mouros em 1064, com a ajuda dos monges de Lorvão e o favor milagroso de S. Tiago que, segundo a lenda, lhe apareceu montado num cavalo branco (3).

As elevações que contornam a colina «aeminiensis» são arenitos entremeados de camadas argilosas que retêm a infiltração das águas (4). Estes factores geológicos permitiram a construção de várias fontes e chafarizes na cidade, no burgo, na cerca e no jardim do claustro do Mosteiro.

Pela excelência do sítio, não admira, pois, que, à sombra do Mosteiro e de frondosos olivais, tivesse nascido o Burgo de Celas.

Em artigo anterior reconstituimos os limites do Burgo e da cerca do Mosteiro de Celas, num perímetro de 1.236,5 varas, equivalente a 1.360,15 m (5).

Pelo recurso ao método da decomposição em triângulos, no espaço delimitado pelo perímetro atrás indicado, achámos a área total de 87.290 m², ou seja, 8,729 ha.

Esta área compreendia as casas do Burgo com seus arrumos e quintais, ocupando a parte nascente e sueste; a parte restante era ocupada pelo Mosteiro e suas dependências e pela não grande mas fértil cerca.

III — TOPONÍMIA E ENQUADRAMENTO URBANÍSTICO

O casario dispunha-se ao longo dos arruamentos apresentados no quadro seguinte.

Adverte-se, desde já, que a comparação com a actualidade contida no quadro se circunscreve aos limites atrás referidos, abstraindo, portanto, o recente crescimento urbanístico de Celas em toda a vasta área circunvizinha.

Tal como muitas povoações nascidas no período de formação do país, a estrutura urbanística de Celas fazia lembrar uma cruz, formada pelas ruas das Parreiras e do Mosteiro e pela actual Rua Bernardo Albuquerque. Adjacentes a estes

---

(1) A. Nogueira Gonçalves — Palestra proferida em 1951, na Sede do Clube Desportivo de Celas.

(2) Fr. Bernardo da Assumpção — Index da Fazenda do Mosteiro de Celas, manuscrito publicado por J. M. Teixeira de Carvalho, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1940, pág. 7.

(3) Fr. Bernardo da Assumpção, **ob. cit.**, p. 7.

(4) A. Fernandes Martins — **O Esforço do Homem na Bacia do Mondego**, Coimbra, 1940.

(5) J. M. Azevedo e Silva — **Demarcação do Circuito do Burgo e da Cerca do Mosteiro de Celas**, Separata do n.º 1 da Revista MUNDA, Coimbra, 1981.

arruamentos principais, dispunham-se pequenas ruas e o Beco.

A Rua do Mosteiro, também referenciada no documento por Rua Direita e por Rua da Porta do Olival, era a mais populosa e opulenta, apenas com casas de sobrado. Ao fundo, com frontaria para a rua peito pelo Sr. Manso Preto, achamos que Rua do Mosteiro deverá voltar a ser o nome desta artéria.

A propósito, um episódio: — Os oficiais de S. Germano, a certa altura, colocaram uma fechadura na porta do páteo monástico, querendo significar com essa atitude

QUADRO I

ESTRUTURA URBANA DO BURGO DE CELAS NO SÉC. XVIII E NA ACTUALIDADE

Em 1740 (1)			Em 1981 (2)		
Nomenclatura dos Arruamentos	Casas		Nomenclatura dos Arruamentos	Casas	
	Sobrado	Térreas		Sobrado	Térreas
Rua do Mosteiro	14	—	Rua Manso Preto	11	—
Rua das Parreiras	10	8	Rua das Parreiras	14	1
Rua que vem de Coimbra	1	4	Rua Bernardo Albuquerque	10	—
Rua que vai para S. António	6	—	Rua Bernardo Albuquerque	11	2
Rua da Barbeira	8	1	Rua da Barbeira	7	1
Rua que vai para Sete Fontes	6	5	Av. Bissaia Barreto	8	1
Rua do Meio	—	4	Rua do Asilo	3	—
Rua das Lapas	9	9	Rua Bernardo Albuquerque	5	—
Beco	7	3	Beco das Lapas	7	5
Quelha que vai p/ Fonte da Mãozinha	1	2	Beco das Lapas	2	—
Carreira dos Namorados	—	—	Rua Gomes Freire	1	—
TOTAL	62	36		78	10

FONTES : — 1) Tombo n.º 28 do Mosteiro de Celas.
2) Observação directa.

e com uma das paredes laterais começando a desenhar o adro de S. Germano, fronteiro ao Mosteiro, ficava a Igreja do Povo, de invocação primitiva a S. Germano e posteriormente a N.ª S.ª da Piedade, que hoje se encontra bastante degradada. Esta rua mantém, no essencial, a fisionomia de então. Com o devido respeito pelo Sr. Manso Preto, achamos que Rua do Mosteiro deverá voltar a ser o nome desta artéria.

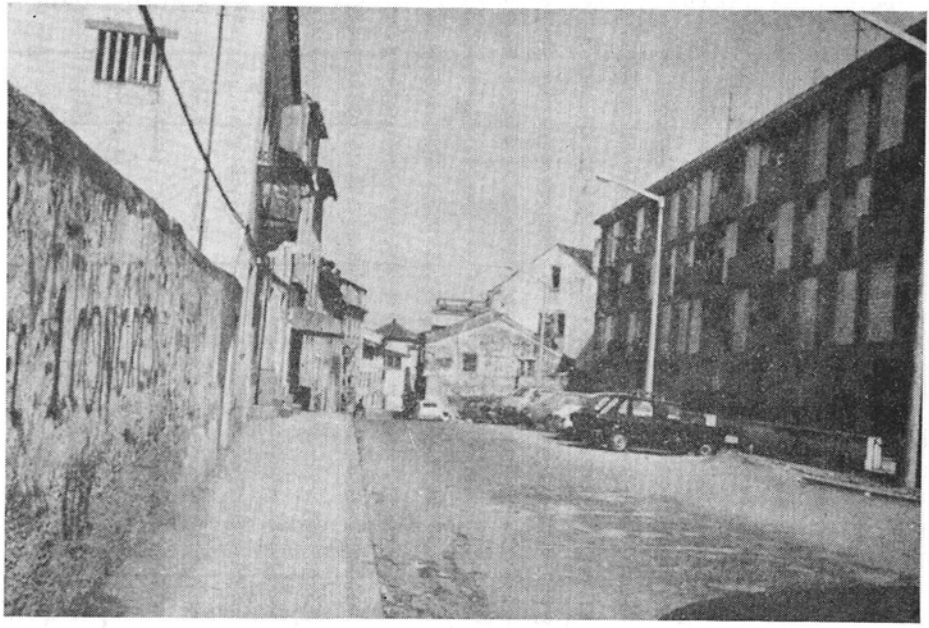
A propósito, um episódio: — Os oficiais de S. Germano, a certa altura, colocaram uma fechadura na porta do páteo monástico, querendo significar com essa atitude terem sobre ele jurisdição. O Mosteiro moveu-lhes um monitório judicial que, naturalmente, foi decidido a seu favor (1).

A Rua das Parreiras, assim designada por ser ladeada de latadas de videiras, era também muito populosa. O lado nascente desta rua está hoje quase completamente modificado por casas novas de três anda-

(1) Fr. Bernardo da Assumpção, **ob. cit.**, p. 43.

res que recuaram cerca de 10 metros, desenhando uma rua bastante larga, estrangulada, por enquanto, por duas casas velhas, na confluência desta rua com a Bernardo Albuquerque. O lado poente, embora com alterações recentes e do século passado, mantém o traçado do séc. XVIII, existindo ainda algumas casas e até um troço de muro antigo.

A Rua que vem de Coimbra registava a Rua de Coimbra ou vice-versa, quedando-se alguns momentos (que a eles pareciam breves minutos e aos pais longas horas) na Carreira dos Namorados, por detrás do quintal do cónego João Pereira, afastando-se, assim, discreta e furtivamente dos olhares bisbilhoteiros do poviléu, mas caindo sob a alçada visual do cónego que matreiramente lhes arrancava a verdade íntima no confessionário.



Ruas das Parreiras e de Manso Preto, vendo-se, ao fundo, parte da fachada do Mosteiro de Celas

apenas uma casa de sobrado e 4 casas térreas, mas era a principal via de acesso ao Burgo.

Ligando esta via à Rua das Parreiras, ficava a Carreira dos Namorados, correspondente ao troço inferior da actual Rua Gomes Freire. O nome desta suburbana via é sugestivo. Os pares de namorados (já próximos do casamento, claro) intentavam os seus passeios dominicais em idílicos atrevimentos, saindo pela Rua das Parreiras, descendo a azinhaga e subindo

A Rua que vai para Santo António era ladeada por 6 casas de sobrado e ainda pela capelinha então indistintamente chamada de Santo Cristo e do Senhor dos Remédios, prevalecendo hoje o último daqueles nomes.

A Rua da Barbeira, ligando directamente o adro de S. Germano à capela de Santo Cristo, tinha oito casas de sobrado e uma térrea, sendo, portanto, uma das mais populosas. O seu nome sugere ter havido aí, em tempos recuados, uma mu-

lher barbeira de profissão. Porém, o mais provável é tratar-se da ousada mulher dum barbeiro que o ajudaria nas suas actividades profissionais, ao tempo normalmente aliadas às de enfermagem, medicina e cirurgia.

A então chamada Rua que vai para Sete Fontes, hoje correspondente à Avenida Bissaia Barreto, tinha 6 casas de sobrado e 5 térreas, não existindo actualmente nenhuma delas.

A Rua do Meio que, como a anterior, se dizia que ia para as Sete Fontes, até há pouco tempo chamada Rua do Asilo ou Rua do BCG, faz hoje parte integrante da Avenida Bissaia Barreto, destruídas que foram as casas antigas situadas no pequeno largo, na embocadura da dita avenida e na correnteza de duas casas novas e das instalações do BCG.

A Rua das Lapas, hoje inexistente na toponímia de Celas, era paralela e como que um desvio da Rua de Santo António dos Olivais, passando por detrás da capelinha de Santo Cristo e, em plano mais elevado, continuava até onde hoje fica a Sede do Clube Desportivo de Celas. Tinha casas de ambos os lados, ficando um deles entre as duas ruas, de tal modo que, no Tombo, algumas casas são referenciadas em ambas, pois deviam ter portas de acesso por uma e por outra (1).

No Beco havia 8 famílias que moravam em 7 casas de sobrado e 3 térreas. Era um pequeno mundo à parte dentro do Burgo de Celas, como veremos adiante. O Beco, actualmente conhecido por Beco das Lapas, compreende hoje o Beco propriamente dito e a quelha que se dizia ir para a Fonte da Mãozinha.

Para ficarmos com uma ideia de conjunto da estrutura global das casas, em 1740, apresentamos o quadro que se segue.

QUADRO II

CASAS DO BURGO DE CELAS EM 1740

Tipos de casas e outros elementos	N.º
Casas de sobrado	62
Casas térreas	36
Casas de sobrado com quintal	13
Casas térreas com quintal	7
Casas de sobrado com corte!ho	3
Casas de sobrado com forno	1

FONTE: — Tombo n.º 28 do Mosteiro de Celas

IV — QUADRO ECONÓMICO

O Mosteiro de Celas não nasceu sob o signo da opulência, embora fosse fundado por princesa e nele professassem religiosas ligadas à Casa Real e às mais nobres famílias do reino.

Teve períodos de dificuldades económicas, entrecortados por outros de maior desafogo, devido mais a doações e dotes das professas e dos fiéis do que aos rendimentos dos foros que mal davam para o sustento da vida do Mosteiro.

Só depois de ser feito o estudo sistemático dos 58 Tombos e outros livros e documentos se poderá fazer a história do Mosteiro.

Estudámos, até hoje, dois desses tombos, o de Figueiró do Campo e o de Celas, a par doutra documentação, o que nos permite avançar alguns dados, sem prejuízo de posteriores conclusões.

Ao ser fundado nos princípios do séc. XIII, o Mosteiro era modestíssimo, como modesto era o seu património. Uma pequena igrejinha, um claustro de dimensões reduzidas e, à sua volta, os aposentos indispensáveis à vida comum.

Ao entrar o séc. XIV, no tempo de D. Dinis, foram feitas várias obras, entre as quais o claustro com colunas geminadas e

(1) Tombo n.º 28, p. 70, 78, 94, 208 e 280.

belos capiteis o que denota um bom período económico.

O Mosteiro terá passado depois por uma longa fase difícil, até que no séc. XVI, no tempo das abadessas D. Leonor de Vasconcelos e D. Maria de Távora, conheceu porventura o período áureo da sua existência. Foi construída a actual igreja, de planta circular, executada por João Português e Gaspar Fernandez pela importância de 180.000 reis, dos quais D. João III ajudou com o donativo de 150.000 reis. Por entender que tinham tido prejuízo na obra, a Abadessa concedeu-lhe a renda dos bens de Lobazes que andava em 19.000 reis e um moio de pão. A vidraça grande da igreja custou 7.000 reis (1).

Neste período, foi feita a porta de entrada da igreja (1529) e a porta exterior que dá acesso ao átrio (1530). Nicolau Chanterenne e João de Ruão trabalharam largamente para o Mosteiro, a convite destas duas Abadessas. Nos meados do mesmo século, o claustro foi ampliado para as dimensões que hoje tem, com a implantação de novas arcadas e dando-se às antigas nova disposição.

Após um período de decadência relativamente curto, nos finais deste século e princípios do século XVII, sendo Abadessa D. Leonor de Noronha e seguintes, sob o patrocínio do bispo de Coimbra, D. Afonso Castelo Branco, foram largamente ampliadas as instalações do Mosteiro, com a reconstrução do coro com o cadeiral em carvalho do norte, obra do entalhador Gaspar Coelho, ampliação da sala do capítulo, dotando-a duma abóbada, construção do característico miradouro, das hospedarias e do dormitório novo, para além das construções antigas, às quais estava ligado por edifícios que foram demolidos. (No chamado dormitório novo foi instalado em 1891 um asilo para cegos e aleijados do distrito e, em 1932, os asilados foram transferidos para o Convento de Semide, para darem lugar à instalação do Sanatório de Celas, para mulheres, após as necessárias obras de adaptação. Extinto o sanatório, foi remodelado e ampliado, estando aí actualmente instalado o modelar Hospital Pediátrico).

Nos princípios do séc. XVIII, o Mosteiro vivia em dificuldade, pois registou-se, em 1712, um grave contencioso entre as freiras e os feitores e confessores por questões administrativas e económicas.

Como ameaçassem abandonar o Mosteiro, foram bloqueadas por apertado assédio, tentando persuadi-las pela fome. Todavia, as famílias das freiras e alguns sacerdotes conseguiam lançar-lhes mantimentos por cima do muro da cerca. Um padre que certa vez foi surpreendido a deitar uns perús para dentro da cerca, deu uma queda grave, tendo sido ainda maltratado pelos sitiantes.

Esta situação manteve-se durante 7 meses, até que em 17 de Março de 1712 as religiosas resolveram fazer aquilo a que hoje chamaríamos uma manifestação de protesto. Saíram todas (menos as doentes) para a rua, em cortejo processional, de cruz alçada, tentando romper o cerco. Chamado o Corregedor, que, pelos vistos, abusava da autoridade e não primava pela cortesia, dirigiu palavras insultuosas às religiosas amotinadas, o que lhe valeu levar uma valente bofetada da freira D. Isabel Maurícia de Menezes que mais tarde veio a ser abadessa do Mosteiro. As freiras só recolheram ao Mosteiro pela intervenção do bispo-conde, D. António de Vasconcelos, que declarou tomá-las sob sua protecção e promoveu o fim da contenda, mediante um pacto assinado por todos os intervenientes, no páteo do Mosteiro (2).

Por volta de 1740, o Mosteiro conheceu novo período de desafogo económico. Com efeito, nesta data é obtido do rei D. João V,

(1) Fr. Bernardo da Assumpção, **ob. cit.**, p. 16.
(2) Borges de Figueiredo — «**Coimbra Antiga e Moderna**», Lisboa, 1886, p. 328.

alvará para serem lançados em tombo os bens do Mosteiro, o que de facto veio a acontecer. O tombo do Burgo de Celas terá sido o primeiro, pois foi feito logo nesse ano de 1740. O tombo de Figueiró do Campo, por exemplo, começou a ser feito em 2-9-1743 e foi acabado em 10-6-1744. Foram encadernados em livros todos os documentos, segundo nota à margem do manuscrito de Frei Bernardo da Assumpção atrás citado [1].

Por volta de 1750, a atestar este bom período, estão as obras de restauro da capela-mor e dos retábulos da igreja, bem como o arco e a magnífica porta em ferro forjado das oficinas de Coimbra que dá acesso ao coro. Terá sido este o último lampejo de abundância.

Até à sua extinção em 1834, o Mosteiro não deve ter tido receitas excedentárias, pois não mais se registaram realizações de vulto.

Em 1740, os moradores do Burgo de Celas pagavam pelas casas e quintais de que eram enfiteutas os foros que no quadro seguinte se apresentam.

QUADRO III

FOROS QUE PAGAVAM AO MOSTEIRO OS ENFITEUTAS DO BURGO DE CELAS

Natureza do foro	Quantidade
Dinheiro (reis)	8.334
Azeite [1] (alqueire)	0,5
Azeite (canada)	0,5
Azeite (quartilho)	11
Cera (Arrátel)	2,5
Galos	1
Frangos	13
Galinhas	35,5
Ovos	24

FONTE: — Tombo n.º 28 do Mosteiro.

[1] Os foros em azeite eram pagos às safras, geralmente de 2 em 2 anos.

Estes foros eram pagos pelo S. Miguel de Setembro, à excepção de 1.600 reis que pagava Madalena das Neves em 24 de Maio, por duas casas na Quelha da Mãozinha.

Se exceptuarmos este prazo de Madalena das Neves, uma casa de sobrado na Rua das Lapas, de António Duarte, uma casa térrea na Rua das Parreiras, da menor Josefa, orfão de António da Silva, uma casa térrea na Rua das Sete Fontes, de Manuel Nunes Gomes, uma casa de sobrado na Rua do Mosteiro e outra térrea na Rua da Barbeira, do P.e José Nogueira Soares, de 3 casas térreas na Rua das Lapas, por cima da capela de Santo Cristo, de Maria da Cruz e ainda todas as casas do Beco, que estavam aforadas em fateozim perpétuo, as restantes casas e quintais eram prazos de vidas (geralmente 3 vidas) como o eram a grande maioria dos bens do Mosteiro.

Os do Beco eram, como dissemos já, um mundo à parte. Além de terem contrato enfitêutico em fateozim perpétuo, podiam eleger o cabeça que era o responsável, perante o Mosteiro, pelo pagamento dos foros. O cabeça era eleito por 3 anos, cabendo a vez a todos [2].

O grande domínio de Figueiró do Campo, correspondente àquela actual freguesia, talvez o maior do Mosteiro, o qual já foi objecto do nosso estudo, constituía emprazamentos em fateozim perpétuo, mediante o pagamento, em 1744, dos seguintes foros: 165 alqueires de trigo, 84 alqueires de milho, 44 capões e 410 ovos. Cada caseiro era ainda obrigado a trazer, em cada ano, ao Mosteiro um queijo bom e uma fogaça (bolo grande) destinada a ser leiloada na Festa do Espírito Santo. Além disso, estavam ainda sujeitos ao lau-

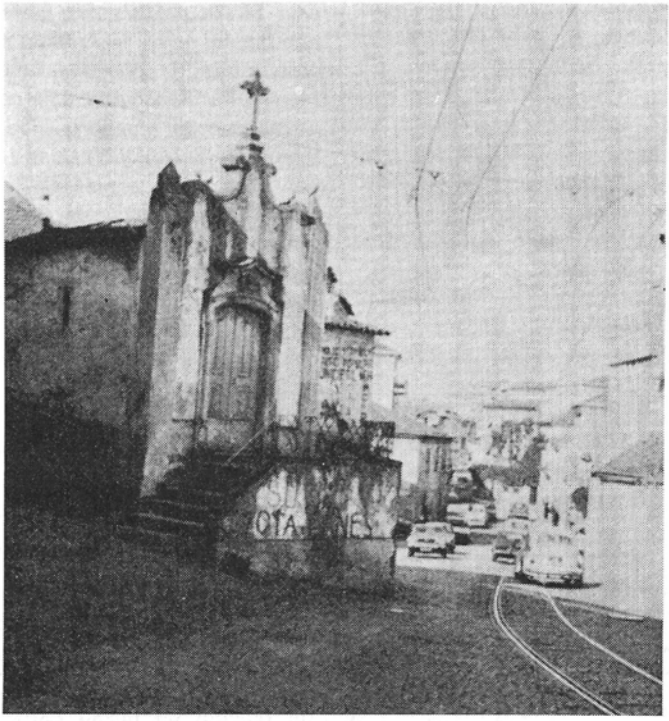
[1] Este Livro ja naõ serve nem por elle se governa, porq no anno de 1740 se fes outro Index Novo por outro modo mais claro, e se mandaraõ encadernar em livros todos os documentos, alguns dos quais se fizeraõ menos por andarem avulsos, e outros se confundiraõ, o que agora naõ sucederá por ficar tudo em livros e no Index novo cada couza em seu lugar.

[2] Tombo n.º 28, p. 18.

démio da quarenta um, dos dízimos e primícias e de outras rendas e banalidades.

Além do Burgo e Cerca do Mosteiro e do domínio de Figueiró, tinha bens espalhados por todo o país, nomeadamente em Coimbra e arredores, Tovim, Eiras, Coselhas, Sepins, Vimieira, Vila Nova de Outil, sempre que se extinguia o contrato enfitêutico (1).

Como prova disso, está a contenda entre o Mosteiro e Brás Ferreira, pretendendo este que fossem fateozim e o Mosteiro de 3 vidas, duas casas de sobrado na Rua das Parreiras (2).



Capelinha do Senhor dos Remédios, dantes também chamada de Santo Cristo; à direita, parte da actual Rua Bernardo Arbuquerque

Botão, Ventosa do Bairro, Cancelinha, Cernache, Miranda, Pombal, Banda Fé, Torres Vedras, Alenquer, Lisboa e arredores, Alhos Vedros, etc.

Como dissemos já, a maioria destes bens eram prazos de 3 vidas, sistema mais vantajoso para o senhorio que o fateozim, pois permitia actualizar os foros

No caso do Burgo de Celas, era emprazado o chão com a condição de o enfiteuta fazer casa (térrea ou de sobrado). Se já possuía casa térrea e pretendia transformá-la em casa de sobrado, era-lhe aumentado o foro, normalmente para o dobro. Como vemos, Celas nasceu e cresceu sem dispêndio para o Mosteiro. Os mora-

(1) Tombo n.º 27, p. 297 v.º
(2) Tombo n.º 28, p. 34.

dores enriqueciam o património e o Mosteiro cobrava-lhes os foros correspondentes.

Segundo demonstra o índice da Fazenda, a cerca do Mosteiro, constituída por terras de cultura, vinhas e olivais, andou aforada até aos finais do séc. XVI em prazos de 3 vidas. Mas o Mosteiro deve ter decidido passar a fazer a exploração directa da cerca, não voltando a aforar os prazos, à medida que se iam extinguindo, ao fim da 3.ª vida. Igualmente constituiam reserva senhorial o Chão de Fora, pegado à Cerca e umas casas e olival no cimo do Burgo (1).

Deste modo, quando em 1740 foi feita a delimitação do Burgo e da Cerca do Mosteiro, apenas foram citados pelo Juiz do Tombo para fazerem os seus reconhecimentos, sob pena de perderem todos os direitos, os enfiteutas que possuíam casas e quintais no Burgo, quando sabemos ser costume citar todos os possuidores de bens dentro da área delimitada. Se outros dados não houvesse, este facto prova que, pelo menos em 1740 e certamente daí em diante ,toda a cerca era reserva senhorial, utilizando certamente como mão-de-obra no seu amanho, a corveia, a jorna e o trabalho dos criados e criadas (encostadas) que viviam nas suas instalações.

Também duma forma directa, era feita larga exploração pecuária. Por alvará régio, era permitido ao Mosteiro de Celas trazer nos olivais, isento de coimas, 400 ovelhas e 100 carneiros (fora as crias do ano), 20 porcos e 4 bois (2). É evidente que tinha de ter criados e pastores, bem como currais para porcos e bois e redil para o rebanho.

A lã do gado era recolhida, cardada e fiada no Mosteiro, como prova a construção de duas casas para esse efeito, no tempo da Abadessa D. Maria de Távora (3).

Igualmente devia possuir, junto ao Mosteiro, espaçosa capoeira para acoitar o grande número de galinhas, frangos e capões que lhe eram devidos pelos foros dos bens espalhados pelo país.

Esta abundância de aves de capoeira que, pelos vistos, sobejava das refeições conventuais, suscitou-lhes a invenção duma especialidade de doçaria, que ficou conhecida por «manjar branco» de Celas. Primeiramente terá sido fabricado apenas para consumo interno, mas, numa segunda fase, era também vendido às gentes da cidade, constituindo uma fonte de receita.

Para os amantes da doçaria que queiram recriar o «manjar branco», aqui deixamos a receita dos ingredientes, devendo cada qual ensaiar as quantidades: peito de galinha desfiado, leite, farinha de arroz, água de flor de laranjeira, açúcar, tudo cozido no forno sobre discos de barro vermelho. Depois de cozido, faz lembrar um seio de mulher com o mamilo crestado.

Os enfiteutas não podiam dar, doar, dotar, vender, partir, escambar ou de qualquer forma alienar o domínio útil dos seus aforamentos sem licença do Mosteiro (que tinha direito de opção) e só mediante o pagamento do respectivo laudémio que, no caso do Burgo, era de vinte um, exceptuando dois casos de dez um e seis de quarenta um.

Se não pagassem os foros no dia aprazado, entregando-os no Mosteiro ou aos seus representantes, eram recolhidos pelos executores do Mosteiro a quem pagariam seus salários.

Registamos aqui, a propósito, alguns salários que espelham mais o seu valor relativo que o valor real. Assim, o Juiz do Tombo recebia 500 reis por dia; o es-

(1) Tombo n.º 28, p. 10 a 17.
(2) Fr. Bernardo da Assumpção, **ob. cit.**, p. 66 e 67.
(3) **Ibidem**, p. 18.

crivão do Tombo 200 reis; o Juiz de fora 200 reis; o procurador do Mosteiro 400 reis; os executores do Mosteiro 200 reis; os cabeças de prazo 100 reis. Os salários dos trabalhadores rurais eram, pois, com toda a certeza, inferiores a 100 reis.

V — QUADRO SOCIAL

Intimamente ligada ao Mosteiro de Celas estava a Festa do Imperador de Eiras que, segundo tradição muito antiga, nasceu duma promessa ao Divino Espírito Santo, por ocasião de devastadora peste que grassava na cidade de Coimbra.

Em cada ano, era eleito pelo povo o Imperador de Eiras que lhe tributava 16 mil reis, 50 alqueires de trigo e 8 almudes de vinho. Era empossado e coroado pelo pároco, na primeira oitava do Espírito Santo, na igreja matriz, após o que se formava luzido cortejo processional que percorria as ruas de Eiras, dirigindo-se depois à capela de Santo Cristo e ao Mosteiro de Celas, onde era cantado um «Te-Deum».

Terminado o ofício, o imperador ia sentar-se junto às grades do coro, conversando com a abadessa e com as freiras. Em seguida, «sua majestade» recolhia à hospedaria do Mosteiro onde descansava um pouco e tomava alguns refrescos, oferta da Abadessa. Entretanto, as freiras mais travessas divertiam-se troçando dele com pilhérias e dichotes.

Na rua, a rapaziada escarnecia-o de mil modos e, não obstante a protecção do leal e dedicado pagem, conseguiam até atar-lhe um fio (liga de meia) ao rabicho da cabeleira que, puxado, a deitavam por terra, bem como o casquete e a coroa, descobrindo-lhe assim a imperial careca.

Depois da recepção em Celas, ia o Imperador e seus acompanhantes à capela do Espírito Santo, perto de Santo António dos Olivais, aonde continuavam as festas com arraial, grande banquete público, lutas de homens, corridas de éguas, etc. (1).

E assim se cumpriu anualmente a promessa, desde tempos imemoriais até 1832.

Os tombos e outros documentos do Mosteiro, dada a sua característica específica, são parcos em elementos sociais. Mesmo assim, fornecem alguns dados que, complementados com outras fontes, principalmente os Livros de Registos Paroquiais, permitem tirar algumas conclusões e aventar muitas hipóteses.

Assim, pelos dados do tombo, ficámos a saber que, dos 54 reconhecentes, 48 moravam no Burgo de Celas, sendo de concluir que era esse o número de famílias do aglomerado, o que daria uma população de cerca de 200 pessoas, em 1740.

Podemos também identificar os seis enfiteutas que tinham casas no Burgo, mas que as não habitavam como domicílio permanente. Talvez as utilizassem para férias ou para nelas se refugiarem quando grassava a peste na cidade. É que, em tempo de peste «a salvação estava nos pés».

Eram eles: Francisco de Matos (Corcovado), casado, morador no Carregal; Bento Duarte, casado, morador na Mainça; Mariana da Cruz, viúva, de Vila de Matos — Anç̃a; Francisco Correia de Miranda, solteiro, reitor em Moimenta da Beira; Luís Maurício Soares, solteiro, cónego da Sé, em Coimbra.

Advertimos que esses moradores se referem apenas ao Burgo delimitado, pois, se tivéssemos em conta Celas no sentido lato, a população seria substancialmente aumentada, dadas as numerosas quintas e casais existentes na zona.

No quadro seguinte se apresenta o estado civil dos moradores de Celas nessa data.

(1) Borges de Figueiredo — «**Coimbra Antiga e Moderna**», Lisboa, 1886, p. 329 e segs.

QUADRO IV

ESTADO CIVIL DOS MORADORES DE CELAS EM 1740

Sexo	Casados (as)	Solteiros (as)	Viúvos (as)	S/ indicação
Homens	14	4	4	5
Mulheres	0	8	13	0

FONTE : — Tombo n.º 28 do Mosteiro de Celas.

Este simples quadro põe em evidência duas coisas :

1 — As mulheres só se apresentavam perante o Juiz do Tombo a fazer os reconhecimentos, no caso de serem solteiras ou viúvas. Quando eram casadas, essa missão cabia ao marido.

2 — O número de viúvas é mais do triplo do número de viúvos, o que sugere que os homens de Celas, ou casavam mais velhos ou morriam mais novos que as mulheres.

Outro aspecto social que se pode extrair do tombo é a actividade profissional dos reconhecentes.

QUADRO V

ACTIVIDADE PROFISSIONAL DOS MORADORES DO BURGO DE CELAS EM 1740

Profissões	N.º
Alfaiates	2
Pedreiros	5
Carpinteiros	4
Clérigos	2
Licenciados	2
Agricultores	12
Domésticas	21
TOTAL	48

FONTE : — Tombo n.º 28 do Mosteiro de Celas.

A existência de 5 pedreiros e 4 carpinteiros atesta-nos uma forte implantação no Burgo de pessoas ligadas à construção civil, não só em Celas como na cidade. Além disso, os pedreiros eram muito solicitados para erguer os muros de retenção das terras e vedação das quintas.

Quanto aos alfaiates, trabalhavam também para a cidade, pois a população do Burgo não ocupava integralmente dois desses profissionais.

Os clérigos e os licenciados exerciam também os seus cargos fundamentalmente em Coimbra.

Quanto aos agricultores, o tombo não os refere directamente como tal. Porém, ao indicar explicitamente as outras profissões, é óbvio que, num meio essencialmente rural como era Celas, admite implicitamente que, os não identificados profissionalmente, eram agricultores.

Idêntica conclusão tirámos relativamente às domésticas.

É de estranhar a inexistência, nessa data, de um barbeiro e de outras profissões que, certamente, eram procuradas na cidade.

Vemos, pois, que os habitantes de Celas estavam simultaneamente ligados ao campo e à cidade, com quem tinham estreitas relações.

Até Janeiro de 1855, Celas fazia parte da freguesia da Sé e, a partir dessa data, passou a integrar a então criada freguesia de Santo António dos Olivais que, além do Burgo, subtraiu muitas outras povoações àquela antiga freguesia. Registe-se que, de Janeiro a Maio de 1855 serviu interinamente de matriz a igreja de N.ª S.ª da Piedade, de Celas.

Aproveitando esta circunstância, recolhemos os dados demográficos da Sé, isolando Celas, num período de 10 anos, contendo 1740, ano fulcral deste nosso estudo. Recolhemos também os dados relativos à freguesia de Santo António dos Olivais, isolando igualmente Celas, desde a sua criação em 1855 até 1876, data em

que estes registos deixaram de ser feitos pelo pároco para passarem a ser feitos pelos agentes do Registo Civil.

Esses dados estão condensados nos quadros seis e sete que a seguir publicamos.

QUADRO VI

BAPTIZADOS, CASAMENTOS E ÓBITOS EM CELAS COMPARATIVAMENTE A TODA A FREGUESIA DA SÉ (1736-1745)

ANOS	Baptizados		Casamentos		Óbitos	
	Celas	Sé	Celas	Sé	Celas	Sé
1736	11	85	1	15	9	47
1737	12	101	3	15	4	33
1738	10	79	1	23	6	36
1739	14	73	2	11	5	42
1740	9	76	1	20	8	48
1741	10	81	1	19	8	55
1742	9	74	3	19	12	48
1743	13	71	1	15	2	42
1744	15	98	3	21	8	40
1745	9	86	1	19	5	23
TOTAL	112	824	17	177	69	414

FONTE : — Livros de Registos Paroquiais da Freguesia da Sé.

QUADRO VII

BAPTIZADOS, CASAMENTOS E ÓBITOS EM CELAS, COMPARATIVAMENTE A TODA A FREGUESIA DE SANTO ANTÓNIO DOS OLIVAIS (1855-1876)

ANOS	Baptizados		Casamentos		Óbitos	
	Celas	Olivais	Celas	Olivais	Celas	Olivais
1855	4	78	1	18	5	51
1856	2	77	1	23	5	57
1857	6	89	2	28	8	43
1858	5	98	6	31	5	48
1859	5	117	1	27	3	41
1860	2	81	5	28	2	32
1861	6	100	1	23	5	39
1862	3	108	1	19	2	32
1863	2	88	3	23	7	37
1864	4	106	1	27	6	49
1865	3	103	4	27	8	50
1866	7	96	3	33	7	48
1867	7	109	4	39	11	36
1868	6	92	2	23	10	48
1869	7	113	4	32	7	48
1870	12	88	2	25	11	63
1871	11	115	6	33	3	35
1872	12	115	4	31	7	32
1873	9	103	0	21	4	31
1874	7	122	3	33	6	47
1875	9	123	4	26	7	45
1876	8	109	1	36	6	47
TOTAL	137	2233	59	606	135	959

FONTE : — Livros de Registos Paroquiais da Freguesia de Santo António dos Olivais.

O quadro seis mostra que, demograficamente, o Burgo de Celas representava cerca de 1/7, 1/10 e 1/6 dos baptizados, casamentos e óbitos, respectivamente, da freguesia da Sé no seu conjunto, o que nos dá, de certo modo, uma ordem de grandeza.

Outra conclusão que podemos tirar é que a evolução demográfica se mantém estacionária, tanto no Burgo como na freguesia da Sé.

Pela leitura do quadro sete, podemos concluir que Celas, relativamente a toda a freguesia de Santo António dos Olivais, representava cerca de 1/16, 1/10 e 1/7, respectivamente, para os baptizados, casamentos e óbitos.

Note-se que, em qualquer dos dois quadros anteriores é maior o peso específico de Celas no tocante aos óbitos do que aos baptizados e casamentos, certamente por as monjas de Celas agravarem o número dos mortos, não influindo, como é óbvio, no número de baptizados e casamentos.

Comparando as médias anuais dos dois quadros anteriores relativamente a Celas, verificamos que diminuiram os baptizados e aumentaram os casamentos e os óbitos.

Confrontando esses dados, somos levados a concluir que a população do Burgo, no terceiro quartel do séc. XIX se mantinha estacionária relativamente aos meados do séc. XVIII, o que não custa admitir, dado que, com a extinção do Mosteiro em 1834 se apagou o principal foco polarizador da vida em Celas.

Só nos finais do século passado se terá recomposto e, ainda assim, à sombra dos escombros do Mosteiro, com a instalação do asilo, em 1891, no dormitório novo.

O avassalador avanço urbanístico de Coimbra absorveu o Burgo de Celas e transformou-o num populoso bairro que hoje se expande em todas as direcções.

Os dados que possuimos permitem-nos conjecturar a evolução deste aglomerado, dentro e fora do Mosteiro.

Assim, com a fundação do modestíssimo Mosteiro no princípio do séc. XIII nasceu um minúsculo povoado. As monjas não seriam mais duma dezena.

Nos finais do século seguinte há uma ampliação das instalações do Mosteiro que permitiam albergar algumas dezenas de freiras. Não é difícil admitir que a população do Burgo tenha crescido na mesma proporção.

O crescimento, tanto da comunidade religiosa como da laica terá continuado até ao séc. XVI, período esplendoroso do Mosteiro, com grandes obras de beneficiação e ampliação.

Num documento transcrito no tombo de Figueiró, datado de 1563 e dirigido ao rei, a Abadessa refere que «no Mosteiro havia perto de 100 freiras de véu preto» (1).

Admitindo igual número de criados e criadas, a população dentro do Mosteiro seria de cerca de 200 pessoas e, no Burgo, rondaria também esse número.

Nos finais do séc. XVII o Mosteiro recolhia 120 monjas e aproximado número de criadas (encostadas) e, em 1712, contava 147 religiosas (2). Juntando a estes números os criados do Mosteiro e os habitantes do Burgo, a população conjunta das duas comunidades devia, por essa época, ser superior a 500 pessoas.

Para 1740, data da feitura do tombo de Celas, não temos dados que nos permitam apurar concretamente o número de religiosas. No Burgo havia 48 moradores, perfazendo, portanto, cerca de 200 pessoas, denotando uma acentuada diminuição da população, o que pode ser atestado pelo facto de se registar excesso de habitações (62 casas de sobrado e 36 térreas).

---

(1) Tombo n.º 30, f. 15 v. a 20.

(2) Borges de Figueiredo — «**Coimbra Antiga e Moderna**», Lisboa, 1886, p. 329.

É possível que a população de Celas dentro e fora do Mosteiro, tenha aumentado até aos princípios do séc. XIX, decaindo novamente até aos finais do século.

Extinto o Mosteiro por decreto de 30-5-1834, foi consentido às freiras que aí continuassem até à sua morte, sem que, contudo, fossem permitidas novas profissões.

Com a morte da sua última freira, a Abadessa D. Maria Felismina do Ó de Figueiredo Negrão que aí morreu louca em 15-4-1883, terminou a vida do Mosteiro.

No Burgo, a vida continuou, afanosamente, na marcha inexorável do tempo.

Mas o pitoresco, pacato e singular Burgo de Celas perdeu a sua identidade própria e passou a confundir-se com a cidade que definitivamente o absorveu.

BIBLIOGRAFIA

Fontes Manuscritas

Tombo n.º 28 do Mosteiro de Celas, 1740, AUC.

Tombo n.º 30 do Mosteiro de Celas (Figueiró do Campo), 1743, AUC.

Tombo n.º 27 do Mosteiro de Celas (Coimbra e arredores), AUC.

Livros de Registos Paroquiais das freguesias da Sé (1736 a 1745) e de Santo António dos Olivais (1855 a 1876).

Fontes impressas

ASSUMPÇÃO, Fr. Bernardo da — **Index da Fazenda do Mosteiro de Celas** — Manuscrito publicado por J. M. Teixeira de Carvalho, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1921.

FIGUEIREDO, A. C. Borges de — **Coimbra Antiga e Moderna**, Lisboa, 1886.

GONÇALVES, A. Nogueira — Palestra realizada em 1951, no Clube Desportivo de Celas, nas comemorações do seu VI Aniversário, publicada por aquela agremiação cultural e desportiva.

MARTINS, Alfredo Fernandes — **O Esforço do Homem na Bacia do Mondego**, Coimbra, 1940.

SILVA, J. M. Azevedo e — **Demarcação do Burgo e da Cerca do Mosteiro de Celas**, Separata do n.º 1 da Revista MUNDA, Coimbra, 1981.

JARDINS BOTÂNICOS
Sua origem e importância

Por

Jorge A. R. Paiva*

Existentes desde a antiguidade, só nos tempos modernos os Jardins Botânicos adquirem real interesse e inegável importância em vários domínios.

Após breve referência aos mais famosos Jardins Botânicos do mundo (cerca de 500), o autor dá-nos uma panorâmica do Jardim Botânico de Coimbra, nomeadamente quanto à sua criação e evolução e multiplicidade das suas funções.

Lugar edénico e pulmão da cidade, o Jardim Botânico de Coimbra é mais solicitado, mais apreciado e mais conhecido no estrangeiro do que no nosso país e até na própria cidade do Mondego.

Para a maioria das pessoas um Jardim Botânico não é mais do que um bonito local, bem tratado e aprazível, onde podem observar-se muitas plantas diferentes das que habitualmente se vêem.

Os Jardins Botânicos talvez tenham surgido com os primeiros pomares de oliveiras ou jardins dos templos, como o de Karnak (planeado por NEKHT durante o reinado de TUTMÉS II 1520-1504 A. C.), no Egipto. Um dos primeiros jardins elaborados com finalidades científicas, foi o de ARISTÓTELES (384-322 A.C.) em Atenas. Encontrava-se ao cuidado do seu discípulo TEOFRASTO (373/368-288/284 A.C.), considerado o Pai da Botânica, que publicou a «História Plantarum», onde escreveu e classificou cerca de 480 plantas, muitas delas ali cultivadas. Seguindo as ideias destes «físicos gregos», os romanos também fundaram jardins no século I D.C. que ficaram célebres, como os de PLÍNIO e LÚCULO, que gozavam de fama entre os jardins ornamentais, e o de ANTÓNIO CASTOR, que foi considerado o melhor entre os jardins de plantas medicinais.

O primeiro Jardim Botânico parece ter sido o de M. SYLVATICUS em Salerno, no século XIV, tendo-se-lhe seguido o Jardim Botânico e Médico de Veneza (1333). Os Jardins Botânicos modernos originaram-se dos jardins particulares dos «herbalistas»

(*) Investigador do Instituto Botânico da Universidade de Coimbra.

dos séculos XVI e XVII, que cultivavam fundamentalmente plantas medicinais.

Os Jardins Botânicos mais antigos, criados ainda no século XVI são o de Pádua (1545), o de Pisa (por COSME DE MÉDICIS, em 1549), Bolonha (1568), Leiden (1577), Leipzig (1580) e Montpellier (1598), assim como o Jardim Botnico de Goa, (meados do século XVI), do grande médico português GARCIA DE ORTA, considerado o fundador da Botânica Médica em Portugal.

Apenas a partir dos séculos XVII e XVIII os Jardins Botânicos começaram a ter grande importância devido ao incremento e interesse da Botânica, principalmente com os trabalhos de J. TOURNEFORT (1656-1708), M. ADANSON (1727--1806), J. LAMARCK (1744-1829) e irmãos DE JUSSIEU (1686-1779), todos na França; J. RAY (1628-1705), em Inglaterra; A. Q. RIVINUS (1652-1723), na Alemanha; C. LINNAEUS (1707-1778), na Suécia; AUGUSTIN (1778-1841) e ALPHONSE (1806-1893) DE CANDOLLE, na Suíça. Actualmente existem cerca de 450-500 Jardins Botânicos em todo o globo, sendo os países com maior número os Estados Unidos da América, a União Soviética, a Grã-Bretanha, a Alemanha Federal e a França.

Inicialmente os Jardins Botânicos foram criados com o intuito de apoiar a Medicina, pois nessa altura ainda não havia uma indústria farmacêutica. Assim também aconteceu com o Jardim Botânico da Universidade de Coimbra, estabelecido pela reforma pombalina em 1772.

A 2 de Março de 1773 o Reitor da Universidade de Coimbra (D. FRANCISCO DE LEMOS), escrevia ao Marquês de Pombal uma carta em que fundamentava a necessidade da criação do Jardim do seguinte modo: «*que os estudos da Faculdade de Medicina, antes escurecidos e infructuosos na mesma Universidade; nem poderiam ser inteiramente restabelecidos, nem prometteriam os uteis e necessários progressos, a quem em benefício da conservação da saude humana devem dirigir-se, sem que por meio de solidos estabelecimentos se instruissem todos os outros estudos, que preparam, auxiliam e conduzem ao perfeito conhecimento das disciplinas da sobredicta Faculdade; entre aquelles conducentes estudos, um dos mais necessários ao sobredicto fim, o de estabelecimento de um Horto botânico, aonde pelo exame de plantas e sério estudo de suas qualidades se preparam os estudantes de Medicina para adquirirem novas idêas e novos conhecimentos theoricos e practicos da sua Faculdade*».

Ainda hoje os jardineiros (pelo menos os mais antigos) do Jardim Botânico de Coimbra conhecem por «Escola Médica» uma parte do Jardim onde foram e são cultivadas plantas usadas na medicina popular, assim como outras plantas úteis.

De entre os Jardins Botânicos actuais de maior renome e mais considerado sob o ponto de vista científico contam-se os Jardins de Kew, em Inglaterra (designam-se no plural por terem resultado da união de vários jardins e parques da Coroa). Esse Jardim teve início como Jardim Botânico Real em 1759, tendo sido adquirido para a nação em 1841, e tendo como seu primeiro director WILLIAM HOOKER.

Embora um Jardim Botânico deva ser bonito e aprazível, o seu interesse primordial terá de ser científico, promovendo e difundindo um melhor conhecimento das plantas. Assim, além das plantas vivas (Museu vivo), tem de ter associados um Herbário (Museu científico), com colecção de plantas secas e colecção de material conservado em líquido, material didáctico (Museu didáctico) e uma colecção de sementes (Seminário); uma Biblioteca e um Laboratório para estudos de anatomia, citologia, fisiologia, bioquímica e ultraestrutura.

Ao mesmo tempo, um Jardim Botânico serve de centro de distribuição de plantas decorativas e de interesse económico. Por exemplo, a introdução em S. Tomé de «quineiras» (**Cinchona** spp, originárias dos

Andes) importante planta na altura, por ter propriedades antipalúdicas, deveu-se a culturas mandadas fazer pelo Prof. Dr. JÚLIO HENRIQUES no Jardim Botânico de Coimbra. Alguns Jardins Botânicos, como o de Kew, ministram cursos médios em «Escolas de Jardinagem». Em Inglaterra, um Jardineiro-Chefe terá de estar habilitado com esse curso médio, e desde há cerca de 200 anos que Kew tem distribuído jardineiros diplomados por todo o globo, particularmente pelas antigas colónias inglesas. A extraordinária importância deste Jardim Botânico pode inferir-se das palavras proferidas pelo então Ministro das colónias Britânicas, J. CHAMBERLAIN (1836-1914) na Câmara dos Comuns: «*Não creio que seja exagerado dizer que várias das nossas colónias devem a sua prosperidade ao conhecimento, properidade e assistência dadas pelas autoridades dos Jardins Botânicos de Kew, que estão capacitados para colocarem ao serviço das colónias, não só os seus conselhos e experiência, como também sementes e plantas económicas, propícias para se cultivarem nas colónias*».

Como dissemos os Jardins Botânicos começaram inicialmente como pontos de apoio ao ensino da Medicina e Farmacognosia, ou até como simples recreio para o espírito ou exibicionismo, pelo facto de neles se cultivarem plantas exóticas, como foi o caso dos Jardins de Kew, cujo início se pode remontar ao pequeno Jardim Botânico de 9 acres, criado pela princesa AUGUSTA em 1759; ou o Jardim da Ajuda, que começou por ser um Jardim Real. A importância deste tipo de Jardins tem vindo a mostrar-se cada vez maior, sendo actualmente autênticos «Bancos de Genes». De facto, tem-se vindo a verificar um contínuo aumento, em extensão e profundidade, da degradação do meio ambiente. Entre os mais graves danos produzidos pela degradação e contaminação do meio, conta-se a destruição das plantas que, devido a grande diversidade e multivariedade polivalente, constituem preciosas fontes de Genes. Esta rarefacção de Genes, perda irrecuperável de potencialidades genotípicas, figura entre os efeitos mais graves da degradação do ambiente e destruição do equilíbrio dos ecossistemas.

O melhoramento de plantas tem sido um dos ramos da Botânica Aplicada que maior partido tem tirado dos recursos genéticos da vegetação natural, sem os quais não se teriam atingido os resultados de alto valor económico que hoje se conhecem.

Há Jardins Botânicos que têm «Bancos de Sementes», que não são mais do que «Bancos de Genes». Por exemplo, quando em qualquer local do globo uma espécie espontânea corre o risco de extinção, são enviadas sementes para o «Banco de Sementes» de Kew (Wakehurst Place) que aí são mantidas em vida latente, a uma temperatura previamente determinada. Passados alguns anos essa espécie é cultivada para produzir mais sementes, que serão mantidas nas condições indicadas, sendo todos os dados rigorosamente calculados por meio de computadores. Para se ter bem a noção da importância dos genes naturais, bastará dizer que um agricultor, para evitar «desastres» provocados por doenças nos pomares, cultiva a espécie selvagem e mais tarde enxerta-a com a variedade hortícola que lhe interessa economicamente.

Embora os Jardins Botânicos constituam uma importante reserva de genes («gene pool», dos autores ingleses), não podem substituir cabalmente os ecossistemas naturais, pelo que devem ser considerados apenas como uma forma de minimizar os catastróficos efeitos da destruição sistemática e progressiva da Natureza.

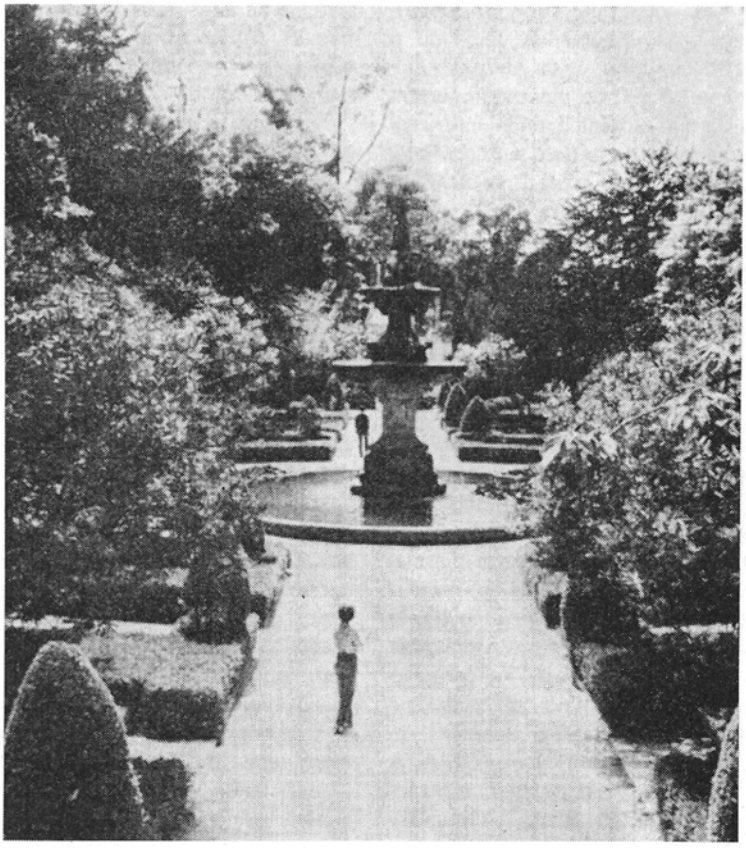
Finalmente apresentamos alguns dados referentes ao Jardim e Instituto Botânico de Coimbra. O Instituto Botânico da Universidade de Coimbra tem a sua origem em 1772 no gabinete de História Natural,

criado pelos Estatutos Pombalinos da Universidade de Coimbra, os quais estabeleceram também um Jardim Botânico, anexo à Universidade.

O primeiro plano para o Jardim Botânico de Coimbra que se conhece data de 1731, foi traçado por JACOB DE CASTRO SARMENTO, baseado no Chelsea Physic Garden de Londres e por ele oferecido ao então reitor reformador da Universidade de Coimbra, FRANCISCO CARREIRO FIGUEIREDO.

Depois do Reitor (FRANCISCO DE LEMOS) ter escolhido o local para o Jardim (parte da Quinta do Colégio de S. Bento), em 1772, o Marquês de Pombal enviou a Coimbra, em 1773 o engenheiro e tenente-coronel WILLIAM ELSDEN, para que, conjuntamente com os Professores de História Natural DOMINGOS VANDELLI e DALLA-BELLA e o Reitor, traçarem o plano do Jardim.

Aqueles Professores italianos e WILLIAM ELSDEN não seguiram o projecto do Dr. JACOB SARMENTO por o considerarem muito modesto. O plano que delinearam era de tal modo grandioso e dispendioso que foi completamente rejeitado pelo Marquês (5 de Outubro de 1773).



Quadrado Grande do Jardim com o fontenário ao centro

Não queremos deixar de transcrever,

pelo menos, um período da carta que o Marquês escreveu nessa data ao reitor reformador da Universidade de Coimbra:

«Debaixo d'estas regulares medidas deve, V. Ex.ª fazer delinear outro plano, reduzido sómente ao numero de hervas medicinaes que são indispensaveis para os exercicios botanicos, e necessarias para se darem aos estudantes as instruções precisas para que não ignorem esta parte da medicina, como se está praticando nas outras Universidades acima referidas com bem pouca despesa: deixando-se para outro tempo o que pertence ao luxo botanico, que actualmente grassa em toda a Europa. E para tirar toda a duvida, póde V. Ex.ª determinar logo, por uma parte, que Sua Majestade não quer jardim maior, nem mais sumptuoso, que o de Chelsea na cidade de Londres, que é a mais opulenta da Europa;».

Os trabalhos começaram então segundo planos mais modestos, tendo o Marquês enviado a Coimbra (1774) o jardineiro JULIO MATTIAZI, do Real Jardim da Ajuda, responsável pela cultura das plantas enviadas, por via marítima, da Ajuda para Coimbra, acompanhadas pelo que seria o primeiro jardineiro do Jardim Botânico de Coimbra, JOÃO RODRIGUES VILAR.

A parte botânica do Jardim foi primeiramente orientada por DOMINGOS VANDELLI, a que se seguiu, a partir de 1791, FÉLIX DE AVELLAR BROTERO, o qual passou a leccionar a cadeira de Botânica e Agricultura, que, nessa data, foi separada da restante História Natural (Mineralogia e Zoologia). A primeira parte do Jardim que se constituiu é a que ainda hoje é conhecida por «Quadrado Grande».

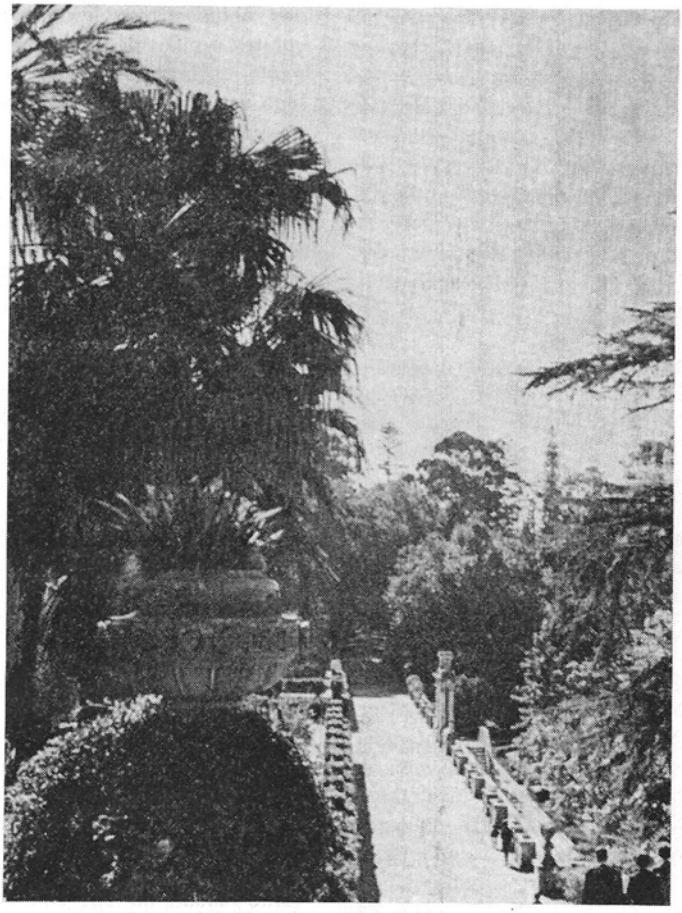
Os trabalhos do Jardim prosseguiram através dos séculos XIX e XX, apresentando o traçado actual apenas muito recentemente, com as remodelações efectuadas pela Comissão Administrativa do Plano de Obras da Cidade Universitária de Coimbra (CAPOCUC), sob a orientação do então Director do Jardim Prof. Dr. ABÍLIO FERNANDES.

O Jardim tem uma área de 13,5 hectares, estando admiravelmente traçado à maneira italiana, com socalcos, escadarias e alamedas, cercado por um opulento gradeamento de ferro e bronze, do lado da Alameda Júlio Henriques e Rua Vandelli. Tem três majestosos portões, sendo o mais aparatoso o de leste, com oito grandes colunas monolíticas rematadas por volutas e pináculos, num conjunto barroco muito decorativo. Percorrendo o Jardim, logo se nota que o acidentado do terreno favoreceu muito o bom gosto do talhe dos socalcos e arruamentos, todos gradeados. Pode considerar-se dividido em duas zonas fundamentais: uma superior, onde se inicia um vale por onde corre um regato, e outra inferior. A primeira consiste na zona mais formal do Jardim, e é constituída por alguns terraços em socalco. O mais inferior, «Quadrado Grande», com um fontenário, constituiu a parte primitiva do Jardim. Nele ainda existem três árvores que datam dos primórdios do Jardim, e, portanto, do tempo em que Brotero foi Director (1791-1811): *Cunninghamia sinensis R. Br.; Cryptomeria japonica (L. f.) D. Don* e *Erythrina crista-galii L.*. No primeiro socalco, junto ao portão principal, está a estátua de Brotero, do escultor SOARES DOS REIS, inaugurada em 1 de Abril de 1887. Além da estátua de Brotero, existe ainda a de Júlio Henriques, no primeiro terraço, junto ao Instituto, e um medalhão de Luiz Carrisso, em frente ao pórtico de D. Maria (1791) do «Quadrado Grande». Estes monumentos, assim como muitos outros melhoramentos do Jardim (por ex. fonte-cascata do lago principal, estufa fria, etc.), foram efectuadas entre 1942 e 1954 pela CAPACUC sob a orientação do então director Prof. Dr. ABÍLIO FERNANDES. No ângulo Nordeste, o mais exposto ao sol, existe um pujante recanto de vegetação tropical e subtropical, com fetos arbóreos, cicadáceas, palmeiras e **Strelitzia augusta** Thunb., que o vulgo confunde com a bana-

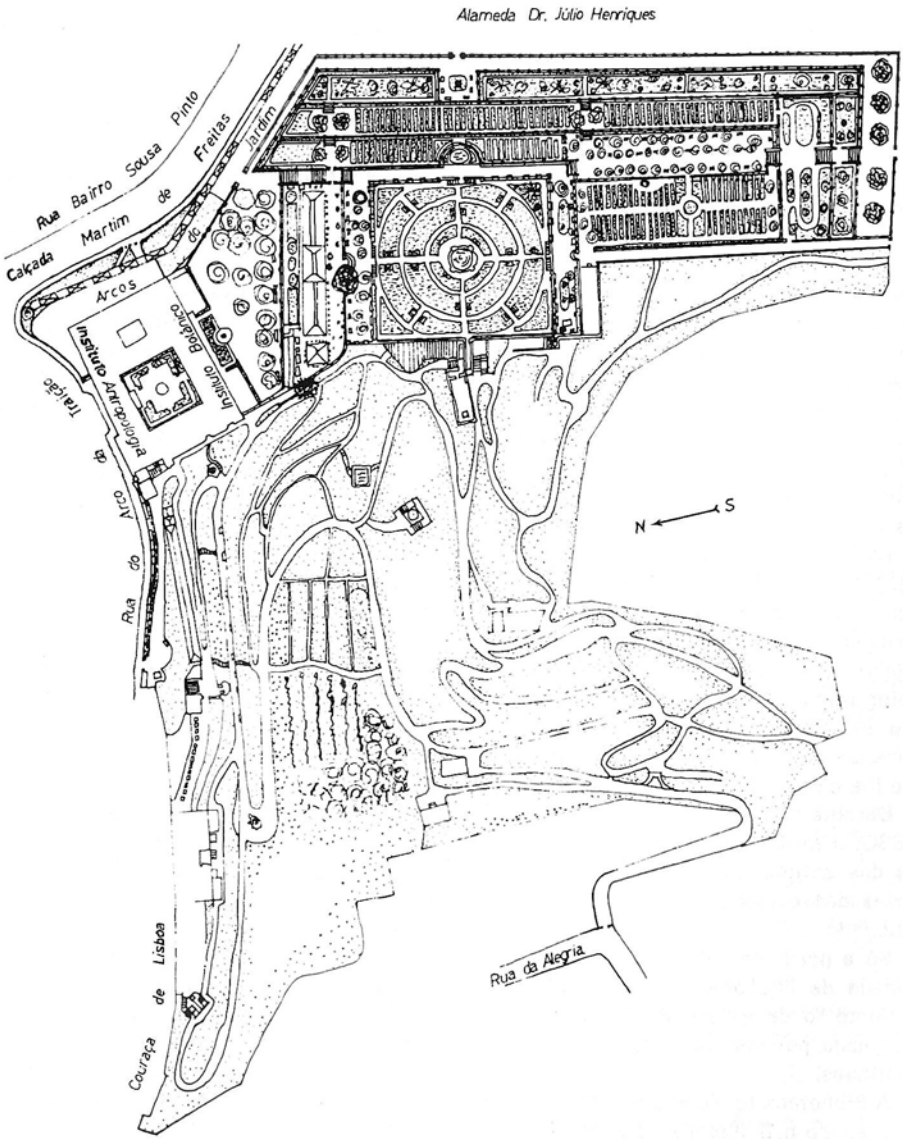
neira. Do lado oposto (Sul) fica a frondosa «Avenida das Tílias».

Nos outros socalcos encontra-se a parte cientificamente mais importante do Jardim: As «Escolas Sistemáticas», a Estufa Grande, Estufa da **Victoria amazonica** (Polp.) Sow e Estufa Fria. A segunda zona é um «Arboretum», vulgarmente conhecido como «Mata», onde existem muitas árvores exóticas. É de salientar o extraordinário microclima desta área do Jardim, que permite a existência, lado a lado, de árvores originárias de zonas do globo ecologicamente bem diferenciadas, como por exemplo, o Himalaia e América do Sul.

O Jardim Botânico de Coimbra é altamente conceituado a nível mundial, emparceirando cientificamente com os de Kew, Berlin, e Copenhague, não só pelos seus magníficos herbários e colecções de plantas vivas (é um dos Jardins Botânicos do mundo a que foi dada a responsabilidade de cultivar um «fóssil vivo» encontrado nas florestas da China, **Metasequoia glyptostroboides** Huct.), mas também pelo



Alameda Central com prolongamento da rua das tílias


Alameda Dr. Júlio Henriques
Rua Bairro Sousa Pinto
Calçada Martim de Freitas
Jardim
Rua Vandelli
Arcos
Instituto Botânico
Instituto Antropológico
Rua do Arco da Calçada
Couraça de Lisboa
Rua da Alegria
N
S

seu eficaz, rápido e correcto serviço de permuta de sementes, além da colaboração prestada noutras áreas.

Anexo ao Jardim está o Instituto Botânico, instalado em parte do edifício do antigo Colégio de S. Bento, fundado em 1555 por Diogo de Minca, então reitor da Universidade. Nesse edifício encontram-se os Herbários, Laboratórios, Biblioteca e Museu. No Jardim ainda há algumas edificações de menor vulto, mas não de menor importância, como os balneários e o refeitório para o pessoal, residência do Jardineiro-Chefe, casas de envasamento e armazenamento, marcenaria, serralharia, garagens, forno crematório e câmara de desinfecção.

As aúlas de Botânica eram inicialmente ministradas no Museu de História Natural e no próprio Jardim, ao ar livre, transitando depois para uma casa mandada construir para o efeito no Jardim.

Durante a Direcção do Dr. JÚLIO HENRIQUES, o Jardim foi muito beneficiado com a cultura de muitas plantas novas, particularmente da flora australiana, sendo hoje o Jardim Botânico da Europa com a maior e melhor colecção de **Eucalyptus.** Isto porque o Dr. JÚLIO HENRIQUES se correspondia com o Barão VON MÜLLER, que lhe enviava sementes da Austrália.

Durante a vigência do Dr. LUÍS W. CARRISSO, o Jardim foi enriquecido com plantas das antigas colónias africanas, resultantes das explorações efectuadas a Angola.

Só a partir de 1868 foi entregue à Faculdade de Filosofia parte do Edifício de S. Bento, onde se instalou o que é hoje designado por Instituto Botânico Dr. Júlio Henriques.

A Biblioteca tem cerca de 111.000 volumes, sendo a Biblioteca de Botânica mais importante no País. Os Herbários têm cerca de 700.000 espécimes e constituem os maiores de Portugal. Editam-se três revistas periódicas (Anuário, Boletim e Memórias da Sociedade Broteriana), que servem de material de permuta com 1.231 bibliotecas congéneres no globo, além de colaborar ou ter colaborado na elaboração das seguintes obras: **Conspectus Florae Angolensis,** (editados já 8 volumes); **Flora Europaea** (publicação de 5 volumes); **Flora Zambesiaca** (editados até agora 7 volumes); **Iconographia Selecta Florae Azoricae** (editado o 1.° volume em 1980) e **Flora de Moçambique** (editados 44 volumes). Permutam-se sementes com cerca de 1.100 instituições botânicas estrangeiras enviando-se por ano cerca de 40.000 pacotes de sementes, correspondendo a 500-600 solicitações, e recebendo-se geralmente cerca de 2.000 para trabalhos de investigação em curso no Instituto Botânico. Permuta-se material de herbário com cerca de 150 outros herbários, enviando-se por empréstimo 4.000 a 5.000 exemplares por ano e recebendo-se a mesma quantidade. Além destes serviços e do estudo da Flora de Portugal, fazem-se anualmente várias explorações florísticas. Estuda-se a cariologia da flora vascular do País e fazem-se ainda estudos citológicos com microscopia óptica e electrónica (de transmissão e de varrimento); estudos aeropalinológicos, que actualmente são elementos de apoio à medicina imuno-alergológica, podendo ter futuras repercussões agronómicas; estudos da flora da África tropical; estudos fisiológicos e genéticos com emprego de rádio-isótopos; e de taxonomia numérica.

Além destes estudos e serviços, o Jardim Botânico de Coimbra presta colaboração, sempre que solicitada, a outras Instituições, Universitárias ou não, como por exemplo à Medicina Legal (fito-envenenamentos), Hospitais, Escolas Secundárias e Primárias, Museus e Instituições de Arqueologia, Protecção da Natureza, opoio e auxílio a programas de investigação de laboratórios de produtos farmacêuticos nacionais e estrangeiros, e a programas de investigação a nível mundial. Poderá ainda evidenciar-se o facto do Jardim

Botânico servir de local de nidificação de grande número de aves, tendo sido, por vezes, detectadas algumas espécies pouco frequentes no País.

Esta é, em resumo, a actividade e importância do Jardim Botânico de Coimbra, mais apreciado, mais solicitado e mais conhecido no estrangeiro do que na própria cidade de Coimbra, onde constitui também uma apreciável mancha verde para recreio, estudo e purificação do ambiente.

BIBLIOGRAFIA

CARVALHO, A. F.
1918 — O ensino da Botânica e o Jardim Botânico. **O Instituto** 65: 41-54.

CORREIA, V. & GONÇALVES, N.
1947 — Cidade de Coimbra. Jardim Botânico. **Inventário Artístico de Portugal**: 109-111.

COSTA, A.
1936 — Diccionario Chorographico de Portugal Continental e Insular—Porto. **5**, 1107 pp.

COUTINHO, A. X. P.
1918 — O Sr. Dr. Júlio A. Henriques e a sua influência no estudo da Botânica em Portugal. — **O Instituto**, **65**: 5-22.

DIAS, J. P. D.
1944 — A estátua de Brotero por Soares dos Reis. — **Museu**, **3**: 1-30.
1945 — Iconographia broteriana. — **Rev. Fac. Ciênc. Univ. Coimbra**, **14**: 181-230.

DIONÍSIO, S. A.
1944 — Jardim Botânico. — **Guia de Portugal**, **3**: 298-302.

FERNANDES, A.
1939 — Notícia sobre a vida e obra do Prof. Dr. Luís Wittnich Carrisso. — **Bol. Soc. Brot.**, sér. 2, **13** XXXIII-LXXII, 9 fig., 1 fot.
1944 — Félix de Avellar Brotero e a sua obra. — **Bol. Soc. Brot.**, sér. 2, **19**: LIII-LXXVI, 1 fot.
1980 — Cem anos de Vida da Sociedade Broteriana. — **Bol. Soc. Brot.**, sér. 2, **54**: I-XXXIV.

GOEZE, E.
1972 — A Ilha de S. Miguel e o Jardim Botânico de Coimbra. — **O Instituto**, sér. 2, **14**, **4**: 73-87.

HENRIQUES, J.
1876 — O Jardim Botânico da Universidade de Coimbra. — **O Instituto**, **23** (1), Jul.: 14-22; op. cit. **23** (2) Ago.: 55-64, 1 est.; op. cit. **23** (3) Set.: 107-117; op. cit. **23** (4) Out.: 157-163; **23** (5) Nov.: 216-221, 1 est. — Separata: 1-54, 1 est.
1889 — O Monumento a Brotero. — **O Instituto**, **37** (sér. 2, 6): 341-344.

INGWERSEN, I.
1978 — The making of a Botanic Garden. — **The Garden, Journ. Roy. Hort. Soc.**, **103**, 3:93.

LASSER, T.
S. D. — La importancia de los Jardins Botanícos (Jardín Botánico de Kew), 8 pp.

MEYER, F. G.
1960 — Gardens of Western Europe. — **Plants & Gardens, N. Ser.** 16, **2**: 1-97.

NEVES, J. B.
1980 — Prof. Dr. Abílio Fernandes — **Bol. Soc. Brot.**, sér. 2, **53**: VII-LXXVII.

SÁ, O. C.
1940 — Crónica de Coimbra. A antiga Fonte da Alameda do Jardim Botânico. — **O Primeiro de Janeiro** (5.XII.1940): 3.

TEIXEIRA, A. J.
1889 — Como se fez o Jardim Botânico e o mais que depois sucedeu. — **O Instituto**, 37 (sér. 2, 6): 360-363.

TRONCHETA, A.
1953 — Aperçu sur les Jardins Botaniques. Leur histoire, leur importance, leur rôle. — **Ann. Scient. Univ. Bes.**, **8**, Bot. 2: 44-62.

VALLA, J. J.
1978 — Como estabelecer um Jardim Botánico para la enseñanza. — **Misc. Acad. Nac. Cienc.**, **60**: 1-34, t. 1.

VALLARDI, F.
1964 — Encyclopédie du Monde Végétale. Paris. **1**, 568 pp. — Histoire de la Botanique: 14-19.

VEIGA, A. B. C.
1945 — Félix de Avellar Brotero. — **Rev. Fac. Ciênc. Univ. Coimbra**, **14**: 5-14.

VIDAL, J. A. R.
1872 — Relatório do director do Jardim Botânico. — J. A. S. Carvalho, **Memória Histórica da Faculdade de Philosophia**: 242-253.

Filarmónica do Espinhal Um Século em prol da Cultura Musical

Por

Mário Mendes Nunes*

A música, arte de exprimir sentimentos por meio de sons combinados, arte de combinar os sons de forma a torná-los agradáveis ao ouvido, constitui-se de melodia, harmonia e ritmo. No dizer de Platão: «as musas teriam legado ao homem os segredos da harmonia a fim de que os movimentos da alma pudessem ter equilíbrio; e os segredos do ritmo, para que os gestos e atitudes do corpo ganhassem em graça, medida e precisão».

É esta arte que os habitantes da Vila do Espinhal cultivam, há mais de um século, inicialmente, de forma dispersa e, mais tarde, de maneira organizada. Este aspecto e outros relacionados com o tema em foco, encontrará o leitor no trabalho que lhe apresentamos.

A Vila do Espinhal, sede de freguesia, situa-se no concelho de Penela, distrito de Coimbra e faz parte da região centro. Rodeada pelas serras do Calvário e de S. João e tendo o Monte de Vês a servir-lhe de sentinela avançada, remonta aos primórdios da nacionalidade conforme se infere pelos documentos escritos — o 1.º datado de Maio de 1219 — embora os vestígios romanos encontrados ao longo do tempo, possam suspeitar origem mais remota — estrada romana do séc. I A.C. que passava no local onde, hoje, existe a povoação.

No séc. XV o Espinhal passou a aldeia e em *dezasseis de Julho de 1906*, D. Carlos, elevou a aldeia à categoria de Vila.

A fidalguia e o clero existentes, há séculos, na Vlia do Espinhal são o testemunho inegável de que não foi por mero

(*) Licenciado em História Moderna. Colaborador de vários jornais em temas sobre património cultural.

acaso que a arte musical despontou na gente humilde da povoação. A prática dessa arte, «entremuros» senhoriais e clericais, permitiu o seu extravasamento para fora de portas, onde encontrou condições propícias para vingar, bom grado a ajuda imprescindível dos seus lídimos representantes.

Deste modo, a arte musical ganhou raízes nos hábitos e na maneira de viver da população, adquirindo, progressivamente, valor e interesse, que lhe permitiram integrar-se na comunidade, participar na formação dos seus habitantes e chegar, activa e florescente, aos nossos dias.

O GRUPO CORAL, EMBRIÃO DA FILARMÓNICA

Nos meados do séc. XIX paroquiou a freguesia o padre Calheiros, pessoa de elevado nível cultural e grande apaixonado pela arte musical. Compositor, sobretudo, de peças de cariz religioso, resolveu, um dia, ensinar música às pessoas da terra, conseguindo interessar alguns espinhalenses, que lhe possibilitaram a formação de um grupo coral que participava, depois, nas missas dominicais.

Por volta de 1855/60 instalava-se na Vila, uma distinta senhora, chamada D. Carlota Marques Valdívia Taylor, que trazia na sua bagagem intelectual o curso de professora musical e de cantora de ópera. Vinha incumbida da missão de ensinar a arte dos sons à Sr.ª D. Maria do Carmo Alarcão que pertencia a uma das mais antigas e importantes famílias do Espinhal. Os seus dotes de ensino e o seu trato afável grangearam-lhe a admiração e o respeito do povo espinhalense e, consequentemente, a amizade do seu antecessor musical, P.e Calheiros. Passou a colaborar no coral e a buscar, com o seu saber, mais aderentes para a causa musical, especialmente, nas camadas simples e trabalhadoras da Vila.

O Coral foi angariando qualidade e fama, actuando regularmente nas missas e, começando a abrilhantar as festividades de S. Sebastião, N.ª Sr.ª das Neves e N.ª Sr.ª da Piedade. Gradualmente, foi substituindo os cantores que eram contratados para estes actos religiosos e que auferiam bons proventos, como a nota do livro de receitas e despesas de 1867, da Junta da Paróquia, indica: «*pagamento a quatro cantores na festa do martyr custou 3.840 réis*». A actividade do Coral, com organista e baixos, a partir de 1868, assumiu um carácter permanente e muito importante que é comprovado nas actas da Junta da Paróquia.

E, deste agrupamento religioso, encabeçado pela Sr.ª D. Carlota e pelo pároco Calheiros, surgiu a ideia de alargar o seu âmbito e o ensino da música a mais pessoas. Principiou a cultivar-se, além da música religiosa, música popular, que veio estimular um maior número de praticantes e lançar o embrião da futura sociedade musical.

FUNDAÇÃO DA FILARMÓNICA ATÉ AO PRIMEIRO INTERREGNO (1883-1890)

Conforme se pode ver a letras brancas pintadas em 1931, pela Sr.ª D. Ernestina Quaresma Feio, numa bandeira azul pertencente a um particular, o nascimento da Banda ocorreu em *25 de Julho de 1883*, dia de Santiago. Filarmónica Recreativa Espinhalense foi o seu primeiro nome e os seus fundadores chamaram-se: D. Luiz d'Alarcão Velasques Sarmento, P.e António Simões Antunes, António das Neves Loureiro e outros espinhalenses de que não obtivemos a graça.

Embora na lista dos fundadores não conste nenhum dos mentores que lançaram a semente, não restam dúvidas que a família Alarcão formalizou a ideia e que o padre Antunes seguiu as pisadas do seu colega, entretanto, desaparecido dos vivos.

Indicar quantos elementos compunham, inicialmente, a Banda, não é possível, já que as fontes escritas não existem. No entanto, as pessoas mais idosas e mais devotadas à música, adiantaram-nos que a Filarmónica deveria possuir nos primeiros anos, de vinte a vinte e dois elementos. Uma fotografia do princípio deste século (publicada neste trabalho), deu-nos uma achega a estas opiniões, porquanto, apresenta a Banda com vinte e três pessoas, incluindo o regente e dois dirigentes. Os

Composição da Filarmónica por volta de 1900

instrumentos que os executantes ostentam assim o confirmam, sendo: 3 clarinetes, 3 bombardinos, 2 contrabaixos, 2 trombones, 2 trompas, 2 tarolas (vulgo, caixas), 1 trompete, 1 soprano, 1 saxofone, 1 cornetim, 1 bombo e 1 par de pratos.

O primeiro regente teria sido um senhor chamado Stechinni? que possuia o curso de Conservatório. Sucedeu-lhe o regente Carvalho. Qualquer deles, como a maioria dos maestros, até hoje, foi recrutado fora da terra.

Tanto os instrumentos, como a farda e, mais tarde, o estandarte, resultaram da generosidade da população e da valiosa e indispensável contribuição da família Alarcão.

Se atendermos à população da Vila naquela época, 821 almas para 219 fogos com 71 crianças (34 masculinos) em idade escolar, concluimos que a falta de poder económico foi razão bastante para um agrupamento tão diminuto, pois o número de pessoas a saber música era elevado.

A Filarmónica actuou, pela 1.ª vez, na festa de S. Sebastião, orago da freguesia. O excerto que apresentamos, retirado do livro de actas da Junta da Paróquia de 17/2/1884, relata: «... *O Presidente disse que deliberasse a Junta se se devia falar à philarmónica para a festividade de S. Sebastião que deve ter logar no dia trez de Fevereiro próximo. A Junta deliberou por unanimidade que se falasse à philarmonica deste logar do Espinhal, à qual se falou e se prontificou a vir à dita festividade pelo preço de desacete mil réis*». O Presidente: Caetano Maria do Rego — Os Vogais: An-

tónio das Neves Loureiro, Francisco Ferreira de Carvalho, José Ferreira Gama — O escrivão: Bernardo António Almeida.

Constata-se, facilmente, que o escrivão fez a acta, posteriormente à festa, pois na parte final já consta o acordo da Filarmónica e o preço e, além disso, a data não deixa margem a dúvidas.

A partir desta altura a Filarmónica ganhou fama e prestígio e os contratos para abrilhantar festividades e actuar em concertos públicos, sucederam-se com naturalidade. Aguda, Trilho, Bajancas Cimeiras, Vila Flor, Silveira, Avelar, Tola, foram lugares que passaram a contratar, anualmente, a Filarmónica. As festas da Vila dedicadas a S. Sebastião, St.º António e S.ª da Piedade constaram sempre da lista das actuações da Banda. Em 1886, sendo presidente da Junta, Manuel Craveiro e secretário Augusto Frederico de Sousa Doria, a Filarmónica cobrou cinco mil réis na festa de St.º António. Nesse ano e em 1889 deslocou-se ao S. João do Deserto, auferindo nove mil réis por cada presença. Como curiosidade, anotamos que os mordomos da festa foram os Srs. Vasco Dias Simões de Almeida, Manuel Albano e José Pires, todos executantes da Banda.

SEGUNDO PERÍODO ATÉ AO SEGUNDO INTERREGNO (1894-1903)

Depois de alcandorar-se a uma posição invejada na região, aconteceu a 1.ª crise grave no seio da Filarmónica. Regressou-se à actividade coral, sinal evidente da ausência de actuações exteriores da Banda. A remuneração de 3.000 réis em 1891, 5.000 réis em 1892 e 6.500 réis em 1893 na festa de S. Sebastião, justificando-se esta despesa pela actuação no Coro, representa a prova lógica da crise e da inactividade.

Somente em *26/3/1894* a Filarmónica reapareceu dessa letargia, conforme se pode verificar recorrendo à bandeira pintada em 1931 e atrás mencionada. Em 1895, recomposta da crise, voltou a estar presente na festa do padroeiro, vindo a cobrar 15.000 réis pelo seu trabalho. O reaparecimento deveu-se, novamente, a D. Luiz d'Alarcão e ao padre Manuel Parada d'Eça chegado à Vila para paroquiar a freguesia e que, nesse ano, assumiu as funções de Presidente da Junta da Paróquia. Na Direcção da Banda surgiu o nome de Manuel Albano, como secretário. Percebe-se, na ocupação deste cargo por um executante, a intenção do fundador de organizar, em moldes mais eficazes, a estrutura da Banda. Confirmamos esta suposição em 1899, quando nos aparece o próprio regente como tesoureiro, procurando-se desta forma, responsabilizar os executantes na administração da Filarmónica. O livro de actas da Junta da Paróquia, desse ano, é claro nesse sentido: «... *pelo que se pagou a José dos Santos Carvalhinho, regente da philarmónica pela actuação da philarmónica na festividade do martyr S. Sebastião*». O preço ajustado cifrou-se em dezasseis mil réis.

Esta vitalidade musical manteve-se até ao ano de 1903, última referência que vimos no livro de actas da Junta da Paróquia, única fonte escrita que nos forneceu dados correctos da existência da Banda, pois a Filarmónica não possuia estatutos nem conseguimos descobrir os livros de actas, se acaso existiram.

TERCEIRO PERÍODO, COM CISÃO, ATÉ AO TERCEIRO INTERREGNO (1907-1937)

De 1903 a 1907 houve nova hibernação da Filarmónica motivada por mal entendidos entre os seus executantes, os quais provocaram uma *cisão* e, consequentemente, um enfraquecimento dos quadros pela sangria que originaram. Concretamente, um dos principais elementos, Sr. Vasco Dias Simões de Almeida, abandonou a Banda, arrastou consigo alguns compa-

nheiros e fundou um novo agrupamento musical. Inicialmente, não se lhe pode chamar «Filarmónica» visto possuir meia dúzia de músicos e alguns instrumentos de corda, tomando, inclusivé, a designação de «Tuna». Mais tarde, com a entrada de novos executantes e com a aquisição do instrumental necessário, adquiriu um corpo musical aceitável que lhe conferiu personalidade e o nome: União Lealdade Espinhalense.

Com duas Bandas numa povoação pequena, a rivalidade que daí adveio, gerou um certo progresso musical, pois provocou a formação de duas escolas de música orientadas pelos regentes, possibilitando que a aprendizagem musical atingisse a generalidade da população local, levando os mestres a incutir nos aprendizes um «vício» que só a morte extinguia. Mas, a rivalidade trouxe, igualmente, inimizades e zangas. Os despiques, a concorrência e o desejo de cada Banda fazer melhor, aliados às intrigas e desavenças (houve casas com familiares em ambas as Bandas), provocaram ódios, malquerenças e alcunhas pejorativas (abstemo-nos de as mencionar pela carga ofensiva que contêm) que duraram dezenas de anos.

Esta animosidade teve, apenas, um dia de tréguas. No dia 22/12/922 aquando da formatura do Sr. Dr. Luís de Oliveira Guimarães, neto do fundador, as duas Filarmónicas tocaram frente a frente, na festa de boas-vindas ao novel doutor.

Enquanto na Filarmónica Recreativa Espinhalense os maestros se sucederam no lugar, de que o último foi o Sr. José Maria Seco Ferreira, na União Lealdade Espinhalense permaneceu até ao desaparecimento da Banda o seu fundador, Sr. Vasco de Almeida.

APOGEU MUSICAL

A população da Vila do Espinhal e das regiões limítrofes, durante o período de existência das duas Filarmónicas, deleitou-se com a audição de boa música. As suas actuações, em palcos ou coretos, ou simplesmente pelas ruas desempenhando funções de acompanhamento religioso em procissões ou por ocasião da semana santa ou ainda no interior da igreja participando nas cerimónias litúrgicas, ofereceram momentos inesquecíveis aos seus ouvintes e elevaram-nas a plano de evidente nível cultural. Desta forma, as Filarmónicas realizaram uma importante missão em prol da arte dos sons e da Vila, em toda a zona centro, comportando-se como verdadeiros polos de cultura popular.

No prosseguimento da sua actividade, em 30/11/1936, participaram, por convite das autoridades do distrito, no cortejo anti-comunista de apoio ao governo salazarista, recebendo, cada uma, a importância de 370$00 para pagamento do transporte em camioneta. Nesta deslocação fizeram jus dos pergaminhos musicais que possuiam, deslumbrando a assistência e fazendo inveja às suas congéneres presentes. Porém, a partir desta actuação, algo de estranho se passou e, possivelmente, o bichinho da política instalou-se no seu seio. Contudo, a actividade prosseguiu e os contratos continuaram a afluir de todos os lados.

Mas, nos meados do ano seguinte, produziu-se a faísca que despoletou a tensão latente na Vila. Uma acta da Junta de Freguesia, datada de *10/08/1937* revela esse mal-estar: «*... a comitiva oficial que vai a Penela inaugurar a luz eléctrica, seria convidada a visitar esta Vila, mas, infelizmente não se encontrando naquela data (15/08/1937) as Filarmónicas desta Vila por motivo de compromissos que assumiram, devendo uma ausentar-se para Aguda e outra para o lugar da Silveira...*». Assina o Presidente da Junta: João Mendes Pedro.

A ausência das Bandas naquele dia, obrigou o cancelamento da visita oficial

à Vila do Espinhal, significando o rebentar da bomba que se escondia desde Coimbra. As Filarmónicas não corresponderam ao apelo da Junta implícito na palavra «*infelizmente*», e assumiram uma posição de desrespeito e desinteresse para com as entidades governamentais numa época de obediência e empolamento político.

Esta atitude, leviana para o momento, foi suficiente para que uma denúncia infame, segundo nos garantiram, de pessoa grada ao Governo, informasse que os locais de ensaio das Filarmónicas, serviam de pontos de encontro para reuniões políticas, divulgação de ideias anti-salazaristas e ainda que a «Internacional», hino revolucionário, era ali tocada. Este gesto viabilizou o acto de repressão.

Uma brigada fiscalizadora deslocou-se ao Espinhal e, a pretexto de comprovar a personalidade jurídica das Bandas, nenhuma possuia estatutos, logo feridas de ilegalidade, selou as portas das casas de ensaio e instaurou o respectivo processo. Na ânsia de arranjar provas suplementares e mais concludentes, que melhor creditassem a denúncia, desmanchou um dos bombos, crente de achar, no seu interior, propaganda política, o que não se verificou.

QUARTO PERÍODO ATÉ AO QUARTO INTERREGNO (1946-1964)

Esta crise, quase mortal, agravada pela eclosão da 2.ª guerra mundial, levou a Filarmónica a permanecer num estado de letargia que perdurou nove anos. O entusiasmo arrefeceu, os instrumentos deterioraram-se ou perderam-se e profetizou-se o seu desaparecimento definitivo.

No entretanto, o fim da guerra, o regresso à paz, a desmobilização dos militares e as saudades da música, vieram relembrar as Bandas e os seus concertos dominicais. E, *em 10/05/1946*, formou-se uma Direcção Organizadora da Filarmónica, constituída pelos Sr. António Maria Perestrelo da Silva, Dr. Júlio César Lopes de Almeida e prof. Aires Gonçalves Serra, que depois de colocada, eleitoralmente, nas suas funções, apresentou um projecto de estatutos que, uma vez discutido e aprovado, representou a trave mestra da Sociedade e fez reatar o percurso interrompido após o desagradável incidente de finais de 1937.

O regresso da actividade musical não visou a recuperação das duas Bandas, pois o interregno diluiu, progressivamente, as inimizades, a formação musical e fez desaparecer parte do instrumental. Significou, apenas, fundir o que restava das duas e recuperar o caminho perdido aproveitando as boas vontades, a onda de entusiasmo, o desejo de prosseguir.

A união tornou-se uma realidade e os directores com a anuência da assembleia, decidiram baptizar o agrupamento renascido de: *SOCIEDADE FILARMÓNICA DO ESPINHAL*, que, hoje, se mantém.

A população quotizou-se para a compra de instrumentos, uma fábrica dos arredores ofereceu o pano para o fardamento e a mão de obra local alindou os executantes. Contudo, a vontade de regressar ao público foi tão grande que nas duas primeiras actuações os músicos tocaram sem farda. Aconteceu, em 02/06/1946, na festividade de N.ª S.ª de Fátima na Vila e, posteriormente, em 15 de Agosto no lugar de Vila Flor.

Após este regresso auspicioso a caminhada musical continuou com determinação, vivacidade, bairrismo e empenhamento comum, surgindo os convites para abrilhantar festejos em toda a região. Perante esta alegria e maturidade constituiu-se, em 1949, (ver acta da 7.ª Assembleia Geral da Filarmónica de 31/08/1950) uma comissão encabeçada pelo Sr. António dos Santos Pito, acompanhado dos Srs. Ramiro Simões, Álvaro Cordeiro, Fernando Silva, Mário Rodrigues Craveiro, Abílio Rodrigues Craveiro, Elmano Pereira Albano, José Júlio da Silva, António Freire

de Oliveira, Fernando Dias Vidal, António da Silva e outros espinhalenses, denominada «Comissão Pró-Construção da Casa Sede da Filarmónica» e com a finalidade de erguer uma Sede para a Banda. A

Todavia, volvido algum tempo, em 1956, a «Comissão Pró-Construção» perante a impossibilidade de solver os compromissos financeiros, viu-se obrigada a negociar com a Junta Central das Casas do Povo

Placa toponímica que atesta o prestígio da Filarmónica
(foto cedida pelo meu amigo Mário Simões)

comparticipação activa da população da Vila e da freguesia, o recurso a um empréstimo bancário e a emissão de acções reembolsáveis a longo prazo, permitiram concretizar o sonho acalentado durante anos. A Sede tornou-se um facto real.

a cedência do edifício, construído para Sede da Banda, para Sede da Casa do Povo, tendo, em contrapartida, reembolsado a maioria do dinheiro ali dispendido, a garantia da Filarmónica possuir uma sala para ensaios, a utilização da sala de es-

pectáculos para esta efectuar festas em seu benefício e a concessão de um subsídio mensal de trezentos escudos.

A atitude drástica da Comissão, mas aquela que foi viável no momento, gerou, por um período de anos, atritos, difamações e mal-estar na população, especialmente nas pessoas que tinham contribuído para esse empreendimento.

Porém, o amor à Filarmónica e à terra, superou esta fase negativa e os habitantes voltaram à prodigalidade habitual, ajudando na compra do estandarte e de mais dois fardamentos.

Mas, como tudo nesta vida, as Filarmónicas também estão sujeitas às conjunturas nacionais e, não podem fugir às crises resultantes dessas variações. A guerra colonial e a emigração abriram no quadro dos executantes uma sangria que foi impossível estancar. Assim, *em 20/01/1964*, a então, Comissão Administrativa da Filarmónica presidida pelo Dr. António Gomes do Carmo, apresentou uma proposta do seguinte teor: «*Suspensão temporária da actividade da Sociedade Filarmónica por impossibilidade de se manter*», a qual foi aprovada por unanimidade.

FASE ACTUAL INICIADA EM 1976

As condições que levaram à suspensão da actividade musical permaneceram até finais de 1975. O regresso dos residentes das ex-colónias e dos emigrantes, proporcionaram que algo se viesse a modificar na pacatez e imobilismo dos habitantes espinhalenses. A necessidade de preencher os tempos livres, as recordações musicais e o desejo de engrandecer a terra natal, levaram os regressados e os radicados mais apaixonados pela música, a atirarem um sopro de iniciativa no charco monótono e silencioso dos descrentes e dos comodistas.

Por isso, em 03/02/1976 aconteceu a 1.ª reunião de antigos executantes que pensaram reorganizar a Banda. O momento foi ideal, já que a semente do bairrismo fora lançada em terra fértil. Como corolário dessa reunião, elegeu-se, em 17/04/1976, uma Direcção composta, exclusivamente, por antigos músicos que tomou a orientação da Filarmónica e que, até aos nossos dias, tem pugnado pela sua administração conseguindo elevá-la a um grau de prestígio e saber, somente igualado no período das duas Bandas. Os seus membros directivos Srs. José de Oliveira Lourenço, João Pito de Oliveira, José Antero de Oliveira Antunes (efectivos) e Amândio Marcelino Pereira e Constantino Sacramento Paiva (suplentes) reuniram cerca de 25 elementos e, tocaram pela 1.ª vez, após este interregno, *no dia 18/04/1976 (domingo de Páscoa)*, recebendo da população uma verdadeira apoteose bem expressa no contributo pecuniário que lhes ofertou nesse dia.

O dinamismo desta Direcção é digno de todos os encómios, correspondendo os naturais e os amantes da música ao seu empenhamento, oferecendo fardamentos, instrumental, bandeira e a promessa de edificação de uma Sede, na medida em que os ensaios decorrem em local impróprio para albergar a Filarmónica.

Presentemente, a Banda oscila entre os 30 e os 35 elementos sem contar com o grupo coral, constando o seu património musical dos seguintes instrumentos: 1 requinta, 1 tuba, 1 soprano, 1 trompa, 1 bombo, 1 par de pratos, 2 caixas (tarolas), 2 contrabaixos, 3 trombones, 3 bombardinos, 5 saxofones (1) (tenor, barítono e alto), 5 cornetins e 6 clarinetes.

ANÁLISE DA VIDA DA FILARMÓNICA

Quando surge algum empreendimento, seja de que natureza for, tem sempre um

(1) Um dos saxofones vem da origem da Filarmónica.

suporte a fundamentá-lo. No caso da Sociedade Filarmónica do Espinhal, os aspectos social e cultural e, talvez, o económico, terão fornecido os alicerces para a sua fundação.

Inicialmente, a Banda limitou-se a abrilhantar as festividades religiosas na Vila. Depois, outras terras desejaram a sua participação e, com o tempo, a sua fama expandiu-se resultando que, de Maio a Outubro, os domingos ficavam quase todos preenchidos. Os serviços prestados alargaram-se e a Banda passou a actuar em festejos e arraiais nos concelhos de Alvaiázere, Coimbra, Figueiró dos Vinhos, Miranda do Corvo, Penacova, Penela, Pombal, Tomar, etc.

Ao princípio, as deslocações fizeram-se a pé e, raramente, de carro. A bateria e outros instrumentos mais volumosos eram transportados à cabeça por mulheres contratadas para esse efeito de que é justo relembrar os nomes: Maria das Dores Nogueira, Maria do Carmo, Maria Ermelinda (Chainça), Maria da Piedade Feta e Lucília Feta. Actualmente, a camioneta e o carro particular são os meios próprios para as deslocações.

O preço de cada serviço variou ao longo das épocas, embora a distância seja primordial. Enquanto nos primeiros tempos uma missa, procissão e arraial custavam nove mil réis (festa do S. João do Deserto em 1886); seis mil e quinhentos réis (festa de S. Sebastião em 1892); cinco mil réis (festa de N.ª S.ª da Piedade em 1885), em 1903 a festa de S. Sebastião já orçou em quinze mil réis, em 1946 na festa de Vila Flor os executantes receberam, unicamente, a alimentação, para em 1954 na festa de Santo António a Banda levar 450$00, no S. João do Deserto 600$00 e, em 1976, na festa do Trilho três mil e quinhentos escudos. Hoje, o preço ronda de dez a trinta contos, incluindo o transporte, conforme a actuação é na Vila ou a uma distância superior a 25 quilómetros.

Há alguns anos, como foi dito, a Banda ocupava todos os domingos no período das festas. Actualmente, para não monopolizar a vida dominical dos músicos, realiza de dez a vinte serviços, por ano, predominando os religiosos e com mais incidência na Primavera e Verão.

O reportório mais tocado pela Filarmónica baseia-se em marchas, mazurcas, valsas, pasodobles e rapsódias, levando uma peça musical com a duração de dez minutos e de dificuldade média, cerca de oito ensaios a preparar para sair a público, enquanto outra peça com grau idêntico de dificuldade, mas com metade da duração, precisa de cinco ensaios.

Os ensaios têm lugar, à noite, apenas uma vez por semana, embora hajam períodos de dois ensaios semanais. O regente desloca-se de fora, pois os maestros residentes ou naturais do Espinhal foram, durante este século de existência, somente quatro ou cinco.

A rivalidade com a Banda de Penela tem sido uma constante ao longo dos tempos. Contudo, essa rivalidade está atenuada, felizmente, verificando-se, nesta altura, um intercâmbio musical saudável e proveitoso para ambas e para o concelho.

A Banda, praticamente, nunca teve Sede própria, já que a realidade se esfumou depressa, como atrás referimos. Vislumbra-se, neste momento, uma iniciativa nesse sentido, da parte do conterrâneo e amigo da Banda, Dr. João António Lourenço. Oxalá se concretize.

A casa alugada e, hoje, a adaptação do lavadouro a sala de ensaios têm sido os locais de reunião.

A formação musical dos executantes, decorreu, neste século, em escola da Banda. Logo que aptos têm o seu lugar assegurado na colectividade. Houve períodos em que a Banda recorreu a elementos de outras Bandas, mas, em contrapartida, elementos seus reforçaram Filarmónicas vizinhas.

Até acerca de cinco anos a Banda agregava, exclusivamente, executantes masculinos. Actualmente, preenchem os seus quadros três músicos femininos, afora os elementos do grupo coral, adstrito à Filarmónica, que possui mais cinco senhoras. A presença feminina foi benéfica, pois além de permitir um campo mais vasto de recrutamento musical, proporcionou uma maior amizade nos componentes, introduzindo mais delicadeza nas suas relações. Aliás, o papel importante desempenhado pela mulher na Filarmónica afirmou-se desde a primeira hora, contribuindo, decididamente, para a sua fundação. Aquando da existência das duas Filarmónicas era ela quem incentivava os maridos e filhos a enfileirarem na Filarmónica da sua predilecção, havendo casos de executantes que se transferiram, de uma para outra, somente, por influência feminina.

Na actualidade, acompanha os pais, filhos, maridos, irmãos e restantes familiares, integrando, também, o corpo musical.

A Filarmónica, desde sempre, foi o baluarte da cultura musical na Vila, havendo além dos seus componentes, mais oitenta a cem pessoas que sabem música.

Como quase todas as Bandas, deve a sua existência ao bairrismo dos habitantes da terra que não regateiam a sua ajuda quando a isso são chamados.

As receitas, diminutas, provêm dos serviços prestados e das quotas dos associados. Os subsídios oficiais, têm sido exíguos e temporários. Apenas a FAOJ subsidia a escola de música e a Câmara Municipal, a Junta de Freguesia, a Casa do Povo e a Secretaria da Comunicação Social dão, esporadicamente, o seu minguado contributo.

Continuando a tradição iniciada na formatura do Dr. Luís Guimarães, de dar as boas vindas aos novos doutores seus conterrâneos, a Filarmónica honrou, também, com alguns números do seu reportório, o autor deste trabalho.

As fardas usadas ao longo destes cem anos têm possuído as cores mais adequadas às suas funções — castanho, cinzento e azul — por serem as cores indicadas para atenuarem a sujidade. A farda actual é de fazenda azul e camisa da mesma cor.

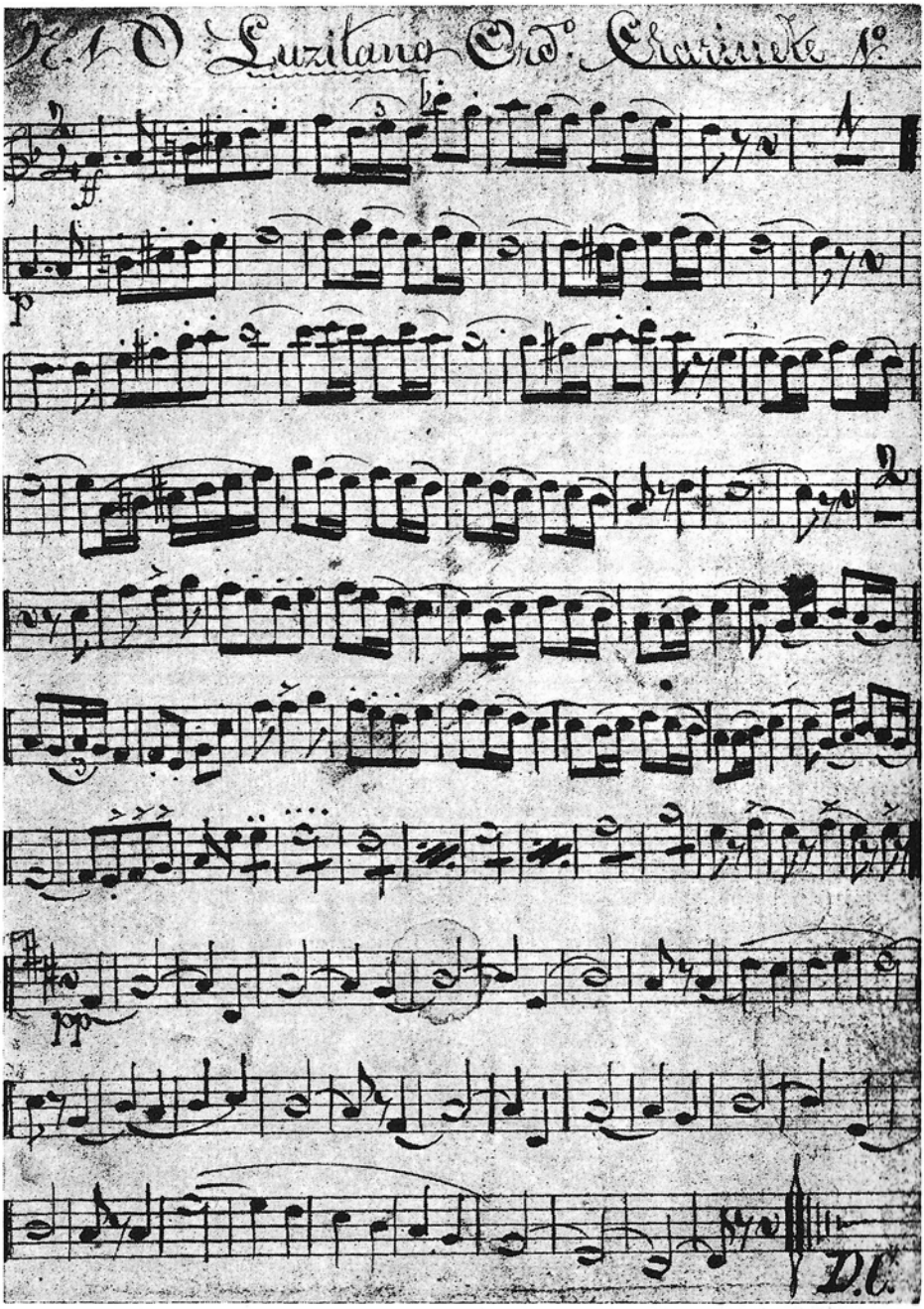
A Filarmónica possuiu vários estandartes cujas cores predominantes foram o azul e o verde e branco. Presentemente, possui dois estandartes.

HABILITAÇÕES LITERÁRIAS DOS ELEMENTOS DA FILARMÓNICA

Nível literário	Na fase inicial	Actualmente
Analfabetos	5	—
Instrução primária incompleta	9	7
Instrução primária completa	6	15
Formação liceal	—	9
Formação universitária	—	1
TOTAL	20	32

Percorrendo os olhos pelo mapa acima verificamos que, na fase inicial, o nível literário dos executantes não era muito elevado. Apesar de, na época da fundação da Filarmónica, já funcionarem duas escolas primárias — sexos marculino e feminino — acontece que grande parte das crianças não frequentava a escola. A razão principal deste divórcio escolar fundamenta-se na ajuda que as crianças ofereciam aos pais, tanto nas lides domésticas como na agricultura, e ainda por que a habilitação literária pouco influenciava na elevação do nível de vida, numa época e numa região predominantemente agrícolas, com ausência de repartições públicas e de indústrias na Vila e, ainda, enfeudada de elitismos privilegiados.

A obrigatoriedade da instrução primária e a abertura de escolas preparatórias e secundárias no concelho e nas localida-



Excerto da marcha «O Luzitano» tocada pela Filarmónica em 1921

des vizinhas, eliminaram o analfabetismo na Banda, provocaram uma subida gradual do nível literário dos executantes e canalizaram para a Filarmónica elementos com formação liceal e um com frequência universitária.

COMPOSIÇÃO ETÁRIA DOS ELEMENTOS DA FILARMÓNICA EM 1981

Grupos etários	Número de elementos	
	Masculinos	Femininos
Até aos 20 anos	7	3
Até aos 30 anos	2	—
Até aos 40 anos	10	—
Até aos 50 anos	7	—
Até aos 60 anos	1	—
Até aos 70 anos	1	—
Até aos 80 anos	1	—
TOTAL	29	3

Uma análise cuidada deste quadro, permite-nos concluir da validade da escola de música e do entusiasmo da junventude na aprendizagem da arte musical, pois 32 % dos elementos encontram-se com idades inferiores a 20 anos. A presença de apenas 2 elementos no escalão dos 30 anos corresponde ao período de interregno da Banda a partir de 1964. Os grupos de 40 e 50 anos perfazem 17 elementos, fornecendo a indicação segura da afluência da juventude à aprendizagem quando a Filarmónica teve a sua fase organizativa em 1946. Nos outros escalões nota-se, somente, um elemento em cada um, denunciando, por conseguinte, a renúncia dos mais antigos a favor dos jovens. O veterano da música, Sr. Hipólito Luís Mendes, conta 74 anos e faz parte da Banda desde 1921, somando sessenta de carreira musical. Atesta um bom exemplo de dedicação e amor à Filarmónica e à terra.

PROFISSÕES DOS COMPONENTES DA FILARMÓNICA

Profissões	No período inicial	Actualmente
Trabalhadores rurais	10	1
Proprietários rurais	5	—
Pedreiros	1	8
Ferreiros	2	—
Carpinteiros	—	1
Sapateiros	1	2
Barbeiros	1	—
Mecânicos e Serralheiros	—	2
Electricistas	—	1
Enfermeiros	—	1
Maquinistas	—	1
Operários fabris	—	2
Funcionários públicos	—	3
Distribuidores Postais	—	2
Comerciantes	—	1
Estudantes	—	7
TOTAL	20	32

A composição da Banda apresenta duas fases distintas. Enquanto no início predominou o trabalhador e o proprietário rurais, prova irrefutável da ruralidade da Vila do Espinhal, verifica-se, hoje, uma transformação radical, porquanto este aspecto quase desapareceu, dando lugar a uma diversidade de profissões que revela a heterogeneidade da Filarmónica no momento.

Embora a agricultura continue a ser dominante na Vila, acontece que as facilidades de transporte, a carência de habitação e a necessidade de valorização cultural, têm incentivado as camadas mais jovens da população a abraçar outra forma de vida, dispensando a agricultura. Os tempos livres são dedicados à aprendizagem e prática musicais.

Pelas profissões, infere-se que o nível económico dos componentes melhorou, consideravelmente, nos últimos anos, estando a uma grande distância do existente na fase de arranque da Filarmónica.

MAESTROS DA FILARMÓNICA E SUAS PROFISSÕES

DE 1883 - 1937

Nomes	Profissões
Stechinni?	Professor de Educação Musical
José Simões de Carvalho	Aposentado do Exército
José dos Santos Carvalhinho	Ferreiro
Fernando Gouveia	Proprietário
José Martins	Proprietário
José Faustino Ferreira	Trabalhador Rural
Abílio Duarte Raphael	Funcionário Camarário
José Maria Seco Ferreira	Funcionário Público Aposentado
Vasco Dias Simões de Almeida (1)	Proprietário

DE 1946 - 1981

Manuel Martins Cândido	1.° Sargento Músico Aposentado
Pato da Luz	2.° Sargento Músico
Manuel Farinha de Oliveira	2.° Sargento Músico
Manuel Afonso Jóia	1.° Sargento Músico
Fernando Amaro	2.° Sargento Músico
Gentil da Silva Carvalho	2.° Sargento Músico
José Pires Grancho	1.° Sargento Músico
Afonso Aguiar Fernandes	Músico Aposentado da P.S.P.

FUNDADORES DA FILARMÓNICA

D. Luiz Cardoso d'Alarcão Velasques Sarmento
P.e António Simões Antunes
António das Neves Loureiro
Vasco Dias Simões de Almeida (2)

REORGANIZADORES DA FILARMÓNICA

P.e Manuel Parada d'Eça no ano de 1903 e 1907
António Maria Perestrelo da Silva (1946)
Dr. Júlio César Lopes de Almeida (1946)
Prof. Aires Gonçalves Serra (1946)
José de Oliveira Lourenço (1976)
João Pito de Oliveira (1976)
José Antero de Oliveira Antunes (1976)

---

(1) Único maestro da União Lealdade Espinhalense.
(2) Fundador da União Lealdade Espinhalense.

PRESIDENTES DE DIRECÇÃO DA FILARMÓNICA

D. Luiz Cardoso d'Alarcão Velasques Sarmento
Vasco Dias Simões de Almeida *a)*
P.e Manuel Parada d'Eça
António Maria Perestrelo da Silva
Dr. Júlio César Lopes de Almeida
António dos Santos Pito
Dr. Carlos Barão Pereira
Fernando da Silva
Amândio Dias Simões Ferreira
Mário Soares Dias *b)*
Henrique Tomaz *b)*
Dr. António Gomes do Carmo *b)*
José de Oliveira Lourenço

COMPOSIÇÃO ACTUAL DA FILARMÓNICA INCLUINDO O GRUPO CORAL

(ver fotografia em separado — 1981)

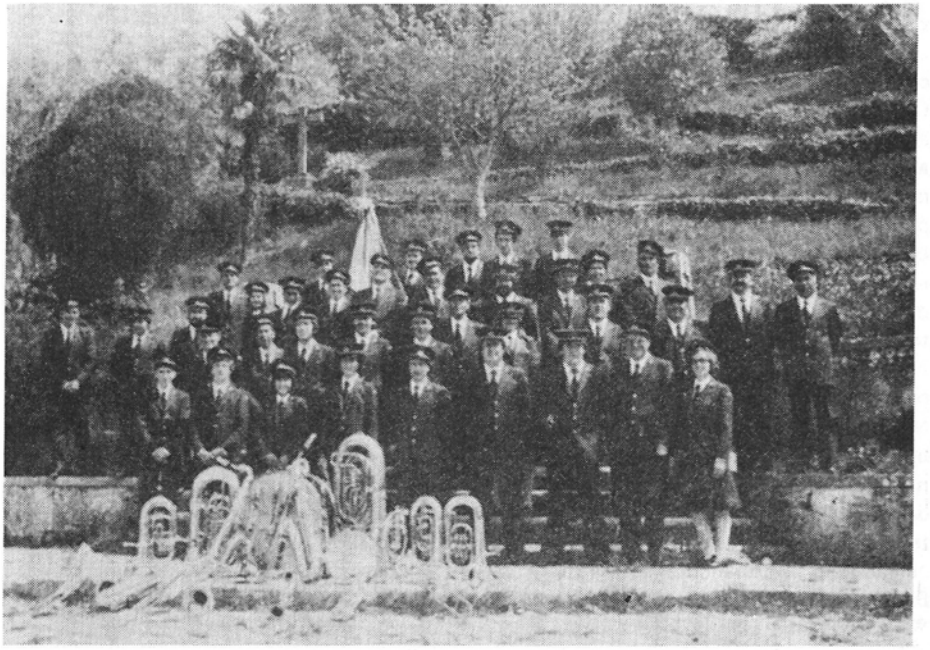
Afonso Aguiar Fernandes — Maestro

Executantes

José Oliveira Lourenço
Carlos David Medina Casalinho
Fernando Catarino Coimbra
Joaquim Alves de Oliveira
Victor Manuel dos Santos de Deus
António José Antunes Alves
João Pito de Oliveira
Armando Manuel Paiva
Rui Carlos da Silva
António Antunes Coimbra
Luís Antunes Coimbra
Carlos Manuel dos Santos de Deus
Hipólito Luís Mendes
António Maria Medina
Joaquim dos Santos Mascarenhas
Luís Manuel Paiva
Licínio Francisco da Conceição
Artur da Silva
Abel Rodrigues Craveiro
António Alves
José Antero Oliveira Antunes
Albino José Mendes Jaulino
Avelino de Oliveira Antunes
Januário Antunes
Augusto Gonçalves Bento Júnior
Amândio Marcelino Pereira
Óscar dos Santos Simões
Raúl Cordeiro
José Alves Jaulino
Cecília Pedro
Cristina do Carmo Silva
Graça Maria Costa Oliveira
Fernanda Dias Calado
Maria das Dores Pito Oliveira
Maria Cidália Antunes
Maria Aline dos Santos Caldeira
Encarnação de Jesus Costa

---

a) Presidente da União Lealdade Espinhalense.
b) Presidentes da Comissão Administrativa.



Os elementos da Filarmónica no dia da estreia da farda (19/4/1981)

AS CRISES E... A POPULAÇÃO

A Sociedade Filarmónica do Espinhal, nome que hoje usa, passou por várias fases críticas, por períodos de hibernação e por crises arreliadoras, que se circunscreveram, desde a falta de maestro à dificuldade de conseguir directores, da cisão à carência de executantes e à falta de meios económicos. A todos estes acidentes de percurso podemos juntar a inexistência, durante anos, de personalidade jurídica que foi pretexto para o seu encerramento temporário e, ainda, a cedência definitiva do edifício que ambicionou para sede.

Apesar de todas estas vicissitudes, a determinação, o espírito bairrista e o carinho pela Banda, por parte dos espinhalenses, têm operado milagres, conseguindo superar os desânimos e revitalizar, amiudadamente, os seus princípios e ideais, mantendo a colectividade rumo ao futuro. Presentemente, desfruta de mais um bom período de estabilidade e engrandecimento que lhe proporciona prestígio e respeito entre as suas congéneres regionais.

Embora a carência de instrumentos seja crónica, a Filarmónica tem ultrapassado esta situação, recorrendo à generosidade da população, como referimos, e beneficiando da oferta voluntária de novos instrumentos por parte dos emigrantes espinhalenses.

PONTOS DE REFLEXÃO

Num trabalho deste género, será conveniente formular algumas reflexões inerentes a todas as Filarmónicas civis do País, já que elas são, de facto, uma estru-

tura de animação, de cultura e de convívio, principalmente, nas terras pequenas.

Assim, impõe-se que as entidades oficiais ligadas à Secretaria de Estado da Cultura, vejam nas Bandas algo mais que agrupamentos musicais animadores de arraiais. Doutro modo, é impossível formalizar acções concretas, indispensáveis para a sua sobrevivência. Sugerimos como acções imediatas: a concessão de subsídios suficientes e atempados para a manutenção e aperfeiçoamento permanente das Bandas; a oferta de instrumentos novos e até usados em bom estado (estes provenientes das Bandas da G.N.R., P.S.P., Marinha, Força Aérea, etc.); isenção de impostos nos instrumentos importados e destinados a Filarmónicas e a formação de brigadas móveis compostas de maestros, sob a égide do FAOJ, que prestem assistência permanente e gratuita às Bandas.

Nos nossos dias, é inadmissível que a cultura e a arte musicais vivam da caridade das populações ou de eventuais soluços monetários. Torna-se imperioso ir mais além. Os executantes não devem saber, apenas, solfejo. É necessário ministrar-lhes conhecimentos mais profundos de modo que ao interpretarem uma dada obra musical, conheçam o seu compositor e compreendam a sua obra; que obtenham ensinamentos sobre a produção dos sons nos instrumentos que utilizam e que aos deveres que lhe são impostos, haja, em contrapartida, uma retribuição capaz que os ajude na evolução da sua cultura musical.

NOTA FINAL

O trabalho apresentado resultou de inquéritos, de entrevistas, de consultas nos livros de actas e livros de despesa e receita da Junta da Paróquia, da Junta de Freguesia e da Filarmónica e de testemunhos orais ditados pelas pessoas mais idosas e de outras devotadas à Filarmónica. Nesta nota final, é um dever endereçarmos os nossos agradecimentos, pela preciosa colaboração prestada, ao Sr. Dr. Luís de Oliveira Guimarães, Srs. José Oliveira Lourenço, Carlos Coelho Craveiro, José Antero de Oliveira Antunes, Hipólito Luís Mendes, Sr.ª D. Marie Anne Paulette Riny e a todos aqueles que, de alguma forma, contribuiram com esclarecimentos benéficos para uma melhor coordenação deste trabalho.

Possivelmente, aparecerão críticos a apontarem lacunas. Porém, a todos aqueles que acharem falhas, pedimos para se preocuparem mais em contribuir para a divulgação do complemento dessas falhas do que, somente, apontá-las, pois é fácil criticar, mas suprir lacunas torna-se mais difícil.

Resta-nos, no entanto, com a feitura e divulgação deste trabalho, contribuirmos para a defesa, preservação e difusão da nossa cultura musical, levar mais longe o conhecimento da terra em que nascemos, do seu povo e despertarmos nos espinhalenses, espalhados pelo país e pelo mundo, o amor ao seu torrão natal, de modo a concorrerem para o seu progresso, sentindo todo um passado de uma colectividade da qual se podem orgulhar.

Para a História da Indústria em Santa Clara [1]

Por

J. Amado Mendes*

A implantação de unidades industriais é hoje (e sempre foi) factor determinante do desenvolvimento dos aglomerados populacionais onde se instalam.

Na cidade de Coimbra, a zona de Santa Clara tem forte tradição no domínio da actividade industrial. Da manufactura à maquinofactura, nas suas fases domiciliária, artesanal, oficinal e fabril, de produção dos vários artigos (cerâmica, tecelagem, cordoaria, correaria, ferraria, serralharia, latoaria, carpintaria, marcenaria, doçaria, etc.), tudo nos é apresentado, numa rigorosa perspectiva de investigação da história da indústria em Santa Clara.

Numa altura em que Coimbra parece apostada em se desenvolver industrialmente, torna-se imperioso dedicar alguma atenção à história da sua indústria, não só para melhor se compreender o passado mas também para dele se poderem tirar algumas ilações quanto ao futuro. Assim, dado o importante papel que a zona de Santa Clara tem desempenhado no contexto da indústria conimbricense, abordaremos aqui algo da sua história sob esta perspectiva.

1. Tal como sucedeu com a cidade de Coimbra, que até meados do século passado pouco se expandiu para fora da área das antigas muralhas, igualmente os subúrbios — dos quais o bairro de Santa Clara fazia parte — cresceram moderadamente até àquela altura. Tendo sido criadas duas novas freguesias em 1854 — a de Santo António dos Olivais e a de Santa Clara —, nesta apenas havia então 289 fogos e pouco mais de 1.300 habitantes. Destes, provavelmente cerca de metade

(*) Assistente do Departamento de História da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Bolseiro do Instituto Nacional de Investigação Científica.

(1) O presente texto foi inicialmente publicado no **Diário de Coimbra** (supl. à edi. n.º 17058, de 19-11-1980), após o que o revimos e anotámos, introduzindo-lhe ligeiras alterações.

residiriam na sede da freguesia, a avaliar pelo que se verificava em 1885, quando, dos 395 fogos e 1479 habitantes, pertenciam à povoação de Santa Clara respectivamente 186 a 690 (1). Seguindo o crescimento demográfico da freguesia de Santa Clara (2), conclui-se que a sua população crescia um pouco mais rapidamente que a das 6 freguesias da cidade no seu conjunto (incluindo as suburbanas de Santa Clara e de Santo António dos Olivais), uma vez que os seus 1.479 habitantes representavam 7,6 % do total em 1885, enquanto os 3.585 que tinha em 1930 correspondiam já a 9 % dos habitantes das mencionadas paróquias. Dada a percentagem da população que no primeiro daqueles anos residia na sede da freguesia (46,7 %), parece lícito concluir ter esta desempenhado função relevante no aludido crescimento demográfico. Como é sabido, uma parte da população activa da sede da freguesia de Santa Clara ou de S. Francisco (como ainda era designada em 1917) trabalhava na indústria, ainda que nem sempre de forma exclusiva.

2. Era bastante antiga a actividade industrial em Santa Clara, particularmente no Rossio. Este compreendia uma vasta área, onde hoje se localiza o «Portugal dos Pequenitos» e imediações, a qual viria a ficar indissociavelmente ligada à história da indústria local. Efectivamente, foi ali instalada a feitoria los linhos (3), onde funcionou uma fábrica de cordoaria nos séculos XVII e XVIII, bem como a fábrica de louça de Domingos Vandelli, no final desta última centúria (4). A qualidade da «louça Vandel» viria a ser bastante apreciada, mantendo-se ainda bem viva a sua fama um século depois. Prova-o, por um lado, o facto de António Augusto Gonçalves, segundo afirmava, ter instalado a sua fábrica de cerâmica na casa onde existira a fábrica de Vandelli (José Queiroz, **Cerâ**a fábrica de Vandelli (5). Por outro, o ter-se considerado a fábrica de louça branca vendida por Benjamim Ventura a José Miguel da Fonseca e José de Oliveira Serrano — respectivamente distinto artista de cerâmica e pintor de louça — como sendo a própria fábrica fundada por Vandelli (6). Os artigos daquela fábrica viriam a estar presentes na Exposição de Santa Clara (1894) (7), sendo alguns deles bastante apreciados pela sua pintura, que acreditava não só um dos proprietários, José de Oliveira Serrano, como o operário João de Jesus Cardoso. Outra fábrica (esta de louça vermelha), representada naquela exposição, foi a de José Rodrigues, que expôs «várias amostras, em todos os estados do barro até ao fabrico completo (8). Dentro do mesmo ramo, temos referência à fábrica do Retiro — no lugar das Lages —, para cuja exploração se constituiu (1880) uma sociedade entre

---

(1) Santos Conceição, **Santa Clara através dos séculos,** in «Arquivo Coimbrão», vol. XI, 1952, pág. 186.

(2) Armando Carneiro da Silva, **Evolução populacional coimbrã**, in «Arquivo Coimbrão», vol. XXIII 1968, págs. 193-305.

(3) Cujas instalações ainda se podem observar (ver José M. Amado Mendes, **Subsídios para a arqueologia industrial de Coimbra**, 2.1.1., em vias de publicação pelo Museu Nacional de Machado de Castro — Coimbra).

(4) Cf. Lígia Cruz, **Domingos Vandelli. Alguns aspectos da sua actividade em Coimbra**, in «Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra», vol. II, 1976 pp. 34-37 e 100.

(5) José Queiroz, **Cerâmica portuguesa**, Lisboa, 1907, p. 148.

(6) **O Conimbricense**, n.º 4618, de 5-12-1891.

(7) Sobre esta exposição ver J. Amado Mendes, **Exposições industriais em Coimbra na segunda metade do século XIX. (5): Exposição da freguesia de Santa Clara em 1894**, in «Diário de Coimbra», de 4-7-1980.

(8) **O Conimbricense**, n.º 4884, de 7-7-1894.

Joaquim José Rodrigues de Sousa, negociante, e Luís António dos Santos, fabricante de louça, com o capital social de 300$000 réis (1). Destinada ao fabrico e venda de louças ordinárias, criou-se (1919) uma outra sociedade sob a firma «Adelino António Pereira & C.ª», com sede na estrada de Lisboa, freguesia de St.ª Clara (2). Por seu turno, Luís Alves, pintor de louça, e João Rodrigues, oleiro, ambos moradores no bairro de Santa Clara, estabeleceram na povoação das Lages uma sociedade, designada «Alves & Rodrigues», com vista ao fabrico e venda de louça, que se manteve de 1914 a 1916 (3).

3. Porém, nem só à cerâmica se dedicavam as pessoas da zona de Santa Clara ligadas à indústria. Em pequenas fábricas e oficinas, nas próprias casas de habitação e ainda no mosteiro de Santa Clara, eram confeccionados diversos outros artigos, muitos dos quais puderam ser admirados em 1894, na referida exposição (4). Pela lista dos expositores e dos produtos publicada n'**O Conimbricense** (n.° 4884, de 7-7-1894), ficamos a saber terem estado patentes no certame riscados, tecidos, palitos e artigos de cordoaria, serralharia, ferraria, carpintaria, alfaiataria, marcenaria, correaria, costura, bordado, «crochet» e latoaria. Foram ainda apresentados importantes trabalhos de escultura, arquitectura e desenho, do artista Anacleto Garcia, um dos mais distintos alunos da Escola Industrial de Coimbra e autor de uma bela pia baptismal, destinada a uma das capelas do claustro do Silêncio de Santa Cruz. As recolhidas do mosteiro de Santa Clara, por sua vez, enviaram para a exposição diversos trabalhos de relíquias e especialidades de doces.

Como se infere do que fica exposto e da análise de outras fontes coevas, tratava-se essencialmente de uma indústria domiciliária, artesanal e oficinal, não obstante a designação de «fábricas» atribuída a certas unidades de produção, que actualmente consideraríamos pequenas oficinas. Era o que acontecia, por exemplo, com duas fábricas de louça referenciadas em Santa Clara no ano de 1905, nas quais somente trabalhavam, no total, 11 operários, 1 mulher e 2 menores (5).

4. O panorama apresentado, característico do período anterior ao da revolução industrial, começara a ser lentamente alterado a partir das últimas décadas de Oitocentos, com a introdução de novas unidades fabris e a utilização de mais moderna tecnologia, como a máquina a vapor. Note-se, contudo, que em regiões como a de Coimbra, onde por motivos de vária ordem a industrialização só vagarosa e tardiamente se foi efectuando, o artesanato e a pequena indústria coexistiram durante muito tempo — e, em muitos casos, ainda coexistem — com a grande indústria, desempenhando uma função considerável no quadro sócio-económico regional e até nacional, apesar da frequente falta de apoio e de estímulo de que têm sido vítimas. As novas unidades então criadas diziam respeito às massas alimentícias, ao sabão e aos lanifícios.

4.1. Uma fábrica de massas alimentícias foi instalada numa parte do edifício do convento de S. Francisco, por José Victorino Botelho de Miranda, conceituado comerciante e industrial de massas e moa-

(1) Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC), not. José Lourenço da Costa (Coimbra), liv. n.° 14, fls. 42 v.°-43 v.°

(2) AUC, not. Alberto de Serpa Cruz (Coimbra), liv. n.° 152-B, fls. 13-13 v.

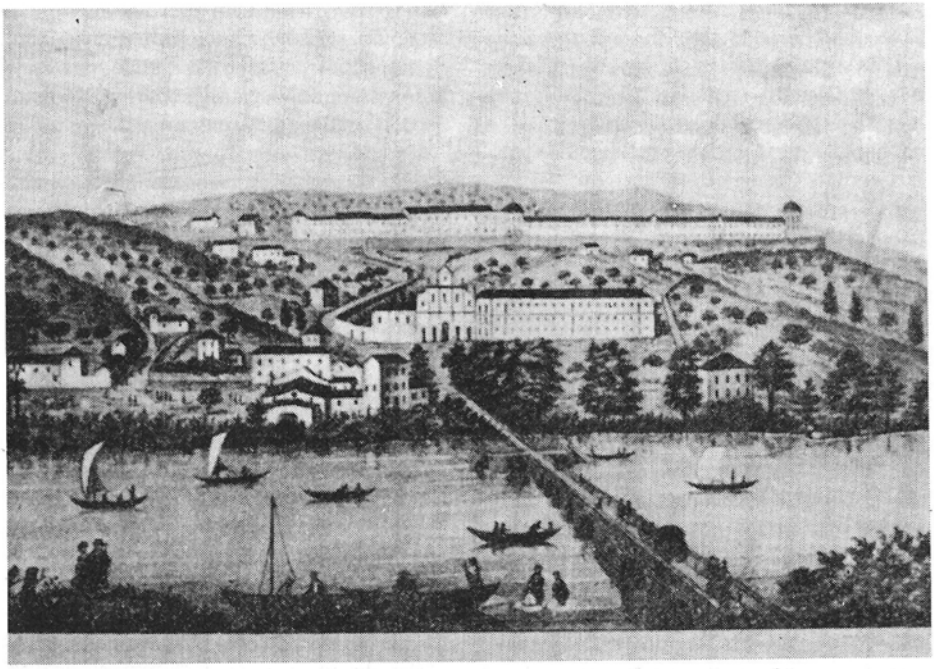
(3) AUC, not. Augusto Saldanha da Silva Vieira (Coimbra), liv. n.° 171, fls. 83-84 v.

(4) Ver nota 8.

(5) **Estudo sobre o estado actual da industria ceramica na 2.ª Circunscripção dos Serviços Technicos da Industria**, Lisboa, 1905, p. 86.

gem no primeiro quartel do século XX, em Coimbra. Presente já na Exposição de 1894, em 1907 já havia sido transferida para instalações expressamente construídas para o efeito, próximo ao porto dos Lázaros (1), naturalmente devido à reduzida funcionalidade das do extinto convento de S. Francisco.

de um século (1871), então denominada «Lusitana», que ainda se encontra em actividade. Teve como fundador Augusto Luiz Martha e viria a obter alvará (n.º 402) em 1898. Em 1911 constituiu-se a sociedade sob a firma «Augusto Luiz Martha & C.ª» e, no ano seguinte, a de «Augusto Luiz Martha, Sucessores», encontrando-se



SANTA CLARA EM 1838

Localizava-se no Rossio de Santa Clara uma outra fábrica de ramo similar (bolachas e biscoitos), denominada «A Peninsular», que pertenceu à sociedade sob a firma «Eduardo Martha & C.ª», fundada em 1903 e dissolvida em 1913 (2).

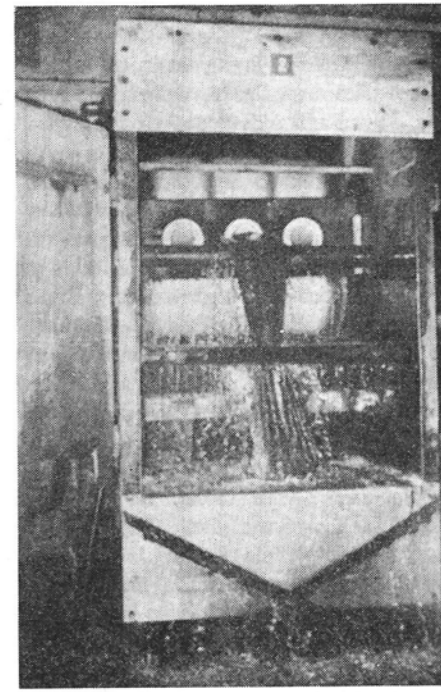
4.2. Vida mais longa tem tido a fábrica do sabão fundada no mesmo local há mais

na altura Augusto Luiz Martha impossibilitado de auxiliar o desenvolvimento dos negócios, por motivo de doença(3). Mais recentemente, a sociedade adoptou a firma «Augusto Luiz Martha, Sucessores, Lda», sob a qual ainda gira. Além do fabrico de sabão, que tem sido uma constante da empresa, foi exercida também intensa actividade comercial (de produtos como

(1) **O Conimbricense**, n.º 6176, de 19-12-1907.
(2) AUC, not. Joaquim Gaspar de Matos (Coimbra), liv. n.º 185, fls. 44 v.-46.
(3) AUC, not. Alberto de Serpa Cruz, liv. n.º 124, fl. 45 v.

trapos, azeite, papel, etc.), duma forma mais acentuada até 1919, ano em que foi criada a sociedade comercial «Marthas & C.ª, Lda.», com sede na Praça do Comércio [1]. Esta dualidade de actividades — comércio e indústria —, aliás complementares, não foi naturalmente caso único em Coimbra, como teremos oportunidade de analisar em trabalho mais desenvolvido que preparamos [2]. Contudo, tem sido na verdade o fabrico de sabão — e, a partir de 1945, sabonetes, sabões especiais tipo barra, etc. — que tem dado mais individualidade à empresa, pois ainda em data recente (1946), se declarava em documento oficial: «Na área deste concelho, é a única fábrica deste sector industrial». A firma tem estado presente com os seus artigos em várias exposições, conquistando diversos diplomas, o que comprova a qualidade do respectivo fabrico. A produção tem-se destinado essencialmente ao mercado nacional, com especial relevo para as regiões do Centro e Norte do País.

Faltam-nos elementos para aquilatar, com rigor, dos progressos tecnológicos da empresa, embora disponhamos de algumas informações. Deste modo, em 1876, podia ler-se n'**O Conimbricense** (n.º 3008, de 23-5-1876): «A fábrica compõe-se de duas caldeiras grandes, as maiores que se encontram nas fábricas deste género em Coimbra e Porto. Tem 8 formas para onde se vasam as caldeiras, 14 dornas para a destilação de águas fortes para o fabrico, cujas águas se reúnem em uma pequena caldeira que se acha enterrada. Tem outra caldeira maior para depósito de águas, tudo colocado na melhor ordem e perfeição». Anos depois (1900), Augusto Luís Martha planeava introduzir melhoramentos na fábrica. Em 1925, por sua vez, havia ali 1 motor a gasolina de 5 CV, 1 motor eléctrico de 7-8 amperes e 380 volts, 2 bombas para elevação de água, uma serra circular e 3 caldeiras com as respectivas fornalhas. Tratando-se de uma indústria que não exige elevado número de mão-de-obra e de uma unidade fabril de dimensões moderadas, o número de operários ao serviço da empresa tem sido sempre reduzido (por exemplo, 9 em 1890 e 22 em 1925). Para além da colaboração destes, fica-nos contudo a sensação de que esta fábrica se manteve em actividade ao longo de todo este período (1871-1981), de forte concorrência nacional e internacional, devido principalmente à capacidade e dina-



Máquina lavadeira (têxtil) dos inícios do século XX, ainda em laboração

(1) AUC, not. José Ferreira Figueiredo dos Santos (Coimbra), liv. n.º 229, fls. 97 v.-99 v.
(2) **A área industrial de Coimbra, 1867-1927,** em elaboração.

mismo do seu fundador e sucessores, que têm constituído uma dinastia de industriais, a quem a indústria da região já muito deve.

Temos notícia de outras fábricas de sabão, no Rossio de Santa Clara: uma de Caetano Afonso Velado, que existia em 1899 (1), e outra de uma sociedade por quotas, sob a denominação «Saboaria União de Coimbra, Lda.», constituída em 1923 e dissolvida em 1927 (2).

4.3. No sector dos lanifícios, encontramos outro exemplo de longevidade de uma unidade fabril. Referimo-nos à Fábrica de Lanifícios de Santa Clara, que principiou a laborar em 1888. Com a sua fundação deu-se um significativo passo para o desenvolvimento da indústria têxtil na cidade e no distrito de Coimbra, onde até essa altura nenhuma fábrica do ramo existia. A sua carência de há muito se fazia sentir, tendo-se por isso constituído em 1875 uma sociedade anónima de responsabilidade limitada, denominada «Companhia de Fiação e Tecidos de Coimbra», a fim de estabelecer uma fábrica a vapor no domínio da têxtil (3), mas que não chegou a levar a cabo esse objectivo, tendo sido mais tarde dissolvida.

Os sócios fundadores da sociedade (1888), sob a firma «Peig, Planas & C.ª», foram: Pedro Peig Dória, Jaime Planas Coronellas e Buenaventura Doria Borrell. Pela escritura de constituição da sociedade (24-7-1888), ao primeiro foi atribuída a direcção técnica da fábrica; ao segundo, a supervisão do maquinismo; e ao terceiro a tinturaria e a lavagem das lãs (4). Através deles terá penetrado em Coimbra a qualidade da indústria têxtil catalã, o que obviamente se viria a reflectir na boa qualidade dos artigos fabricados. Esta, ainda actualmente susceptível de verificação, é-nos testemunhada não só pelos prémios atribuídos à empresa em vários certames — nacionais e internacionais — a que tem concorrido, como também através de inúmeras informações escritas. Por exemplo, num relatório do Banco de Portugal, relativo ao ano de 1929, lê-se: «Lanifícios — (Planas & C.ª em C.ta). Os seus productos, muito perfeitos, têm óptima aceitação no mercado». Para essa perfeição, além da técnica catalã já mencionada, contribuiu o facto de Victorino Planas Dória, filho de um dos sócios fundadores (Jaime Planas Coronellas), ter frequentado o Departamento de Indústria Têxtil da Universidade de Leeds (Inglaterra) (5), nos anos lectivos de 1905/6 e 1906/7, e ter estado também em Hanôver (Alemanha). Nessas cidades, onde a têxtil havia atingido notável desenvolvimento, teve oportunidade de contactar com os mais modernos métodos de fabrico e com a maquinaria mais aperfeiçoada da altura. Dos conhecimentos então adquiridos, viria por certo a aproveitar até ao fim da vida — já nos anos 50 —, como sócio e um dos directores da empresa.

O progresso alcançado pela Fábrica de Lanifícios, nos anos seguintes ao da sua instalação, é salientado em várias fontes da época. Com 62 operários em 1890, 16 dos quais estrangeiros (6) — cujo con-

---

(1) AUC, **Governo Civil, «Estabelecimentos insalubres, incómodos e perigosos»**, processo n.º 44.

(2) AUC, nots. Jaime Correia da Encarnação (Coimbra), liv. n.º 48, pp. 40 v.-43 v. e Augusto Máximo de Figueiredo (Coimbra), liv. n.º 237, fls. 41 v.-43.

(3) AUC, not. Simão Maria de Almeida (Coimbra), liv. n.º 19, fls. 41 v.-54.

(4) AUC, not. José Lourenço da Costa (Coimbra), liv. n.º 52, fls. 22-23 v.

(5) Leeds era um importante centro da indústria de lanifícios, que desempenhara papel relevante na revolução industrial inglesa (cf. Paul Mantoux, **La révolution industrielle au XVIII^e siècle. Essai sur les commencements de la grande industrie en Angleterre**, Paris, 1973, pp. 268-271).

(6) **Inquérito industrial de 1890**, vol. III: **Indústrias fabris e manufactureiras (Inquérito de gabinete)**, Lisboa, 1891, pp. 394-395.

tributo para a boa qualidade da produção atrás referida deve igualmente ser registado —, em 1894 ocupava já 200, que residiam em S. Martinho do Bispo, Antanhol, Santa Clara, Coselhas e na própria cidade. Os respectivos salários situavam-se entre os 130 réis (raparigas) e os 500 réis por dia e, os que trabalhavam à tarefa, de 5$000 a 9$000 réis por semana [1]. Tenha-se em consideração, no entanto, que o aludido desenvolvimento se verificava, apesar da aguda crise económica e financeira que tivera início em 1890. Com um capital social de 12 contos de réis desde a fundação, o mesmo foi elevado para 100 contos em 1899, passando a firma a denominar-se «Planas & Ponsá», até que, mais tarde, viria a adoptar o nome de «Planas & C.ª», que conservou até há pouco, sendo hoje conhecida por «Clarcoop — Tecidos e Confecções».

Além dos aspectos sócio-económicos relacionados com esta empresa — normalmente os mais conhecidos —, devem mencionar-se outros, que podem ser considerados de carácter cultural. Não havendo na localidade tradição desta indústria, a fábrica em questão tem funcionado como uma espécie de «escola» profissional, o que já era notado no fim do século passado. Do ponto de vista musical, foi criada na fábrica uma filarmónica, que já em 1897 abrilhantara uma festa, tendo o tecido do fardamento dos seus elementos sido fabricado pela própria empresa [2]. Finalmente, a presença desta grande unidade fabril — para o meio, entenda-se — ter-se-á repercutido no próprio teatro (de que houve diversos grupos na localidade), como se poderá deduzir pela representação (1891), em Santa Clara e em Soure, de uma «comédia original em 3 actos do sr. Platão Peig» [3].

5. De acordo com o que fica indicado, constata-se ter-se mantido em Santa Clara considerável tradição industrial, em sectores como a cerâmica, o sabão e a têxtil, embora uma maior exigência das condições para a instalação de indústrias, por um lado, e o aumento da densidade demográfica, por outro, tenham levado a um afastamento progressivo da antiga zona industrial por excelência — o Rossio e vizinhanças. Assim interpretamos a posterior instalação de uma fábrica de cerâmica nas Lages (da qual já ali havia certa tradição, como vimos) e de duas da indústria têxtil, respectivamente na Várzea («Francisco Martins & C.ª, Lda.», em 1943) e junto à estrada de Bencanta («Mondorel — Fábrica de Lanifícios, S.A.R.L.», cuja laboração teve início em 1967), mas cuja história só mais tarde poderá ser feita *.

---

(1) **O Conimbricense**, n.º 4880, de 23-6-1894.

(2) **O Commercio de Coimbra**, n.º 478, de 30-7-1896.

(3) Francisco Augusto Martins de Carvalho, **Associações de Coimbra. Sociedades de amadores dramáticos**, in «Arquivo Coimbrão», vol. XI, 1952, p. 167.

(*) Não queremos deixar de manifestar toda a nossa gratidão a quantos nos prestaram informações e possibilitaram a investigação a que procedemos, muito especialmente às Ex.mas Administrações das Firmas «Augusto Luiz Martha, Sucessores, Lda.» e «Clarcoop — Tecidos e Confecções».

FLORBELA
Essa Desconhecida

Por

Aurélia Borges*

Florbela Espanca, por muitos considerada a maior poetisa portuguesa, tem sido objecto das mais diversas interpretações, quer quanto à sua obra, quer quanto à sua personalidade.

Embora a sua obra seja deveras reveladora dum carácter forte e dum temperamento arrebatado, a articulista, discípula, amiga e confidente da poetisa, levanta o véu de alguns dados inéditos e diz-nos ser portadora de outros que teima em não revelar. Numa atitude que a própria autora reconhece ser controversa, discorda da publicação do diário íntimo da poetisa e contista, duvidando da sua autenticidade.

A redobrada oportunidade deste artigo advém do facto de se realizar em Dezembro próximo, no Edifício Chiado, em Coimbra, uma jornada comemorativa do nascimento e morte de Florbela Espanca, promovida pelo GAAC.

Pode parecer insólito o título deste meu apontamento visto que, desde 1931 pelo menos, muito se tem vindo a dizer e a escrever sobre a poetisa da «Charneca em Flor» e ainda existem pessoas que a conheceram bem. Entre elas estou eu, sua amiga e discípula. Por isso fui a autora do primeiro livro (1) que sobre Florbela se escreveu (além de uma «plaquette», da autoria do Dr. Guido Battelli, que foi professor na Faculdade de Letras de Coimbra entre o final dos anos 20 e, salvo erro, 1936), livro esse que, embora visando especialmente chamar a atenção do público para a Obra da malograda poetisa, serviu para agitar o **caso** do seu monumento, que «forças ocultas» não deixaram erigir no Jardim Público de Évora — onde finalmente foi colocado e ainda está.

Então porquê «desconhecida»? Porque eu, que a conheci viva e dela guardo inde-

(*) Discípula, amiga e confidente de Florbela. Licenciada em Clássicas, pela Faculdade de Letras de Lisboa.

(1) AURÉLIA BORGES — **Florbela Espanca e a sua Obra**, ed. Expansão, Lisboa, 1946.

lével recordação que as décadas não esbateram ou deformaram, não consigo reconhecer Florbela na interpretação dos seus actuais biógrafos, principalmente porque a maioria tem feito especulações literárias, filosóficas (?) ou pseudo-psicológicas da mulher que não conheceram, que tentam adivinhar e que, sendo uma personalidade muito forte e fora do comum, não é fácil retratar de corpo e alma inteiros!

Quando escrevi o meu livro propositadamente pouco falei da Mulher, apenas dando dois apontamentos de experiência pessoal do seu convívio (1) porque na altura tudo o que se dissesse de Florbela — da Mulher — era depois destorcido ou insidiosamente aproveitado para denegrir o perfil moral de uma Mulher a quem a sociedade quis mal porque Florbela não se submeteu às suas leis mais absurdas e quis viver com verdade — a sua verdade! — e que, (estou convicta) quando deixou de poder lutar por essa verdade em que acreditava, preferiu deixar este Mundo que a desencantara embora o tenha amado muito, desde as pedras, a charneca, ao céu e ao sol — procurando Deus à maneira do «Poverello», pois ela própria o disse:

> «Queria encontrar Deus! Tanto o procuro!» (2).

Sim, Florbela — a Mulher — continua a ser desconhecida! Mas... quem é que conhece quem? Não será estultícia pretender afirmar que A ou B é desta ou da outra maneira? Se o mais comum dos mortais tem tantas facetas ignoradas até que um acaso as revele ou as deixe para sempre irreveladas? Como se poderá dizer como foi (ou não foi...) um génio como Florbela?

Interpretações? Sim, cada um pode interpretar a personalidade de um artista, mas só através da sua obra e de dados biográficos concretos e não especulados. E porque muito se tem especulado sobre Florbela é por isso que ela continua «essa desconhecida»...

Por exemplo, quem saberá ou, sabendo-o, se terá detido devidamente no facto de Florbela Espanca se ter interessado vivamente pelos movimentos feministas da sua época? Contudo, ela estava a par de tudo o que então se passava no mundo, lia e recortava sofregamente todas essas notícias e divulgava-as quer às discípulas ou amigas quer na imprensa — muitas vezes no anonimato, outras apenas assinando F. E. ou F. L.. Foi esse seu interesse pela situação social da Mulher que a levou a matricular-se e a frequentar a Faculdade de Direito — quando o seu pendor literário a deveria ter encaminhado para **Letras.** E faço esta afirmação porque foi esta a explicação que ela própria me deu quando eu lhe perguntei por que preferira **Direito** a **Letras** — ela que tanto amava a literatura; ela para quem a Poesia era um Ideal, quase um sacerdócio.

Afirmei também e por mais de uma vez, ao longo dos anos (mais de trinta!) em que me bati pelo reconhecimento e divulgação da sua obra bem como pela nobilitação do seu carácter, que Florbela tinha uma personalidade forte e um carácter fora do comum. É verdade. A sua personalidade era tão forte que, batida por adversidades, incompreensões, maldades, ela continuava a ser uma lutadora e uma sonhadora; o seu carácter era fora do comum porque era feito de contradições; de exaltação e abatimento, de luta e renúncia. Só a vi «quebrar» após a morte inesperada e desastrosa do irmão Apeles — o grande e puro afecto da sua Vida, aquele que para ela representava a Família, a Amizade, **tudo** o que de grande e puro ela podia ter na Vida! Pois até esse afecto fraternal tem sido conspurcado por

---

(1) **Idem**, pág. 89 a 98.
(2) FLORBELA ESPANCA — **Charneca em flor (Quem sabe?).**

mentalidades mesquinhas, ávidas de escândalo e sensacionalismo! Como se não tivesse bastado o Calvário que ela sofreu em Vida com a incompreensão e o egoismo do seu próprio irmão — o seu «menino de ouro» — que ela, numa cegueira natural mas exacerbada pelo exclusivismo sentimental, aureolava de todas as perfeições — mesmo depois de ter sido magoada por ele, mais do que uma vez, mágoas que ela obstinadamente se esforçava por esbater e apagar, para que continuasse a ser **«a irmã dum só irmão»** pois sabia não poder voltar a ser «a irmã de ninguém mais»! (1).

Este amor fraternal ficou patente na sua Obra, tanto nas poesias como no seu livro em prosa que se publicou em 1931 «Máscaras do Destino» — e que só depois de cair no domínio público teve reedição embora esgotado há muito e solicitada a sua publicação por várias vezes...

A propósito, ocorre-me voltar aqui a estranhar, mais uma vez e publicamente, que o anunciado livro de contos «Dominó Preto», anunciado em 1931 como estando no prelo da mesma editora (Maranus — Porto) inexplicavelmente ainda não tenha vindo à luz da publicidade. Porquê? Há quase 50 anos que eu o pergunto a todos os que me poderiam responder mas **ninguém** me deu resposta...

Não é porém este aspecto do «processo editorial» das obras de Florbela Espanca que eu aqui especialmente quero focar, por isso passo adiante, por ora... e volto a falar do «conhecimento» — ou desconhecimento... — da Florbela-Mulher, visto que a Florbela-Poeta é bem conhecida! O que quisermos conhecer de Florbela Espanca, creio que é só o que conseguirmos através da sua obra — mas da Obra que ela deixou publicada ou pronta a publicar. As cartas que se têm trazido à publicidade não a revelam: ora são de uma época de imaturidade (2) ou escritas a familiares (3), sem a preocupação de se **revelar, de se confessar.**

Algumas das cartas que escreveu ao Prof. Battelli também têm sido mal interpretadas, pois nelas se quer ver uma paixão, interpretação que é inadmissível e mesmo ridícula! Guido Battelli tinha o dobro da idade de Bela; o relacionamento deles era epistolar, encontraram-se uma ou duas vezes e, no estado de espírito de Bela esta só viu nele o Amigo e o Admirador da sua Arte, aquele que lhe dava a mão para a ajudar a triunfar nas Letras, procurando editor para o seu livro, escolhendo os sonetos que o deveriam compor, preparando a sua divulgação. Isto posso eu afirmar porque acompanhei este processo da preparação da publicação e, depois da publicação — que foi póstuma — o da divulgação. Nesta tomei parte activa, e não só eu como mais alguns dos amigos e fiéis admiradores da Poetisa — aqueles a quem chamei «os paladinos da causa Florbeliana». E é a esses mesmos «paladinos» que se deve a consagração da Poetisa que muitos pretendiam fosse olvidada depois de bem vilipendiada.

Agora que a sua Obra — a verdadeira — se afirmou e já ninguém lhe pode roubar o valor, têm aparecido as tais especulações: — cartas, inéditos e até um diário! Ora é este que me deixa mais perplexa, pois que nunca dele ouvi falar ao longo de cinco décadas aproximadamente.

Onde esteve? Quem o guardou? Como só agora se fala nele? Mistério para mim incompreensível, porque a Florbela que eu conheci não era Mulher para escrever um «diário»... Apontamentos isolados? Esboços literários? Talvez! Um «diário», um

---

(1) FLORBELA ESPANCA — **In memoriam.**

(2) CARLOS SOMBRIO — **Florbela Espanca**, ed. HOMO, pág. 17 a 20.

(3) AZINHAL ABELHO e JOSÉ EMIDIO AMARO — **Cartas de Florbela Espanca**, edição dos autores (sem data).

verdadeiro «Diário» custa-me a acreditar e ponho algumas reservas à sua autenticidade.

Por isso — e não só para o caso de Florbela — eu penso que a publicação póstuma de obras inéditas só se deveria fazer depois de uma peritagem insuspeita que avaliasse não só da sua autenticidade como da oportunidade ou valor da sua publicação, até para obstar à especulação de editores ou herdeiros menos escrupulosos que, não respeitando a intimidade da pessoa humana que escreveu ou rabiscou algo que não quis publicar, é vítima — embora póstuma — de intuitos menos confessáveis e dignos.

Dir-se-ão que sem essa indiscrição (passe o... eufemismo) muitos valores se teriam perdido para a Arte e para a Humanidade, mas a isso contraponho que um artista nem tudo o que produz desejará que venha a público e que, se não destruiu em vida essas produções que considerou «impublicáveis», foi muitas vezes por um acaso, ou até por aquele sentimento de respeito e de pudor que os pais sentem pela «vida» de um filho deficiente que eles não desejam exibir mas não se atrevem a aniquilar...

Sei que esta minha opinião pode ser controversa, mas é a de alguém que também escreve e publica, que guarda apontamentos, trabalhos que não deseja ver publicados mas que não inutiliza porque para si eles têm um determinado valor — mas que, vindos a público, seriam interpretados erradamente ou por falta de informação adequada ou pela insuficiência da produção. É assim que eu defendo aquilo a que os ingleses chamam «privacy», de que são tão justamente ciosos. Eu própria disse algures :

No âmago da nossa alma
há sempre um segredo
que se não desvenda
nem sequer a quem
nós desvendamos tudo ...
.....
.....
No fundo do nosso «eu»
há um mistério
que somos incapazes
de desvendar
.....
.....
e continuamos a viver
no mistério
da nossa personalidade ! (1)

(1) AURÉLIA BORGES — **Labareda**, Edições Claridade, Porto, 1942, pág. 10 («MISTÉRIO»).

Espero, pois, que o «Diário» de Florbela não seja mais um espinho cravado na sua dignidade de pessoa humana. É que, para mim, se Florbela pertence à Literatura Portuguesa, pertence sobretudo ao lugar de honra do meu respeito, à memória querida da Amiga que morreu mas ainda vive na minha recordação como uma Mulher — uma Mulher que sofreu, viva, mais de mil Mortes e a quem a Morte deu mais de mil Vidas...

Não foi uma Santa, mas não foi a Pecadora que alguns querem nela ver! Era invulgar mas não era anormal, como alguém pretende que tenha sido. Não seria inteiramente boa (quem o é?) mas não foi a mulher perversa e depravada que outros julgam. Viveu uma vida comum, que para a sua época e a sociedade portuguesa de então só teve de «anormal» os dois divórcios e os três casamentos! Quem é que hoje se escandalizaria com isso? Quem se escandalizaria com os «Abdullas» que fumava por uma boquilha longa e requintada, que algumas mulheres usavam mas que só a ela vi apontar como «pecado» — e era apenas, como ela dizia, «uma extravagância» **pour épater le bourgeois**...

Nem sequer as suas fotografias a revelam. Cada uma (e são tantas!) mostra uma mulher diferente, apenas com traços fisionómicos comuns. E até eu, que a conheci **viva,** tenho dificuldade em eleger entre as suas fotografias aquela que «se parece mais» com a Florbela que eu conheci e de que guardo a tal indelével recordação...

*
* *

Hoje falei um pouco da Florbela desconhecida. Espero poder falar-vos um dia daquela que eu conheci! Isto é, de «Florbela — a Mulher que eu conheci» porque da Poetisa já falei no meu livro e dela fala a sua Obra — mas a Obra que ela quis que fosse publicada!

Amadora. 20 - Out. - 81.

ETIENNE DE GROER

Polaco, Russo, Francês, Urbanista Português dos anos 40

Por

Lusitano dos Santos*

Os problemas do urbanismo estão na ordem do dia. O crescimento mais ou menos rápido dos aglomerados populacionais reclamam toda a atenção na elaboração e consequente execução de planos urbanísticos, de modo a salvaguardar e até valorizar o património existente, aproveitar racionalmente novas áreas, promover a melhoria da qualidade habitacional e de vida das populações.

O autor deste artigo, além de judiciosas considerações neste domínio, apresenta-nos um pioneiro desta ciência, ETIENNE DE GROER, figura polémica que, nos anos 40, foi chamado a elaborar o plano urbanístico de várias cidades do país, entre as quais a de Coimbra.

1. INTRODUÇÃO

Os anos 30 podem considerar-se, na história do planeamento urbano português, como os anos do arranque. De facto foi uma década que foi publicada a legislação adequada e criado o organismo encarregado de a implementar. Os anos 40 foram os anos da formação dos quadros técnicos. O país não dispunha de técnicos especializados em planeamento urbano e havia que fazer algo nesse sentido. Em 1942 existiam em Portugal apenas dois urbanistas (e hoje, volvidos 40 anos, pode afirmar-se que poucos mais haverá). Alguns técnicos, poucos, da administração central foram enviados ao estrangeiro frequentar cursos ou participar em seminários e congressos. As suas tentativas para a criação do «Instituto de Urbanismo» foram sempre infrutíferas (e tal Instituto ainda hoje não existe e as tentativas dos actuais profissionais parece que continuam igualmente infrutíferas). O Governo entendeu (e parece que os de hoje também assim entendem), que os problemas nacionais se podem resolver chamando técnicos estrangeiros.

(*) Engenheiro Civil. Professor de Planeamento Regional e Urbano da FCTUC.

E assim veio para Portugal Etienne de Groer. Filho de pai polaco e mãe russa, caminheiro por razões políticas, naturalizado francês, de Groer acabou por ser o urbanista português dos anos 40. Esteve entre nós cerca de 11 anos. Elaborou planos para as mais importantes cidades do continente e até para Luanda. Fez escola? Apresentou as soluções mais adequadas, no momento, a cada caso? Que benefícios trouxe ao país?

São perguntas que ficam. Neste artigo apenas uma primeira referência biográfica não comentada e um enquadramento histórico urbano nacional.

2. PLANEAMENTO URBANO EM PORTUGAL. ANOS 30

Em Portugal desde cedo a administração pública começou a preocupar-se com o crescimento anárquico dos centros urbanos que sofriam os efeitos da revolução industrial nascente. Era o caso das cidades de Lisboa e Porto para as quais foi publicado em 1864 o decreto de 31 de Dezembro obrigando à elaboração dos seus «planos de urbanização» (instrumentos abrangendo a totalidade das cidades e referindo-se aos condicionamentos relativos à transformação do espaço edificável) e facultando a sua realização para as restantes cidades e vilas do país. Contudo foi apenas em 1903 que foi aprovado o plano de Lisboa, o do Porto viria a ser iniciado em 1938 e no referente às demais cidades e vilas nada se empreendeu que se enquadrasse no regulamento de 1864 [1].

Foi contudo com o «Estado Novo» que foi instituída pela primeira vez, e ao abrigo do Decreto 24 802 de 1934, a obrigatoriedade de se organizarem «Planos Gerais de Urbanização» para todos os principais núcleos populacionais. Este decreto, de iniciativa do ministro Duarte Pacheco, pode considerar-se o ponto de partida, não apenas da legislação urbanística portuguesa, mas também de todo um processo de preparação consciente do país para enfrentar os problemas decorrentes da industrialização, embora lenta, e consequente urbanização. De facto, reconhecida oficialmente com este decreto, a «moderna arte da urbanização» passaria a ser ensinada na Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto 10 anos mais tarde pelo Professor Almeida Garrett.

O decreto regulamentou toda a disciplina urbanística impondo também às Câmaras a obrigatoriedade de mandarem proceder ao levantamento das plantas topográficas das zonas urbanas de maior interesse público. Os Planos de Urbanização seriam elaborados sobre essas plantas por iniciativa das Câmaras mas «reservando-se o Estado o direito de fiscalização e aprovação dos estudos, através da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, onde foi então criada a Divisão de Urbanização» [2].

A tarefa dos levantamentos topográficos urbanos, que teve repercussões no estrangeiro dada a sua grandiosidade, prevista desde 1934, apenas seria iniciada em 1940 e concluído em 1948. Foi a partir de 1941 que começou a entrega duma série de 500 plantas topográficas abrangendo quase todas as cidades e vilas do continente e muitas das mais importantes aldeias e estâncias termais e de veraneio. Por esta razão foi fraca a actividade no domínio de elaboração dos planos, podendo no entanto mencionar-se, entre 1934 e 1942, a apresentação de alguns planos ge-

[1] Gonçalves, F. — **Legislação urbanística portuguesa,** LNEC, Lisboa, Maio de 1974.
[2] Celestino da Costa, A. C. — **Estudos de Urbanização,** Boletim da DGSU, 1954, 1.º vol., pág. 95.

rais como os de Tomar, Águeda e Praia da Rocha (1).

Outra razão impeditiva do cumprimento da lei no respeitante à elaboração dos planos foi a falta de técnicos especializados. Em 1942 só existiam no nosso país dois urbanistas, Faria da Costa e Moreira da Silva, especializados pelo Instituto de Urbanismo da Universidade de Paris. Pretendeu-se suprir em parte esta deficiência chamando «reputados» urbanistas estrangeiros. Veio primeiro Alfred Agache (1934), que se encarregou do Plano Regional da Costa do Sol, e depois (1938) Etienne de Groer, naturalizado francês, seu antigo colaborador. Este último esteve bastante tempo entre nós, porém não se pode afirmar que a sua estadia, tenha tido grande influência na elevação do nível técnico, já que, como se queixou o engenheiro Celestino da Costa, «a sua relutância em admitir a seu lado jovens técnicos portugueses — e o autor deste relatório bem o tentou conseguir — impediu que se formasse a necessária escola e os desejados discípulos» (2).

O arquitecto Etienne de Groer foi trazido para Portugal pelo eng.º Duarte Pacheco em 1938 quando acumulava o cargo de Ministro das Obras Públicas com o de Presidente da Câmara Municipal de Lisboa para elaborar o plano da cidade. Depois da sua estadia em Lisboa tomou o encargo de realizar os planos de urbanização de Coimbra, Braga e Beja. Em colaboração com o arquitecto-urbanista Moreira da Silva executou também o plano da cidade de Luanda. O plano de Évora foi realizado a partir de 21 de Fevereiro de 1942.

O plano de Coimbra foi apresentado ao Município em 31 de Dezembro de 1940. Apreciado pelo Conselho Superior de Obras Públicas (CSOP) a 7 de Março de 1945, o plano foi aprovado pelo Ministro das Obras Públicas, Cancela de Abreu, a 14 de Setembro do mesmo ano, merecendo «uma menção especial de apreço e louvor pela técnica perfeita com que está elaborado e pelo sensato critério que revela» (3).

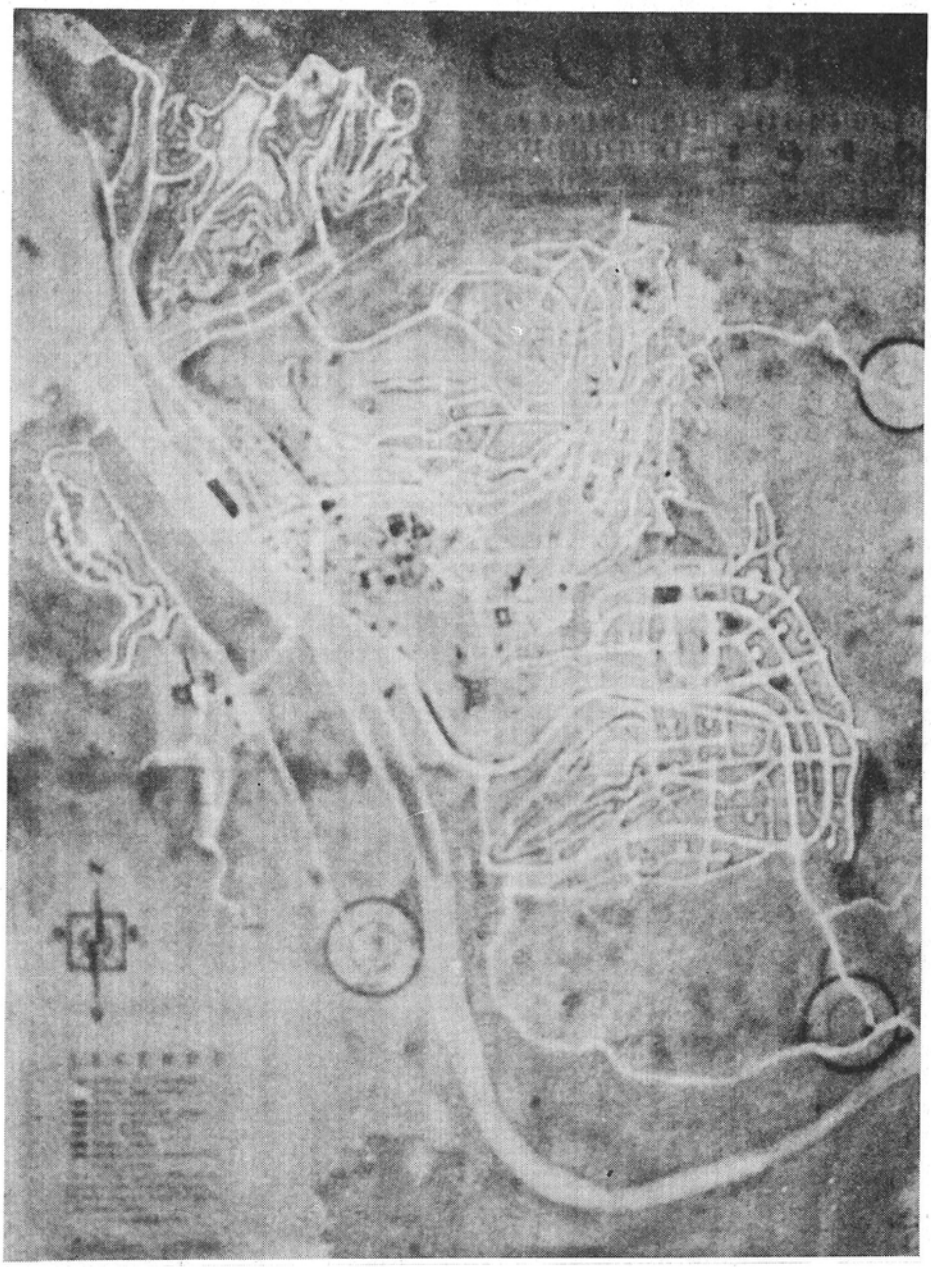
3. DE GROER — BREVE REFERÊNCIA BIOGRÁFICA

Etienne de Groer nasceu em Varzóvia em 1882, filho de Francisco de Groer e de Maria Elisseef.

«Seu pai era médico polaco e católico; sua mãe era russa e ortodoxa. Ambos pertenciam a famílias muito patrióticas e, por isso, visto o antagonismo que sempre existiu entre polacos e russos e católicos e ortodoxos não foi possível ao casal fixar-se nem na Polónia nem na Rússia. Procuraram, então, um terreno neutro onde pudessem viver juntos e em paz. E assim percorreram toda a Europa» (4). De Groer atribuiu a este facto grande influência no seu espírito, pois que, forçado a viajar desde muito novo, estimulou nele o interesse pelo estudo dos diversos arranjos das cidades que ia conhecendo e percorrendo.

Estudou no Liceu de Nice. Mas foi uma sua perceptora, de nacionalidade inglesa, que lhe fez nascer o gosto pelas artes e arquitectura. A leitura da obra de Raymond Unwin «Town Planning in

(1) **Idem**, pág. 96.
(2) **Idem**, pág. 96.
(3) CSOP — **Parecer do Conselho Superior de Obras Públicas sobre o plano de Groer para Coimbra**, CSOP, Lisboa, Março de 1945.
(4) Relatório da Gerência da Câmara Municipal de Évora referente ao ano de 1944, Miguel Rodrigues Bastos, presidente da Câmara Municipal de Évora, 26 de Junho de 1945, dactilografado, pág. 2.



PLANO DE URBANIZAÇÃO DE COIMBRA EM 1940

Practice» (1), que fez por mero acaso, decidiu-o a enveredar pelo urbanismo.

Diplomou-se pela Academia Imperial de Belas Artes de S. Petersburgo e aqui

ETIENNE DE GROER
Arquitecto-Urbanista

iniciou também a sua actividade profissional integrando-se no Gabinete Municipal do Plano da capital.

Em 1913 casou-se com Gabrielle Buchtger, aluna da Escola de Belas Artes de S. Petersburgo, que se viria a diplomar em arquitectura. Foi, «além de companheira dedicada», e desde o primeiro momento, a melhor colaboradora do urbanista.

Em 1920, «fugindo à fome que havia assaltado a Rússia», emigrou para a França. Instalou-se na pequena cidade de Péronne ficando a viver, com a mulher e os seus três filhos, num quarto sem tecto nem vidros nas janelas. «A cidade estava completamente destruída, não havendo uma única casa que não tivesse sido atingida pelos efeitos da guerra de 14-18». Arranjou trabalho como desenhador.

«Desde logo os arquitectos franceses notaram as suas excepcionais qualidades de urbanista», pelo que foi chamado a colaborar no estudo de numerosas «plantas de arranjo e extensão» de cidades. Até 1940 fez, em França, só ou em colaboração, 18 plantas de cidades.

Participou, durante este período, em vários congressos internacionais; obteve o «1.° prémio» nos congressos de Courneuve e Antuérpia e o «2.° prémio» no de Belgrado.

Requereu e obteve, para si e sua família, a cidadania francesa.

De 1927 a 1930 dirigiu no Rio de Janeiro o atelier do Plano de Urbanização que tinha sido encomendado ao arquitecto Agache.

Colaborou em revistas francesas e inglesas da especialidade, entre as quais se apontam: Vie Urbaine, Urbanisme, Travaux, Town Planning and Garden Cities.

Substituiu o professor Bruggeman, director do Instituto de Urbanismo da Universidade de Paris, na sua cátedra e a seu convite, quando este se viu obrigado, por razões de saúde, a abandonar o ensino. Aí dirigiu cursos sobre a teoria de Ebenezer Howard e as «cidades-jardim».

(1) Raymond Unwin foi um arquitecto urbanista inglês que, conjuntamente com Barry Parker, constituiu, em 1899, a «Garden City Association» e em 1903 a «First Garden City limited», empresa destinada a construir a primeira cidade jardim, Letchwosth, a 55 km de Londres, prevista para 35.000 habitantes. O plano de Letchwosth foi igualmente dos dois arquitectos.

Tinha 56 anos quando foi convidado, como se referiu, pelo ministro Duarte Pacheco, para exercer as funções de conselheiro técnico do Plano de Lisboa.

«Na primavera de 1940 a invasão alemã obrigou-o a deixar Paris e foi desde então que a sua actividade se concentrou nos planos de urbanização portugueses», passando a residir em Portugal. Oeiras primeiro e Lisboa depois.

Já com 69 anos feitos regressou definitivamente a França considerando-se contudo grato a Portugal. Assim escreveu ao Presidente da Câmara Municipal de Évora:

«Se o meu trabalho deixar traços salutares em Portugal, a minha própria dívida para com este país não é de menor importância, pois que ele me ofereceu, nesta terrível época de guerra, um calmo abrigo e uma tarefa apaixonante que me tornaram estes anos felizes e cheios de sol. Estou convencido que a paz e o regresso à vida normal não quebrarão o laço que me liga a ele. Se for preciso, dividir-me-ei entre a França, onde vivem e trabalham os meus filhos, e Portugal, porque estes dois países me são profundamente caros» (1).

(1) **Obra citada**, pág. 6.

DOCUMENTA

Carta Internacional sobre a Conservação e a Restauração de Monumentos

Aprovada no II Congresso Internacional dos Arquitectos e dos Técnicos dos Monumentos Históricos realizado em Veneza (Itália) de 25-31 de Maio de 1964

Tradução de

Maria de Lourdes Nunes

Imbuidas de uma mensagem espiritual do passado, as obras monumentais dos povos permanecem na vida presente como testemunho vivo das suas tradições seculares. A humanidade que toma cada dia consciência da unidade dos valores humanos, considera-os como um património comum, e reconhece-se solidariamente responsável da sua salvaguarda frente às gerações futuras. Tem o dever de os transmitir em toda a riqueza da sua autenticidade.

Torna-se imperioso que os princípios que presidem à conservação e à restauração dos monumentos sejam desempenhados em comum e formulados sobre um plano internacional, deixando a cada Nação o cuidado de assegurar a devida aplicação no quadro da sua própria cultura e das suas tradições.

Dando uma primeira forma a estes princípios fundamentais, a Carta de Atenas de 1931 contribuiu para o desenvolvimento de um vasto movimento internacional, que se traduziu especialmente nos documentos nacionais, na actividade da UNESCO e do ICOM, e na criação por este último do Centro Internacional de Estudo para a Conservação e a Restauração dos Bens Culturais. A sensibilidade e o espírito crítico são aplicados sobre problemas cada vez mais complexos e mais variados; também parece chegada a hora de reexaminar os princípios da Carta a fim de os aprofundar e de alargar o seu uso redigindo novo documento.

Em consequência, o segundo Congresso Internacional de Arquitectos e de Técnicos dos Monumentos Históricos, reunido em Veneza de 25 a 31 de Maio de 1964, aprovou o texto seguinte :

Definições :

Art.° 1. A noção de monumento histórico compreende tanto a criação

arquitectónica isolada como o sítio urbano ou rural que constitui testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só às grandes criações mas também às obras modestas que adquiriram com o tempo uma singificação cultural.

Art.° 2. A conservação e a restauração dos monumentos constituem uma disciplina que faz apelo a todas as ciências e a todas as técnicas, podendo contribuir para o estudo e salvaguarda do património monumental.

Finalidade :

Art.° 3. A conservação e a restauração dos monumentos tem em vista salvaguardar tanto a obra de arte como o testemunho histórico.

Conservação :

Art.° 4. A conservação dos monumentos impõe primeiro a permanência da sua manutenção.

Art.° 5. A conservação dos monumentos é sempre favorecida pela aplicação destes a uma função útil à sociedade; uma tal função é pois desejável mas ela não pode alterar a disposição ou a decoração dos edifícios. É dentro deste âmbito que se deve proceder e que se podem autorizar as alterações exigidas pela evolução dos usos e dos costumes.

Art.° 6. A conservação de um monumento implica um conjunto à sua escala. Enquanto o conjunto tradicional subsiste, aquele será conservado, e toda a construção nova, toda a destruição e toda a arrumação que poderia alterar as relações de volume e de cores serão proibidas.

Art.° 7. O monumento é inseparável da história do qual é testemunho e do conjunto onde ele se situa. Em consequência, a deslocação de todo ou parte de um monumento não pode ser tolerada, senão quando a salvaguarda do monumento o exige ou quando razões de um grande interesse nacional ou internacional o justifiquem.

Art.° 8. Os elementos de escultura, de pintura ou de decoração que fazem parte integrante de um monumento, não poderão ser separados senão quando esta medida for a única susceptível de assegurar a sua conservação.

Restauração :

Art.° 9. A restauração é uma operação que deve revestir um carácter excepcional. Ela tem por fim conservar e revelar o valor estético e histórico do monumento e baseia-se no respeito pela substância antiga e nos documentos autênticos. Ela pára onde começa a hipótese; ainda mais, todo o trabalho complementar reconhecido indispensável, salientará a composição arquitectural e levará a marca do nosso tempo.

Art.° 10. Logo que as técnicas tradicionais se revelem inadequadas, a consolidação de um monumento pode ser assegurada apelando a todas as técnicas modernas de conservação e de construção, cuja eficácia foi demonstrada pelos dados científicos e garantida pela experiência.

Art.° 11. Os elementos válidos de todas as épocas para a edificação de um monumento devem ser respeitados, não sendo a unidade de estilo um fim a extinguir no decurso de uma restauração. Quando um edifício comporta vários andares sobrepostos, o desembaraço de um andar subjacente não se justifica senão excepcionalmente e na

condição de que os elementos a retirar não apresentem interesse, que a composição posta à luz constitua um testemunho de alto valor histórico, arqueológico ou estético, e que o seu estado de conservação seja julgado suficiente. O julgamento sobre o valor dos elementos em questão e a decisão sobre as eliminações a operar não podem depender apenas de um autor do projecto.

Art.° 12. Os elementos destinados a substituir as partes que faltam devem integrar-se harmoniosamente no conjunto, destinguindo-se das partes originais, a fim de que a restauração não altere o documento de arte e de história.

Art.° 13. As associações não podem ser toleradas a não ser que respeitem todas as partes interessantes do edifício, o seu conjunto tradicional, o equilíbrio da composição e as relações com o conjunto circunvizinho.

Sítios monumentais :

Art.° 14. Os sítios monumentais devem ser o objecto de cuidados especiais a fim de salvaguardar a sua integridade e de assegurar o seu saneamento, arrumação e colocação valorizada. Os trabalhos de conservação e de restauro que aí são efectuados, devem basear-se nos princípios enunciados nos artigos precedentes.

Escavações :

Art.° 15. Os trabalhos de escavações devem efectuar-se em conformidade com as normas científicas e pela «recomendação que define os princípios internacionais a aplicar em matéria de escavações arqueológicas» adoptado pela UNESCO em 1956.

A disposição das ruínas e as medidas necessárias à conservação e à protecção permanentes dos elementos arquitectónicos e dos objectos descobertos serão assegurados. Além disso, todas as iniciativas serão tidas em conta com o fim de facilitar a compreensão do monumento e pô-lo à luz sem nunca lhe alterar o significado.

Todo o trabalho de construção deverá, no entanto, ser excluído à partida, somente a anastilose pode ser considerada, ou seja, a recomposição das partes existentes mas desmembradas. Os elementos de integração serão sempre reconhecidos e representarão o mínimo necessário para assegurar as condições de conservação do monumento e restabelecer a continuidade das suas formas.

Publicação :

Art.° 16. Os trabalhos de conservação, de restauro e de escavação serão sempre acompanhados de uma documentação precisa sobre a forma de pareceres analíticos e críticos, ilustrados de desenhos e de fotografias. Todas as fases dos trabalhos de recolha, de consolidação, de recomposição e de integração, assim como os elementos técnicos e formais identificados no decurso dos trabalhos serão aí consignados. Esta documentação será depositada nos arquivos de um organismo público e posta à disposição dos investigadores; a sua publicação é recomendada.

Participaram neste congresso arquitectos dos seguintes países e instituições:

Itália, Bélgica, Espanha, Portugal, Jugoslávia, Holanda, Dinamarca, França, México, Checoslováquia, Grécia, Perú, Áustria, Polónia, Tunísia, Cidade do Vaticano, UNESCO e Centro Internacional de Estudo para a Conservação e Restauração dos Bens Culturais.

MUNDA é o significante.

MUNDA, vulgo Mondego, (assim era chamado o rio na Idade Média) significa etimologicamente a transparência, a claridade e a pureza das suas águas. O rio é e flui, unindo os contrários, a serra e o mar, o princípio e o fim, estabelecendo a síntese e o equilíbrio.

MUNDA será, para nós, uma forma de estar no **mundo,** um meio de relação com a Cultura, com tudo quanto é humano, simples e grande. Haveremos de prosseguir, atingindo as coisas, atingindo o Homem, relativizando o universo em que nos movimentamos, tentando unir, compreender, viver.

Através de **MUNDA,** tribuna privilegiada do GAAC, procuraremos definir-nos como povo, agente e partícipe da História que pretendemos seja cada vez mais pluridisciplina, convergência, encontro e aposta no futuro.

O HOMEM que nada tem a glorificar a não ser os seus ilustres antepassados, assemelha-se ao tubérculo cuja única qualidade se esconde debaixo da terra ! ...